

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**
Período de Análise: 01 a 31 de Agosto de 2007
Área Temática: Território e Sustentabilidade

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Agosto de 2007

Índice

MMA quer parceria com municípios para definir políticas de APPs - Daniela Mendes – Sítio Eletrônico do MMA - 01/08/2007	5
Responsabilidade socioambiental - Por Paulo Skaf – Valor Econômico – Opinião - 01/08/2007	5
País estuda apoio a novo IPCC - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 03/08/2007	7
Brasil pode aderir a painel mundial da biodiversidade – Giovana Girardi – Folha de São Paulo – Ciência – 03/08/2007.....	8
Lei de concessões agrava conflito na Amazônia - Luciano Cruz – Sítio Eletrônico do MST – 03/08/2007.....	9
O rolo compressor da ciência do clima - Clive Crook - Valor Econômico – Opinião - 03/08/2007	10
Bush convoca países para discutir metas - <i>AFP</i> – Estado de São Paulo -//	12
Bush, agora, quer discutir as mudanças climáticas – Folha de São Paulo – Ciência – 04/08/2007	12
Convite de Bush para debate agrada à ONU - <i>AFP</i> – Estado de São Paulo – Vida & - 05/08/2007	14
Desmatamento à vista – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 05/08/2007.....	14
"Plantar árvores" só não basta – Beto Ricardo e Ricardo Salgado – Folha de São Paulo – Opinião – 06/08/2007	15
Projeto de lei nos EUA pede energia renovável – AP – Estado de São Paulo – Vida & - 06/08/2007	17
Vitória ambiental – Xico Graziano – Folha de São Paulo – Opinião – 07/08/2007	17
Pesquisa revela perfil de usuários do Sistema de Informações Territoriais (SIT) – Sítio Eletrônico do MDA – 07/08/2007	19
Paraná incorpora cartografia social ao Zoneamento Ecológico-Econômico - Rubens Jr – Sítio Eletrônico do MMA - 08/08/2007	21
Queda de mais de 50% do desmatamento nos assentamentos da Amazônia – Sítio Eletrônico do MDA – 10/08/2007	21
Desmatamento cai e tem baixa recorde – Felipe Seligman – Folha de São Paulo – Ciência – 11/08/2007.....	22
Soja ameaça a tendência de queda, diz ONG – Eduardo Geraque - Folha de São Paulo – Ciência – 11/08/2007.....	24
Queimada cresce no país com seca e colheita da cana – Thiago Reis - Folha de São Paulo – Ciência – 11/08/2007.....	24
O IPCC não é mais aquele – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 12/08/2007	26
O IPCC não é mais aquele – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 12/08/2007	27
Liderança local é a chave para a conservação – Ricardo Bonalume Neto – Folha de São Paulo – Ciência – 13/08/2007.....	28
Mercado de carbono pode incentivar desmatamento – Giovana Girardi – Folha de São Paulo – Ciência – 14/08/2007.....	28
PDA promove oficina nacional sobre gestão participativa em UCs – Sítio Eletrônico do MMA - 14/08/2007.....	29

MMA debate incentivos positivos para países em desenvolvimento - Rubens Jr. – Sítio Eletrônico do MMA - 14/08/2007	30
O melhor argumento dos sem-terra - Marcos Sá Corrêa – Estado de São Paulo – Vida & - 15/08/2007.....	30
Empresas adotam sistema 'ecoeficiente' - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 15/08/2007.....	32
Boas novas da Amazônia – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 15/08/2007	33
Hackbart apresenta dados sobre redução do desmatamento em assentamentos - Sítio Eletrônico do MDA – 15/08/2007.....	34

Segunda Quinzena

Plano prioriza recuperação de áreas já desmatadas - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 16/08/2007.....	35
Fazenda de camarão emperra na BA – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 16/08/2007.....	36
Disseminação da carcinicultura no RN prejudica pescador e pequeno produtor – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 16/08/2007.....	37
Pelos caminhos do pequi e do junco - Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 17/08/2007	38
Secretário de Desenvolvimento Territorial recebe comitiva venezuelana – Sítio Eletrônico do MDA – 17/08/2007.....	40
Ralação sustentável – Giovana Giradi – Folha de São Paulo – Ciência – 19/08/2007	41
Desmatamento em queda – Folha de São Paulo – Ciência – 19/08/2007.....	42
Clima - uma nova oportunidade? - José Goldemberg – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 20/08/2007.....	44
Em Cianorte, a moda veio depois da geada no café - Marli Lima – Valor Econômico – Especial - 20/08/2007	46
Homem deixa o campo para trabalhar no "corte e costura" – Marli Lima – Valor Econômico – Especial - 20/08/2007.....	47
NEAD e SDT apóiam I Colóquio sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável – Sítio Eletrônico do MDA – 21/08/2007	48
Marina Silva defende desenvolvimento sustentável para redução da pobreza no País - Adriano Ceolin – Sítio Eletrônico de MMA - 21/08/2007.....	50
A intimidação ambiental da nova Europa - Valdis Dombrovskis – Valor Econômico – Opinião - 21/08/2007.....	51
Cassel rebate denúncias sobre assentamentos na Amazônia - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 22/08/2007.....	53
Cobrança de multas pode zerar desmatamento ilegal – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – 22/08/2007.....	54
Estados mostram em seminário como promover o desenvolvimento sustentável - Adriano Ceolin – Sítio Eletrônico do MMA – 22/08/2007.....	55
Ministra defende equação entre desenvolvimento e meio ambiente - Aida Feitosa – Sítio Eletrônico do MMA - 23/08/2007	56
Socioambiental é uma palavra só - Ricardo Abramovay – Valor Econômico – Investimento - 23/08/2007.....	57

MT tenta apagar pecha de maior desmatador - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 23/08/2007	60
No mundo e na mesa, o clima está difícil - Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 24/08/2007	61
Incra/SC prorroga convênio para licenciamento ambiental de assentamentos – Sítio Eletrônico do MDA – 24/08/2007	63
Reduzir emissões de gases custará US\$ 200 bi ao ano - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 24/08/2007	63
'Parques de papel' atrasam proteção - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 26/08/2007	64
40% da região é protegida – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 26/08/2007	66
Política ambiental deu o primeiro passo, diz Cepal - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Vida & - 26/08/2007.....	67
Caos ecológico leva pessoas a neutralizarem culpa e carbono – Adriana Küchler – Folha de São Paulo - Cotidiano – 26/08/2007	68
Metade dos incêndios em parques do país é criminosa – Thiago Reis – Folha de São Paulo – Cotidiano – 26/08/2007	71
CNI ataca política ambiental 'radical' - Fabio Graner – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/08/2007	71
ONU discute quem pagará a conta para aliviar o aquecimento global – Folha de São Paulo – Ciência – 27/08/2007.....	72
Proambiente discute serviços ambientais para produção familiar rural - Aida Feitosa e Grace Perpetuo – Sítio Eletrônico do MMA - 28/08/2007.....	73
Clima: Brasil mais ousado - Eliane Oliveira – O Globo – Ciência – 30/08/2007	74
Presidente lança pacote para atender zona rural - Lisandra Paraguassú – Estado de São Paulo – Nacional – 31/08/2007	75
Desmatamento aquece Amazônia em até 4C, diz Inpe – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 31/08/2007.....	77
Plano defende que rico corte até 40% do carbono em 2020 – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 31/08/2007.....	78
Brasil diz que não negocia emissões - Graça Magalhães-Ruether – O Globo – Ciência – 31/08/2007	79
Pronat prevê R\$ 2,7 milhões para territórios rurais de Santa Catarina em 2007 – Sítio Eletrônico do MDA – 31/08/2007	80

MMA quer parceria com municípios para definir políticas de APPs - Daniela Mendes –
Sítio Eletrônico do MMA - 01/08/2007

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRU), convidou os gestores ambientais municipais para elaboração conjunta de uma política de atuação para as Áreas de Proteção Permanente Urbanas (APPs). O convite foi feito pelo secretário da SRU, Luciano Zica, em palestra no 17º Encontro Nacional da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma), que está sendo realizado em Recife, Pernambuco, e termina na sexta-feira (3).

Segundo Zica, a questão das APPs é fundamental e tem recebido tratamento especial dentro do MMA, inclusive com o reforço dos quadros funcionais na Diretoria de Ambiente Urbano, que trata desse assunto. "Ou nós temos capacidade de agir de forma transversal dentro das três esferas de governo ou nós não vamos conseguir efetivar nenhuma política. Há a necessidade de assumirmos a tarefa com uma responsabilidade coletiva", defende Zica.

Para o secretário, é importante que os municípios invistam na capacitação de gestores e na elaboração de bons projetos. No encontro, ele também anunciou a realização, em outubro, do 1º Seminário Nacional de Recursos Hídricos no Ambiente Urbano que será promovido pelo MMA.

Amanhã a secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA, Thelma Krug, participa do evento nacional da Anamma, às 14h. Ela falará sobre a responsabilidade dos municípios em relação ao tema mudanças climáticas e aquecimento global.

Responsabilidade socioambiental - Por Paulo Skaf – Valor Econômico – Opinião -
01/08/2007

Desenvolvimento sustentável é o termo que melhor define os fatores condicionantes à longevidade do ser humano numa civilização mais próspera e justa. O futuro viável depende da soma da preservação ambiental e dos recursos naturais e erradicação da miséria. Tal desafio exige análise conjunta de documentos de distintos organismos da ONU. O primeiro é o estudo do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), divulgado em 27 de junho, indicando que o mundo terá, em 2050, nove bilhões de habitantes (2,5 bilhões a mais do que hoje) e que, já em 2008, pela primeira vez, haverá mais gente vivendo nas cidades do que no campo. Isto significará, na América Latina, 200 milhões de moradores urbanos adicionais até 2030, um crescimento de 50% em relação a 2007.

Os outros documentos são a segunda e terceira partes do relatório "Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade", divulgados, respectivamente, em 6 de abril e 4 de maio últimos, pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Sua síntese é a de que, caso não se estanque imediatamente a degradação ambiental, bem como, as causas das mudanças climáticas e não se invistam 3% do PIB global em recuperação, 3,2 bilhões de pessoas enfrentarão severa escassez de água e 600 milhões passarão fome, até

2080. Serão vítimas da seca e salinização do solo. A cada ano, entre dois e sete milhões sofrerão com inundações.

O cruzamento das estatísticas corrobora a tese de que o combate à miséria e à devastação ambiental deve ser tratado de modo coeso, sob a ótica da sobrevivência. Assim, é preocupante constatar que economias poderosas resistem a acordos voltados a mitigar o aquecimento terrestre, que outras não têm crescimento econômico suficiente para reduzir os níveis de miséria e, ainda, algumas sequer distribuem renda por meio do trabalho, pois transformam o pagamento de salários indignos em um esdrúxulo diferencial competitivo.

Políticas públicas nacionais e a diplomacia internacional terão de solucionar os impasses, vencendo divergências, inclusive na Rodada Doha, promovendo e viabilizando acordos multilaterais, como o Protocolo de Quioto, e intercâmbios bilaterais entre nações. Porém, enquanto governos buscam o entendimento, a sociedade não pode cruzar os braços. São necessárias respostas urgentes, como busca a indústria paulista com a realização, de 2 a 4 de agosto, no Parque Ibirapuera, em São Paulo, da Mostra Socioambiental do Sistema Fiesp e do Congresso "Desenvolvimento Sustentável - Oportunidades da Nova Economia". Objetivo é estimular a cidadania empresarial justamente com aquele olhar mais amplo, integrado e holístico do qual depende o futuro da humanidade.

Combate à miséria e à devastação do ambiente deve ser tratado de modo coeso, sob a ótica da sobrevivência digna

Também é meta contribuir para aprimorar a legislação nas áreas de gestão de saúde e qualidade de vida, incentivos fiscais, regulamentação de leis e regras para operacionalizar a linha de crédito social do BNDES. Empresas apresentarão suas boas experiências na mostra e a programação deverá culminar com elaboração de documento-proposta na área socioambiental, a ser entregue às autoridades.

Esses eventos tiveram, em sua concepção, forte estratégia participativa. Foram desenvolvidos a partir de consulta a mais de 70 empresas. São organizações estimuladas a demonstrar o que vêm fazendo nas áreas socioambientais. E não se trata apenas de marketing social. O intuito é contribuir para que programas no âmbito do Terceiro Setor sejam multiplicados, alcançando cada vez mais brasileiros. Também é preciso demonstrar que a melhoria do quadro social no país, recentemente apontada por respeitadas organizações internacionais, não é fruto apenas dos programas do governo, mas também da mobilização dos setores produtivos.

Os eventos também demonstram que as ações de responsabilidade social da indústria paulista não se limitam ao já abrangente trabalho do Sesi-SP na educação (125 mil alunos no Ensino Fundamental e, agora, também no Médio), saúde, cultura, esportes e lazer. Tampouco, restringem-se à cerca de um milhão de matrículas anuais no Senai-SP, no qual se formam trabalhadores qualificados para a indústria. A Fiesp atua com força e amplitude na área ambiental, assessorando sindicatos e empresas no cumprimento dos requisitos da produção limpa, organizando anualmente a Semana do Meio Ambiente e o Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso da Água. A meta é elevar a indústria paulista à excelência nessa área.

O Comitê de Responsabilidade Social da entidade tem contribuído para que mais indústrias realizem programas nas áreas da saúde, educação e qualidade de vida. Há ações macro - como o acordo a ser assinado em breve com o Ministério do Desenvolvimento Social, para incremento do programa Fome Zero - e, ao mesmo tempo, a mobilização dos

sindicatos e parque empresarial. Todo esse trabalho estará à mostra no evento do Ibirapuera. O exercício da responsabilidade social, além de ajudar as indústrias paulistas a ascender ao status de companhias de padrão mundial e, portanto, mais competitivas, irá alinhá-las às organizações de boa vontade na luta pela vida.

Paulo Skaf é presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

País estuda apoio a novo IPCC - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 03/08/2007

Órgão daria assessoria científica a políticas da ONU - Pesquisadores brasileiros defenderam ontem a criação de um órgão científico internacional de apoio à Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), a exemplo do que faz o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) para a Convenção do Clima - ambos acordos da Organização das Nações Unidas. A proposta, lançada oficialmente em 2006, enfrenta resistência do governo brasileiro, que até agora vinha se excluindo das negociações internacionais.

Pressionado, o Ministério do Meio Ambiente poderá abrir já nos próximos dois meses uma consulta pública sobre o tema. “Estamos pensando em fazer uma consulta nacional ampla para explorar a identificação de mecanismos que possam contribuir para o processo internacional”, disse o gerente de Conservação da Biodiversidade, Bráulio Dias, que ontem participou de um encontro na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

A iniciativa foi bem recebida pelos cientistas, que cobram do País uma participação à altura de sua biodiversidade - considerada a maior do planeta. “A decisão de fazer uma consulta já é um grande avanço”, disse o biólogo Carlos Joly, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e um dos coordenadores do Programa Biota, da Fapesp. “Até agora, isso era tabu. O Brasil simplesmente não participava da discussão.”

“Fico contente de ver que essa posição está mudando”, completou o pesquisador belga Michel Loreau, co-diretor do Mecanismo Internacional de Conhecimento Científico em Biodiversidade (IMoSEB) - organização criada com recursos do governo francês para estudar a formulação de um “IPCC da biodiversidade”. A meta, segundo os pesquisadores, é dar mais fundamentação científica aos processos de decisão política da CDB. “A convenção está fortemente politizada”, disse Joly. “No caso da biodiversidade, essa base científica não existe.”

A posição do governo, segundo Dias, é que um mecanismo desse tipo só poderia funcionar dentro da CDB. “Caso contrário, vamos ter um divórcio, com muito conhecimento produzido, mas sem compromisso político para colocá-lo em prática”,

afirmou. Loreau, por outro lado, defendeu que todas as opções sejam exploradas, incluindo a de um órgão externo à convenção.

TROCA DE GUARDA

As universidades estaduais paulistas (USP, Unicamp e Unesp) assumiram ontem a guarda do Instituto Virtual da Biodiversidade - o conjunto de ferramentas e bancos de dados que compõem o Biota. A Fapesp continuará a financiar projetos de pesquisa, mas a responsabilidade sobre a manutenção estrutural do programa passa a ser das universidades.

“Estamos assinando o atestado de maioria do programa, o que é uma maneira gentil de dizer que estamos passando a conta para as universidades”, brincou o presidente da Fapesp, Carlos Vogt. Desde 1999, o Biota já identificou mais de 500 novas espécies de plantas e animais.

Brasil pode aderir a painel mundial da biodiversidade – Giovana Girardi – Folha de São Paulo – Ciência – 03/08/2007

País vinha se recusando a integrar iniciativa global para monitorar espécies - Mecanismo internacional deve ter papel semelhante ao que o IPCC tem para o clima; cientistas pretendem emitir alertas sobre os riscos

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA - O governo brasileiro acenou ontem pela primeira vez com a possibilidade de apoiar a criação de um mecanismo internacional de avaliação dos riscos da redução de espécies em todo o mundo. A idéia, lançada por cientistas de 11 países há dois anos, é compor um grupo para avaliar a perda da biodiversidade nos mesmos moldes que o IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas) faz em relação aos danos do aquecimento global.

Em reunião com o vice-presidente do Imoseb (Mecanismo Internacional de Conhecimento Científico em Biodiversidade, sigla em inglês) anteontem, representantes dos ministérios do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia afirmaram que a posição do governo agora é de apoiar a discussão. Em anos anteriores o país, que tem a maior biodiversidade do mundo, não demonstrara interesse em aderir ao painel. "Acreditamos que é importante sintetizar essa imensa produção científica para orientar as políticas públicas sobre o assunto", afirmou Braulio Dias, diretor de conservação de biodiversidade do MMA.

Mas isso não significa, ainda, que o governo brasileiro já topou participar. Há dúvidas sobre qual formato deve ter este mecanismo e em qual contexto ele deve estar inserido. Dias defende, por exemplo, que ele fique sob o chapéu da Convenção sobre Diversidade Biológica, criada durante a Rio-92.

"Nós reconhecemos que a convenção fracassou até agora em mobilizar as capacidades da comunidade científica. Mas em vez de jogar fora e começar tudo de novo, vamos consertar o que já tem", completou.

Alguns cientistas envolvidos na formulação da proposta do Imoseb tendem a considerar que a convenção se tornou política demais, que lá não há espaço para as informações trazidas pela pesquisa científica. Críticos da CDB afirmam que ela é um fórum "travado", difícil de gerar acordos.

"Mesmo assim estamos felizes que agora o Brasil esteja se envolvendo", disse Michel Loreau, vice-presidente do Imoseb. "O importante agora é que existe um consenso de que precisamos criar um mecanismo que funcione, seja ele dentro ou fora da convenção, que construa uma base sólida de dados sobre o assunto e a envie para os tomadores de decisão."

A definição sobre o formato deste mecanismo deve ocorrer em novembro numa reunião em Montpellier, na França. Lá serão apresentados os resultados de consultas públicas feitas com comunidades científicas de vários países. É a chance de o Brasil apresentar sua proposta.

Biodiversidade paulista

A discussão sobre o Imoseb ocorreu durante o lançamento do Instituto Virtual da Biodiversidade, no qual USP, Unesp e Unicamp se uniram à Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) para fazer a manutenção dos sistemas de informação desenvolvidos pelo programa Biota.

Criado em 1999, o projeto estuda a biodiversidade de São Paulo. Seu banco de dados conta com informações de aproximadamente 4.000 espécies de plantas, animais e microorganismos, incluindo as cerca de 500 novas espécies descobertas no período.
(GIOVANA GIRARDI)

Lei de concessões agrava conflito na Amazônia - Luciano Cruz – Sítio Eletrônico do MST – 03/08/2007

A Lei federal de concessão de florestas públicas irá agravar os conflitos sociais na região Amazônica. A opinião é do professor Elder Paula, da Universidade Federal do Acre, para quem as concessões são verdadeiras privatizações do território. A Lei de concessões permite que mesmo empresas de capital estrangeiro explorem as florestas por até 40 anos, sem limite máximo de extensão das terras. Segundo o especialista, as madeireiras serão as maiores beneficiadas pela lei.

“Visto que os estoques da Ásia estão se acabando e boa parte das madeireiras asiáticas, as grandes estão vindo para explorar aqui. E essa exploração vai ser agora bastante facilitada pelo Governo federal através da lei 11284/2006 - indevidamente

chamada de lei de florestas públicas - porque ela privatiza as florestas públicas ao entregá-las para exploração pelas madeireiras privadas”, explica.

O plantio de soja na Amazônia e a extração ilegal de madeiras também agravam estes conflitos sociais e ambientais. A expansão do agronegócio na região já produziu o desmatamento de 129 mil quilômetros quadrados de floresta em cinco anos, o equivalente a mais da metade do Estado de São Paulo.

“Este conjunto de atividades do agronegócio pautado na madeira, na pecuária extensiva de corte, da soja, mais a mineração, mais a indústria de celulose, que também tende a ampliar, mais este quadro de expansão da produção do etanol, transforma a Amazônia hoje tanto em objeto maior de disputa de apropriação daquele território, quanto como a sua maior internacionalização do ponto de vista empresarial”, afirma.

Para Elder Paula, a internacionalização da Amazônia já é uma realidade, percebida principalmente na presença dos Estados Unidos na região.

“Os Estados Unidos estão atuando tanto do plano da ação militar, com o cercamento da região, com bases militares na Colômbia, Equador, na tentativa de implantar base em Alcântara (MA). E mais um poderoso exército no âmbito da sociedade civil, boa parte através das ONGs e outros agentes religiosos que concorrem para esta dominação em curso”, diz.

A Amazônia corresponde a 60% do território brasileiro e a lei de concessões de florestas públicas prevê que 1 milhão de hectares de florestas poderão ser transferidas para empresas, de capital nacional ou estrangeiro, nos próximos dois anos.

O rolo compressor da ciência do clima - Clive Crook - Valor Econômico – Opinião - 03/08/2007

Quase desde seu início, críticos atacaram o governo Bush pela maneira como este lidou com questões relacionadas com a ciência. Em muitas áreas - e, emblematicamente, no caso das mudanças climáticas - críticos bem qualificados queixaram-se de que a Casa Branca e seus escolhidos para cargos políticos em todo o governo federal interferiram com o trabalho de cientistas, distorceram suas conclusões e censuraram suas declarações públicas. Muitos desses casos são chocantes - ou pelo menos eram, até que as pessoas se habituaram a essas posturas. O histórico da administração federal americana no gerenciamento dos esforços científicos do próprio governo, e em relação a questões científicas em geral, é péssimo.

Assim, quando a Casa Branca discorda da maioria dos outros governos do mundo e expressa dúvidas sobre o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), essa posição é desdenhosamente desconsiderada como apenas mais do mesmo governo Bush. Sem dúvida, o governo destruiu sua própria credibilidade no terreno da integridade científica - e pode culpar apenas a si mesmo.

Para o resto de nós, porém, é uma pena - porque, para dizê-lo em rodeios, o IPCC merece o desdém do governo. Trata-se de uma iniciativa com falhas graves e indigna do

respeito servil que lhe é dedicado pela maioria dos governos e da mídia. Nas decisões já tomadas para amenizar as mudanças climáticas, para não falar de decisões futuras, é enorme a responsabilidade sobre o que está em jogo. No balizamento sobre essas decisões importantíssimas, ao processo falho do IPCC foi concedido, na prática, um monopólio sobre a visão oficial. Isso precisa mudar e o próprio IPCC precisa ser reformado.

Se o leitor deseja ler uma acusação plenamente documentada, pode consultar o artigo de David Henderson na atual corrente da *World Economics*. Henderson, um respeitado economista acadêmico e ex-diretor do departamento de economia da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), vem antagonizando o IPCC há algum tempo. Cinco anos atrás, Henderson e Ian Castles (um ex-presidente do Birô de Estatísticas Australiano) foram os primeiros a assinalar um erro flagrante na maneira como estavam sendo calculados os cenários das emissões poluentes. As previsões tinham usado projeções de longo prazo dos Produtos Internos Brutos (PIB) de diversos países baseados em taxas de câmbio não ajustadas por poder de compra. Esse erro resultou em projeções evidentemente absurdas para determinados países. Longe de reconhecer a falha e corrigir as projeções, o IPCC tratou essas eminentes ex-autoridades governamentais como "criadores de caso" sem credenciais. Seu presidente, Rajendra Pachauri, divulgou uma declaração irritada queixando-se da disseminação de desinformação.

Como deixa claro o novo artigo de Henderson, o episódio foi sintomático de um padrão de erros mais amplos (com frequência, no caso de ciência econômica, erros elementares) e da não correção dos mesmos. Como pode isso ser possível? O IPCC se orgulha da amplitude de sua rede de contribuintes científicos e de seu rigoroso esquema de veto por colegas. O problema é que, embora os pesquisadores e seus colegas impressionem por serem numerosos, provêm de um círculo profissional estreito. Excelência em economia e estatística não é seu forte; por outro lado, círculos acolhedores de co-autoria e adesão inquestionável à urgência da causa climática.

O consenso científico, embora não tão sólido como em geral se afirma, é vigoroso para justificar a cobrança de um imposto sobre emissões de dióxido de carbono

Acrescente-se a isso constante relutância - e, por vezes, recusa - a revelar dados e métodos que permitam que resultados sejam replicados (transparência desse tipo é hoje prática comum em importantes publicações acadêmicas). Em conseqüência, conclusões surpreendentes, mas posteriormente desacreditadas - como o infame gráfico em forma de "bastão de hóquei", mostrando que a década de 90 foi a mais quente para o Hemisfério Norte em todo o milênio - precisam ser contestadas por "criadores de caso" não pertencentes ao IPCC.

Por trás disso tudo, há uma tendenciosidade subjacente generalizada. Desde o início, a rede do IPCC já tinha assumido integralmente a idéia de que a mudança climática é o mais premente problema com que se defronta a humanidade e ações urgentes, muito além das já contempladas, serão necessárias para enfrentar o fenômeno. Nas mentes dos líderes e porta-vozes do painel, essa convicção justifica declarações públicas que freqüentemente vão além das análises apresentadas pelos próprios cientistas do IPCC.

Falando sobre o Quarto Relatório de Avaliação do painel, disse Pachauri: "Eu espero que isto provoque um choque nas pessoas e governos, levando-os a empreender ações mais sérias". As regras que balizam o funcionamento do IPCC impõem que a instituição seja "neutra em relação a políticas" - e seus relatórios empenham-se em respeitar

a regra. Mas, declarações como essa (e muitas outras) alinham a instituição e sua rede de cientistas com um programa cuja agenda vai muito além do que ditaria unicamente o saber científico.

O IPCC pode ter razão: as mudanças climáticas podem, efetivamente, ser o maior e mais urgente problema da humanidade. Seria errado cobrar uma certeza antes de avançarmos mais. O consenso científico, embora não tão sólido como em geral se afirma, é, indubitavelmente, suficientemente vigoroso para justificar a cobrança de um imposto - ou medida equivalente - sobre emissões de dióxido de carbono.

Mas, para que os governos obtenham as melhores recomendações, eles necessitam informações e análises de uma fonte aberta e isenta - ou, então, de diferentes fontes divergentes. Depois de uma ponderada exposição dos riscos ambientais, a formulação de políticas acertadas exige atribuição apropriada de responsabilidade política e uma gama de opiniões e competência muito mais abrangente do que a atualmente proporcionada pelo IPCC. Uma instituição incompetente, comprometida com sua própria agenda, nunca deveria ter merecido esse grau de autoridade efetiva e moral sobre questões científicas, sobre a apresentação das descobertas científicas à opinião pública e sobre o clamor por "ações mais sérias" que vão muito além do terreno científico.

Bush convoca países para discutir metas - AFP – Estado de São Paulo -//

O presidente americano, George W. Bush, convocou as principais economias do mundo para uma conferência sobre mudanças climáticas, em Washington, nos dias 27 e 28 de setembro. O objetivo é estabelecer metas de longo prazo de redução de emissões de gases-estufa. Foram convidados representantes de países como Brasil, China, Japão e Rússia. Os EUA não ratificaram até hoje o Protocolo de Kyoto, acordo mundial que propõe metas semelhantes.

Bush, agora, quer discutir as mudanças climáticas – Folha de São Paulo – Ciência – 04/08/2007

Presidente americano convida ONU, UE e 15 países para evento em setembro

Objetivo principal do encontro é discutir metas de redução de gases-estufa no longo prazo; Brasil está entre os países convidados

DA REPORTAGEM LOCAL -O presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, ratificou ontem uma proposta feita por ele em junho, durante a reunião do G8, na Alemanha, convocando para os dias 27 e 28 de setembro uma conferência sobre mudanças climáticas. O evento, em Washington, será presidido pela secretária de Estado Condoleezza Rice, mas a participação do próprio Bush está confirmada.

Segundo informou a Casa Branca, além da União Européia e da ONU (Organização das Nações Unidas), outros 15 países foram convidados formalmente por Bush.

Austrália, Brasil, Grã-Bretanha, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Itália, Indonésia, Japão, México, Rússia, África do Sul e Coreia do Sul foram convidados.

De acordo com a assessoria do Itamaraty, o Brasil ainda não recebeu nenhum convite oficial. Portanto, o assunto ainda não foi tratado na casa.

O objetivo do encontro, segundo os norte-americanos, é discutir e estabelecer metas de longo prazo de redução dos gases de efeito-estufa.

"Os Estados Unidos estão comprometidos em colaborar com as outras grandes economias do mundo no sentido de entrar em acordo sobre uma contribuição detalhada para um novo marco global para finais de 2008", disse Bush.

O presidente americano, por meio do seu porta-voz, pediu expressamente que Gordon Brown, primeiro-ministro britânico, Nicolas Sarkozy, presidente da França, Angela Merkel, primeira-ministra alemã e Romano Prodi, primeiro-ministro da Itália, enviem representantes para a reunião.

A iniciativa americana, marcada para setembro, vai ocorrer no mesmo mês em que a ONU também marcou um encontro exclusivo para discutir o aquecimento global com todos os seus países-membros.

O evento, que será presidido pelo secretário-geral Ban Ki-moon, está marcado para 24 de setembro, em Nova York. Ele vai preceder, em um dia, a tradicional reunião anual da ONU.

Ontem, no encerramento da primeira assembleia-geral feita pela ONU sobre mudanças climáticas, Ki-moon pediu para que todos os países se esforcem ao máximo até o fim de 2009, na direção de um acordo internacional sobre a segunda fase do Protocolo de Kyoto, que vai começar em 2013.

"Nós, agora, estamos no momento crucial", disse o presidente da reunião, Sheikha Al Khalifa. "O que nós fizermos agora é fundamental. Precisamos ter uma ambição global para fechar um acordo à altura do desafio que temos", disse.

Além das duas reuniões em setembro, o futuro do clima da Terra será debatido no fim do ano em Bali, na Indonésia, em mais uma reunião da ONU.

Com agências internacionais

Convite de Bush para debate agrada à ONU - AFP – Estado de São Paulo – Vida & - 05/08/2007

Lideranças da ONU receberam com otimismo o convite do presidente americano George Bush para um debate sobre mudança climáticas em setembro. “Este é o passo seguinte e estou ansioso para ver onde ele nos levará”, disse Yvo de Boer, secretário-executivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Desmatamento à vista – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 05/08/2007

O teste de fogo de Marina é agora, com as queimadas -Há dúvidas sobre Marina Silva ter feito um bom negócio ao lutar com tanto afinco para manter-se no Ministério do Meio Ambiente (MMA) no segundo governo Lula e obter do presidente carta branca para reformulá-lo. Sob a aparência de ganho de força e controle, pode na realidade estar enfraquecida. Seu teste de fogo começa agora, com as queimadas na Amazônia.

A ministra já havia perdido a batalha dos transgênicos na CTNBio (embora a guerra prossiga ainda na Justiça e na Anvisa) e cedido na transposição do São Francisco. Teve de engolir Angra 3 e entregar o licenciamento ambiental das hidrelétricas do rio Madeira. Enfrentou até uma rebelião corporativista no Ibama. Nem por isso escapou de ser responsabilizada por fracassos nos leilões de energia. Como se fosse dela, e não de Dilma Rousseff, o DNA regulador do setor elétrico.

Sérgio Abranches não se cansa de dizer no portal www.oeco.com.br que a matriz energética brasileira é cada vez mais suja (termelétricas a óleo e carvão) por causa do modelo arquitetado pela ex-ministra das Minas e Energia, e não das licenças ambientais. Mas quem ouve? Em política, como se diz, vale a versão. Pouco importa se o MMA está ou não passando por uma efetiva modernização. Enquanto os inimigos da ministra na Esplanada, no Planalto e na imprensa conseguirem impingir-lhe o figurino de vanguarda do atraso, o prestígio de Marina Silva prosseguirá em erosão contínua, lenta e segura. Isso, claro, se não sobrevier o desastre. Seu grande e talvez único trunfo -a justa imagem de defensora da floresta- está vinculado à queda nas taxas de desmatamento. Com efeito, elas caíram coisa de 30% por dois anos seguidos. Não há certeza de que continuem assim, contudo. O MMA sustenta que a redução no ritmo de destruição da floresta decorreu de suas ações contra quadrilhas de madeireiros e grileiros e da criação de unidades de conservação. Decerto as medidas desempenharam seu papel. O que não se sabe com segurança é quanto dessa diminuição foi contribuído pela crise de preços e financeira enfrentada por sojicultores.

Agora a economia voltou a crescer em ritmo considerável, e os preços da soja estão subindo. Só os míopes verão nessa escalada uma flutuação conjuntural. Há boas razões para crer que os preços agrícolas em geral -e não só da commodity que avança pelo cerrado e flaqueia a Amazônia- continuarão subindo nos próximos anos.

Os biocombustíveis, como álcool (etanol) e biodiesel, estão na raiz desse processo. O Brasil, detentor do maior estoque mundial de terras agricultáveis ainda não exploradas, está em posição de beneficiar-se privilegiadamente com ele. Não há por que torcer contra. Pode-se discutir indefinidamente se a cana ameaça a Amazônia, onde quase não é plantada, ou se a soja ocupa só áreas de desmatamento antigo.

Poucos duvidam, porém, que a fronteira agrícola se expandirá no país, nos próximos anos. A questão é saber se o Estado brasileiro conseguirá disciplinar esse avanço, ou se a floresta amazônica sucumbirá como a mata atlântica, no passado, e neste exato momento o cerrado.

Marina Silva não precisa bandear-se para o alarmismo de Fidel Castro e coadjuvantes que, como Frei Betto, já falam em "necrocombustíveis". Insegurança alimentar não é o resultado necessário de um ciclo de expansão agroindustrial. Bem mais possível, até provável, é que a devastação chegue antes, neste ano ou em 2008. Por isso ela deveria pôr as barbas de molho, se as tivesse.

MARCELO LEITE é autor do livro "Promessas do Genoma" (Editora da Unesp, 2007) e responsável pelo blog Ciência em Dia (www.cienciaemdia.zip.net). E-mail: cienciaemdia@uol.com.br

"Plantar árvores" só não basta – Beto Ricardo e Ricardo Salgado – Folha de São Paulo – Opinião – 06/08/2007

"Carbono neutro" virou grife. Mas, se o compromisso é com a causa climática, e não com o marketing, não valem as afirmações falsas

APÓS A divulgação recente dos relatórios do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, na sigla em inglês) sobre o agravamento da situação do clima em consequência do aquecimento global, com ampla cobertura na mídia e sensibilização da opinião pública brasileira, se multiplicam iniciativas de empresas e de outras instituições anunciando a "neutralização" das suas emissões de gases de efeito estufa. "Carbono neutro" tornou-se uma grife concorrida.

É indispensável que pessoas, empresas, outras instituições e governos adotem práticas sustentáveis e medidas concretas para reduzir ou compensar as emissões. Há iniciativas positivas que podem contribuir para atenuar a crise climática, e é louvável que essas medidas e seus resultados sejam divulgados e reconhecidos.

Porém, aqueles que têm compromisso com a causa climática, e não só uma intenção de marketing fácil, não precisam e não devem recorrer a afirmações falsas, como a de que "neutralizaram" as suas emissões sem que isto já tenha efetivamente ocorrido. O plantio de árvores é uma das alternativas para compensar emissões.

Mas, se uma empresa emite gases queimando combustíveis fósseis, tais emissões contribuirão imediatamente para o aumento da concentração, já excessiva, desses gases na atmosfera.

E o crescimento das árvores sequestrará carbono lentamente, no decorrer de décadas, até que elas atinjam a sua idade madura.

Portanto, nesse caso, a compensação de emissões só ocorrerá no longo prazo, enquanto estas terão ocorrido de imediato. Qualquer incidente que aconteça nesse período, de modo a comprometer o crescimento das árvores, implicará a não-compensação das emissões já realizadas.

Assim, projetos de reflorestamento que visem à compensação de emissões precisam ser monitorados durante todo o período de crescimento das árvores, e somente ao final se poderá afirmar que a compensação, ou "neutralização" das emissões passadas, efetivamente se deu.

E se o plantio não gerar uma floresta capaz de se reproduzir naturalmente, em algum momento as árvores, mesmo crescidas, morrerão, e o carbono sequestrado retornará à atmosfera à medida que sua massa florestal se decompuser ou de imediato, caso essa massa seja queimada. Somente florestas permanentes podem repor a massa vegetal perdida com a morte das espécies mais antigas.

Embora qualquer iniciativa que contribua para atenuar a crise climática seja positiva, incluindo o plantio de árvores, a eventual publicidade enganosa que afirme uma "neutralização" de emissões não ocorrida prestará um desserviço à causa. Se vier a ser objeto de denúncia, produzirá efeito negativo para a credibilidade dos envolvidos e a formação de consciência social relativa a essa crise.

Empresas e instituições que decidam contribuir para o combate ao efeito estufa precisam mais do que de uma estratégia de marketing e não podem se limitar à execução de projetos pontuais ou delegar sua responsabilidade a terceiros.

Devem construir parcerias de longo prazo, pois longo será esse combate, e definir políticas permanentes, visando reduzir suas emissões, compensar aquelas que não sejam passíveis de redução imediata e mobilizar fornecedores e clientes para que façam o mesmo, despoluindo cadeias produtivas, sistemas de serviços e redes de cooperação a que pertençam.

Para tanto, podem e devem recorrer ao plantio de árvores e contribuir para agregar outros valores socioambientais, melhorar as condições de vida dos que participam desse trabalho e prestar mais serviços ambientais, como proteger fontes e cursos d'água, a biodiversidade, o solo, a qualidade do ar. O clima depende desses valores e serviços, e a concentração de gases estufa é só uma de suas dimensões.

Devem, ainda, considerar outros projetos, como erradicação de lixões, substituição de pastagens, economia de energia, simplificação de embalagens e tantos mais que possam potencializar ou complementar os efeitos.

O Instituto Terra e o Instituto Socioambiental se dispõem a somar forças com empresas e instituições parceiras para compartilhar tais políticas e os desafios e resultados do trabalho que desenvolvem em várias regiões do país. A gravidade da crise climática exige esforços adicionais e continuados, alianças ampliadas, responsabilidades compartilhadas e, sobretudo, uma abordagem mais holística e menos segmentada do mundo que queremos deixar a nossos descendentes.

BETO RICARDO, 57, antropólogo, é diretor do ISA (Instituto Socioambiental). **RICARDO SALGADO ROCHA**, 50, engenheiro, é superintendente-executivo do Instituto Terra. Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

Projeto de lei nos EUA pede energia renovável – AP – Estado de São Paulo – Vida & - 06/08/2007

A Câmara dos Deputados dos Estados Unidos aprovou um projeto de lei exigindo que 15% da eletricidade no país seja produzida a partir de fontes renováveis, como eólica, solar e geotérmica. O presidente George Bush prometeu vetar a lei, com o argumento de que ela não incentiva a produção doméstica de óleo e gás.

Vitória ambiental – Xico Graziano – Folha de São Paulo – Opinião – 07/08/2007

MONTANHAS DE sacolinhas perigam emporcalhar o mundo. Maleável e cômodo ao uso humano, o plástico carrega dois graves defeitos. Deriva da cadeia química do petróleo e tem elevada persistência na natureza. Que fazer? Primeiro, substituir o plástico do petróleo, não degradável, pelo plástico biológico, advindo do álcool da cana-de-açúcar ou do amido de milho.

Pesquisas avançadas indicam que o plástico biodegradável está chegando ao mercado. Representará, no médio prazo, enorme ganho ecológico. Segundo -e imediatamente-, reforçar a reciclagem do plástico. Isso é fundamental. Sendo reutilizado, o carbono que compõe suas macromoléculas fica aprisionado. Melhor assim, acumulado, que ser queimado e alimentar o aquecimento global.

Terceiro, rejeitar o uso de sacolas plásticas no comércio. Vale para farmácia, bar, feira livre. O movimento de recusa induzirá os comerciantes a rever sua estratégia de vendas. Aliás, a indústria da panificação acaba de iniciar campanha para abolir o uso do

plástico nas padarias, estimado no país em 40 milhões de sacolinhas/dia. Será um alívio. No supermercado, a equação parece ser mais difícil, mas não impossível. As empresas, se pressionadas pela população a serem amigas da natureza, podem abolir o uso do plástico e substituí-lo por sacolas de uso permanente. A Prefeitura de São Paulo vai iniciar, em dias, uma campanha nesse sentido. Cidade limpa.

Vem mais por aí. Na regulamentação, em breve, da lei estadual de resíduos sólidos, o governo estadual vai exigir a co-responsabilidade das empresas na solução dos resíduos que elas provocam. Quem suja que ajude a limpar. Estabelecimentos comerciais terão que implementar programas de reciclagem de suas próprias embalagens. Os municípios precisam, também, realizar a coleta seletiva do lixo. A substituição do plástico, a reciclagem e, finalmente, a chegada do plástico verdadeiramente biodegradável permitem afirmar que, talvez num prazo de cinco anos, a situação estará bem melhor. O amálgama dessa jornada contra o uso do plástico do petróleo reside na conscientização popular. Educação ambiental derrota fácil o marketing do plástico.

Mas, atenção. Acaba de surgir uma espécie de mágica no mundo do plástico. Empresas européias desenvolveram um produto chamado oxibiodegradável, cuja decomposição é acelerada no ambiente. Ilusoriamente, apelidaram essa invenção de "plástico ecológico". Onde está o problema? Acontece que a degradação do plástico oxibiodegradável se baseia em aditivos químicos que contaminam o solo e as águas. Quer dizer, ele injeta no meio ambiente, com rapidez, as partículas tóxicas associadas aos derivados do petróleo. Some-se, ainda, a essa contaminação as tintas impressas na propaganda do saquinho.

Tal plástico provoca um efeito visual, não ecológico. Um truque químico. Os aditivos que recebe esfumam os polímeros derivados do petróleo, fazendo-os desaparecer a olho nu. Mas os resíduos permanecem perigosamente infiltrados no solo. Pior, ao serem decompostos, liberam o carbono de suas moléculas. Representam séria ameaça ao meio ambiente. Sabe-se lá por que parlamentares do PT adotaram o novo plástico. O projeto de lei 534/07, de autoria do deputado estadual Sebastião Almeida, pretendia tornar obrigatório o uso desse plástico oxibiodegradável entre os comerciantes paulistas. Estranho impor algo tão discutível.

O governador José Serra, recomendado pela Secretaria do Meio Ambiente, vetou a lei. Em respeito à opinião pública, publiquei artigo neste espaço da Folha, intitulado "Engodo plastificado" (27/7), explicando as razões da decisão do governo. Argumentei que essa novidade plástica representava uma ameaça, não uma ajuda, ao meio ambiente. Os pareceres técnicos se encontram em www.ambiente.sp.gov.br.

O deputado retrucou. Era esperado. Todavia, pouco defendeu o produto que apadrinhou. Preferiu me atacar -e atacar o governo-, politizando a discussão. Apontou a Secretaria do Meio Ambiente como ligada às empresas petroquímicas. Inverossímil. Acusou-me, inclusive, de defensor dos agricultores. Nada a ver.

Ora, o lobby que ganhou essa parada foi o dos interesses difusos, a base jurídica do ambientalismo. Venceu a turma da educação ambiental. Uma derrota dos marqueteiros que

prometem mágicas à custa da natureza. A vitória de quem pensa no futuro, sem falsas soluções. Nem raciocinam com o bolso das campanhas eleitorais.

FRANCISCO GRAZIANO NETO, o Xico Graziano, é engenheiro agrônomo e secretário estadual do Meio ambiente de São Paulo. Foi presidente do Incra (1995) e chefe do gabinete pessoal da Presidência da República (gestão FHC).

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

Pesquisa revela perfil de usuários do Sistema de Informações Territoriais (SIT) – Sítio Eletrônico do MDA – 07/08/2007

Uma pesquisa realizada pela consultora Lúcia Tereza Ribeiro do Rosário, da Assessoria de Informação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), revelou o perfil do usuário do Sistema de Informações Territoriais (SIT) da SDT.

O SIT é um sistema de informações que disponibiliza dados sobre os Territórios Rurais. As informações são agrupadas por região, território ou município, e estão classificadas por aspectos demográficos, econômicos e sociais.

“Uma breve análise do perfil do usuário do SIT nos permitiu constatar a importância desta ferramenta de consulta em relação às ações de desenvolvimento territorial”, explica a consultora.

“Segundo a pesquisa, dos 1.010 usuários cadastrados atualmente, 25,9% são entidades de ensino e pesquisa, com destaque para as universidades. Isso demonstra que o sistema de Informações Territoriais é uma fonte de pesquisa de formadores de opinião, sendo inclusive utilizada na elaboração de trabalhos acadêmicos, consultorias, entre outros” afirma.

Ainda de acordo com a pesquisa, entre os usuários, aparece em segundo lugar, com 24,5%, a sociedade civil organizada - representada pelas associações, cooperativas, sindicatos, Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad), Comissões de Implementação de Ações Territoriais (Ciats), entre outras instituições. O público interno do MDA, incluindo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), aparece em terceiro lugar na pesquisa, com 21,9%.

“Desde sua criação em 2004, o SIT vem sendo aprimorado. Recentemente, foi implantado um dispositivo de consulta personalizada, que possibilita ao usuário montar sua própria tabela, escolhendo as variáveis em cada coluna como, por exemplo, melhor ou pior classificação no ranking”, esclarece. “É possível ainda agrupar as informações por região, estado, território ou município,” lembra Tereza.

O SIT permite ainda a visualização de interfaces dessas informações com especializações adotadas por outras políticas públicas como Consads, Semi-Árido, Região do São Francisco, Amazônia Legal, BR-163 e Faixa de Fronteira.

Amazonas negocia fundo de preservação com Grupo Marriot - Sonia Racy – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/08/2007

O governador do Amazonas, Eduardo Braga, está negociando com o Grupo Marriot uma parceria inédita. A idéia é que o grupo 'adote' uma das áreas de conservação do Estado para ajudar na sua preservação. Como? Por meio da criação de um fundo de investimentos, cujo funding viria de uma doação voluntária de US\$ 1,00 de cada hóspede de sua gigantesca cadeia internacional de hotéis. 'Pelos nossas contas, poderemos arrecadar algo como US\$ 50 milhões, que serão aplicados e geridos no incentivo ao não desmatamento nesta unidade específica, de forma significativa', contou ontem Braga, em visita ao jornal Estado. Em que pé estão as conversas? 'Tivemos a informação de que o board do grupo aprovou a idéia', afirma Braga, tendo o cuidado de não comemorar ainda: 'Só farei isto depois de assinarmos o contrato', avisa, cauteloso.

A fórmula, no entanto, é inédita e, se der certo, poderá ser multiplicada. O que o Marriot ganha em troca? 'Com a preocupação global hoje pela preservação da floresta amazônica, terá sua imagem atrelada a um projeto desejado e aplaudido', explica o governador, que, para surpresa de muitos, informa que a floresta amazônica, hoje, está 98% preservada. Mostrando um mapa do Inpi, Braga observa que a maior parte do desmatamento das florestas da região se deu no Pará e em Rondônia. No Pará, por exemplo, um terço do território já foi desmatado. 'A preservação da Amazônia deve muito à implantação da Zona Franca de Manaus, que impulsionou o desenvolvimento sustentável do Estado', destacou o governador. De 2003 a 2005, novamente segundo dados do Inpi, o desmatamento da Amazônia diminuiu 53%, enquanto o Estado cresceu, em média, 12%, ou três vezes mais que a média nacional.

BOLSA-FLORESTA

O governador Eduardo Braga reúne-se amanhã com Lázaro de Melo Brandão e Marcio Cypriano, do Bradesco.

Em pauta, um pedido de ajuda para a formatação do seu Bolsa-Floresta, uma espécie de Bolsa-Família que será usado para incentivar a preservação da floresta. 'Quem receber esta ajuda do Estado vai se comprometer a não desmatar,' explica o governador.

Paraná incorpora cartografia social ao Zoneamento Ecológico-Econômico - Rubens Jr
– Sítio Eletrônico do MMA - 08/08/2007

O Ministério do Meio Ambiente quer popularizar a Cartografia Social. A Cartografia, que será explicada nesta quinta-feira (9), em Curitiba, a gestores públicos do Paraná, faz parte de outra metodologia, o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). Com o ZEE, o MMA e outros ministérios e órgãos do governo identificam o perfil econômico, ambiental e social de um estado ou de uma região, apontando modelos mais adequados de implantação de atividades econômicas. Já com a Cartografia Social, a exemplo do ocorrido nos estados da Amazônia, onde a metodologia foi aplicada, Paraná e outros estados poderão igualmente retirar da "invisibilidade" comunidades tradicionais, dando-lhe voz e vez em relação aos seus destinos no cenário geográfico, político, econômico e social.

"Com o reconhecimento oficial da existência daquelas populações, nós as investimos do papel de atores políticos, estimulando seu protagonismo na reivindicação por territórios historicamente ocupados por elas e na definição das atividades econômicas, culturais e sociais que deverão ser desenvolvidas nos territórios analisados no zoneamento", explica o diretor de Zoneamento Territorial do MMA, Roberto Ricardo Vizentin.

Segundo Vizentin, a metodologia de Cartografia Social utilizada nos nove estados da Amazônia servirá de base do curso de capacitação dos gestores paranaenses, que deverão adaptá-la às peculiaridades do Paraná. "A cartografia foi incorporada ao Zoneamento Ecológico-Econômico porque fornece subsídios importantes para fundamentar as conclusões finais do processo. Felizmente, o Paraná, assim como outros governos estaduais, teve sensibilidade para perceber o valor da cartografia e seu efeito enriquecedor do zoneamento", diz Vizentin.

Além do Paraná e dos nove estados da Amazônia, outros estados já estão definidos para futuros cursos sobre Cartografia Social. Até o momento, estão previstos encontros similares ao do Paraná no Rio de Janeiro, no Espírito Santo, em Goiás e no Mato Grosso do Sul.

Queda de mais de 50% do desmatamento nos assentamentos da Amazônia – Sítio Eletrônico do MDA – 10/08/2007

Dados divulgados na sexta-feira (10) pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), no Ministério do Meio Ambiente (MMA), em Brasília, mostram que o desmatamento em áreas de assentamentos da Amazônia Legal foi reduzido em mais de 50%, passando de 4.406 quilômetros quadrados para 2.054 quilômetros quadrados. As informações foram obtidas por meio do Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal e são referentes ao período de agosto de 2005 a julho de 2006.

Segundo o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, os dados demonstram que as políticas públicas coordenadas pelo Ministério e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) estão alinhadas à temática da preservação ambiental. "Temos a convicção de que as propriedades da agricultura familiar e os

assentamentos da reforma agrária proporcionam ou resgatam a preservação do meio ambiente, pois utilizam técnicas de manejo sustentável e adequado”, frisou.

Cassel também atribuiu a redução dos danos ambientais em assentamentos ao reforço das ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Inbra. Segundo ele, em atuação conjunta, o Ministério e o Instituto têm combatido a grilagem de terras públicas e investido na regularização fundiária, inclusive com a utilização do georreferenciamento, e no aumento da produção da agricultura familiar a partir de um plano de manejo adequado. “Essa caminhada para enfrentar e reduzir o desmatamento é a única solução para o sucesso da reforma agrária e da agricultura familiar”, enfatizou.

Desmatamento cai em toda a Amazônia Legal

De acordo com o Inpe, o desmatamento em toda a Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) também diminuiu no último ano. A área total desmatada baixou de 18.793 quilômetros quadrados, em 2005, para 14.039 quilômetros quadrados, em 2006.

Conforme o estudo, apenas os estados do Amazonas e de Roraima registraram aumento nas áreas totais desmatadas. O Pará, embora possuidor da maior área desmatada em 2006 (5.005 quilômetros quadrados), registrou uma queda de 4.48%, em comparação ao ano de 2005. A previsão do Instituto é de que o desmatamento na Amazônia Legal em 2007 seja reduzido a aproximadamente 10 mil quilômetros quadrados.

Segundo o Inpe, essa é a segunda queda consecutiva no índice de desmatamento desde 2004, quando foi criado o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia (PPCDA). Coordenado pela Casa Civil, o plano conta com a participação de 13 ministérios. São eles: do Meio Ambiente (MMA); do Desenvolvimento Agrário (MDA); da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); da Defesa (MD); da Ciência e Tecnologia (MCT); da Integração Nacional (MI); de Minas e Energia (MME); do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); do Trabalho e Emprego (MTE); das Relações Exteriores (MRE); do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); e Justiça (MJ), além da Casa Civil.

Desmatamento cai e tem baixa recorde – Felipe Seligman – Folha de São Paulo – Ciência – 11/08/2007

Projeção indica que Amazônia perdeu 9.600 km² de floresta entre 2006 e 2007, 30% menos do que no período anterior - Focos de desmate estão mais fragmentados, afirma Inpe; Mato Grosso registra maior queda, e Amazonas e Roraima sofrem aumento

O governo brasileiro estima que cerca de 9.600 km² da floresta amazônica desapareceram entre agosto de 2006 e agosto de 2007, uma área equivalente a cerca de 6,5 cidades de São Paulo. Se confirmada a estimativa, a partir de análise de imagens no ano que

vem, será o menor desmatamento registrado em um ano desde o início do monitoramento, em 1988, representando uma redução de cerca 30% no índice registrado entre 2005 e 2006. Ao todo, 14.039 km², ou quase 9,5 cidades de São Paulo, foram desmatados neste período, índice 25,3% menor do que o registrado entre 2004 e 2005, quando sumiram 18.793 km² de floresta amazônica.

Os dados foram divulgados ontem em evento no Ministério do Meio Ambiente. Além da ministra Marina Silva, estavam presentes a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Roussef e os ministros da Agricultura e da Reforma Agrária, Reinhold Stephanes e Guilherme Kassel, respectivamente.

O monitoramento do desmate é feito pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que usa dois sistemas diferentes para isso: o Prodes e o Deter. O primeiro, mais confiável, usa satélites que precisam de mais tempo para captar de imagens. Já o segundo, faz isso forma rápida, mas sem conseguir observar desmatamentos de pequena escala. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, esses pequenos desmatamentos representam atualmente cerca de 50% do total. Por esse motivo, o governo só terá no ano que vem o índice real de desmatamento referente ao período 2006-2007. As áreas desmatadas já identificadas pelo Deter neste ano somam 4.820 km².

Fragmentação

As pequenas áreas devastadas são uma nova característica, segundo Marina Silva. Em 2005, os 20 municípios que mais desmataram somaram 8.300 km². Com a queda da taxa, foi preciso a ação de 95 municípios em 2006 para atingir o mesmo índice. Os números referentes ao período de 2005-2006, baseados no monitoramento do Prodes, mostram que só nos estados de Roraima e Amazonas o índice local de desmatamento subiu, comparado com o período anterior (veja quadro à esq.).

Mato Grosso, Pará e Rondônia, estados com os mais altos índices de desmatamento, apresentaram queda, mas continuam liderando a lista. Mato Grosso, entretanto -que até 2005 estava no topo do ranking- reduziu seu índice em 39,36% no ano de 2006, de 7.145 km² para 4.333 km². Com isso, foi ultrapassado pelo Pará, que viveu uma queda de 4,48%, de 5.763 km² para 5.505 km².

Rondônia, por sua vez, reduziu seu índice de desmatamento em 36,22%, de 3.233 km² para 2.062 km².

O esforço para reduzir o desmatamento é conduzido pela Casa Civil e conta com a participação de 13 ministérios, afirma Marina Silva. Com a redução do desmatamento entre 2004 e 2006, "o Brasil deixou de emitir 410 milhões de toneladas de CO₂ [gás do efeito estufa]. Também evitou o corte de 600 milhões de árvores e a morte de 20 mil aves e 700 mil primatas", disse. "Essa emissão representa quase 15% da redução firmada pelos países desenvolvidos para o período 2008-2012, no Protocolo de Kyoto."

Para Dilma Rousseff, "o Brasil é um dos poucos países do mundo que tem a oportunidade de implementar um plano que protege a biodiversidade e, ao mesmo tempo, reduz muito rapidamente seu processo de aquecimento global."

Soja ameaça a tendência de queda, diz ONG – Eduardo Geraque - Folha de São Paulo – Ciência – 11/08/2007

Mesmo se dizendo otimista com a queda no desmatamento, Paulo Moutinho, do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), afirma que é preciso esperar a consolidação dessa tendência em 2008 para a "comemoração definitiva".

"Que caiu, caiu. Mas, com a recuperação nítida do preço das commodities, como a soja, é preciso ver se essa queda acentuada vai continuar", disse o pesquisador à Folha. "O momento é de aprofundar o combate ao desmatamento", disse Paulo Adário, coordenador de campanha do Greenpeace.

Só a queda dos preços e a ação da União não explicam o bom resultado atual, diz Moutinho. "Estados como Mato Grosso e Amazonas estão fazendo esforços particulares. E parece que a ficha dos produtores caiu. O desmatamento, no médio prazo, acaba encarecendo os produtos deles."

Queimada cresce no país com seca e colheita da cana – Thiago Reis - Folha de São Paulo – Ciência – 11/08/2007

Apesar de redução no desmatamento da Amazônia, focos de fogo aumentam 18% - Bom ano para a indústria sucro-alcooleira deve fazer número subir até dezembro; estiagem leva incêndios a parques de Minas e do Piauí

O avanço da cana-de-açúcar em São Paulo associado ao clima seco da Amazônia fez com que o número de queimadas voltasse a crescer neste ano. Houve um aumento de 18,7% de 1º de janeiro a 10 de agosto de 2007 em comparação com o mesmo período de 2006, segundo o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). De acordo com informações de satélite, foram detectados 26.237 focos de calor (pontos que podem indicar fogo). No ano passado, foram 22.096 -a menor marca desde 2000. Mato Grosso se mantém como campeão de queimadas, com 7.188 focos. Pará e Roraima vêm logo atrás, com 2.900 e 2.475, respectivamente. São Paulo ocupa a quarta colocação, com 2.182 pontos.

A expectativa da União da Indústria de Cana-de-Açúcar de que a safra de 2007 seja a mais alcooleira dos últimos dez anos pode agravar o quadro, já que o período mais crítico de queimadas -que vai de agosto a novembro- mal teve início. O próprio governo de São Paulo diz que, com o avanço da cana no Estado, a área de

queima está aumentando. No ano passado, a colheita foi feita com a queima em 2,5 milhões de hectares (o que representa 10% do território paulista).

As chuvas escassas também ajudam a explicar a evolução dos focos de incêndio. De acordo com o Inpe, 320 municípios estão na faixa de risco "crítico" em razão da baixa precipitação. Deles, 190 estão há pelo menos 60 dias sem chuva. "É um ano mais seco. Na região Centro-Oeste e no leste e no sul da Amazônia, há cidades onde não tem chovido. E o fator climático conta muito. Já em São Paulo, há um aumento expressivo de queimadas de abril a junho que tem muito a ver com a colheita manual da cana-de-açúcar", diz Alberto Setzer, pesquisador do Inpe e responsável pelo monitoramento de queimadas no país.

Para ele, além do tempo e da questão agrícola, outro fator que pode fazer o número variar é a fiscalização por parte do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). "Há ano em que o governo se empenha mais, outros menos. Às vezes, há mais recursos."

O coordenador nacional do Prevfogo (Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais), Elmo Monteiro, diz, porém, que o trabalho de fiscalização é constante. "O principal problema é que ainda é preciso lidar com a cultura do fogo na agricultura para renovação de pastagem e limpeza de terreno" diz.

Unidades de conservação

O fogo também atinge as unidades de conservação federais, como o Parque Nacional de Grande Sertão Veredas (MG) e a Estação Ecológica de Uruçuí-Una (PI). Nas duas unidades, brigadistas tentam combater os incêndios, que colocam em risco lobos-guarás, tamanduás, veados e araras-azuis.

Outras 17 unidades, entre reservas biológicas, parques e florestas nacionais e estações ecológicas, aparecem em alerta amarelo (quando há focos no entorno) em sete Estados.

"As unidades de conservação são o santuário ambiental do país. Em hipótese alguma deveria haver fogo lá dentro. Isso dá noção do uso indiscriminado do fogo no Brasil", diz Setzer.

Existem críticas à economia das previsões climáticas - Há quase duas décadas escrevo sobre aquecimento global. Esses anos todos serviram para criar a convicção de que a fonte mais confiável de projeções sobre o problema são os relatórios do IPCC, o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática posto em ação pela ONU em 1988. Talvez seja hora de adicionar um grão de sal a essa convicção.

Quem primeiro alertou para a possibilidade de haver algo questionável no IPCC foi o economista José Eli da Veiga, da USP. Há coisa de seis meses, ouvi dele a intrigante afirmação de que não identificara grandes nomes da economia ambiental entre os autores dos textos do IPCC publicados no com repercussão no começo do ano. Para quem não está familiarizado com o modo de produção dos relatórios do IPCC, é bom saber que mais de 2.000 pesquisadores de muitos campos e países participam. A cada meia década, revisam toda a literatura científica sobre várias áreas de especialidade. Daí surgem seus cenários sobre aumento de temperatura (pelo menos mais 1,8C até 2100) e elevação do nível do mar (de 18 cm a 59 cm) Como é mais ou menos óbvio, essas projeções dependem de séries de dados econômicos sobre atividades emissoras de gases do efeito estufa, de energia a transportes e agricultura.

Prever quanto, onde e como a economia vai crescer é crucial para predizer o futuro das emissões e, portanto, da temperatura (que se eleva com o acúmulo de gás carbônico na atmosfera). Pelo menos desde 2003 uma dupla de especialistas -David Henderson (ex-OCDE) e Ian Castles (ex-presidente do Birô de Estatísticas Australiano)- questiona premissas econômicas básicas dos cenários do IPCC. Parece um mero detalhe técnico: o painel usa preços de mercado nas comparações de PIBs nacionais e sua evolução, em lugar de valores expressos no conceito de "paridade de poder de compra" (PPP, na sigla em inglês). Sem entrar aqui na minúcia econômica, para Henderson e Castles isso leva o IPCC a superestimar a diferença de riqueza entre países pobres e ricos em 1990, ano de referência dos cenários. Em consequência, também haveria distorções no crescimento estimado das economias desde então, o que por sua vez tenderia a inflar as emissões de gases-estufa. Não é uma objeção trivial, longe disso. A dupla acusa o IPCC, porém, de desconsiderá-la sumariamente desde 2003, apesar da receptividade inicial demonstrada por Rajendra Pachauri, que preside o painel. Um apanhado recente da controvérsia (em inglês) se encontra no artigo "Governos e Questões de Mudança Climática", publicado por Henderson na edição de abril-junho do periódico "World Economics" (www.world-economics-journal.com). O autor denuncia ali que nenhum de seus artigos sobre o tema foi incluído entre mais de 400 referências do "Quarto Relatório de Avaliação" lançado neste ano (AR4, como ficou conhecido), embora incluam um comunicado de imprensa em que Pachauri ataca o duo. Henderson e Castles ponderam que órgãos estatísticos internacionais recomendam o uso da metodologia PPP. Defensores do IPCC retrucam que a mudança não alteraria de modo significativo as projeções físicas (como a temperatura) e que seria ônus dos críticos produzir modelos e estimativas que demonstrem o oposto.

O IPCC tem a seu favor o argumento de que muitas medições desde 1990 confirmam as tendências delineadas pelo órgão. Essa pendenga não se resolverá tão cedo,

mas precisa vir a público -para indicar que o IPCC não é bem um evangelho que deve ser seguido por todos cegamente.

MARCELO LEITE é autor do livro "Promessas do Genoma" (Editora da Unesp, 2007) e responsável pelo blog Ciência em Dia (www.cienciaemdia.zip.net). E-mail: cienciaemdia@uol.com.br

O IPCC não é mais aquele – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 12/08/2007

Existem críticas à economia das previsões climáticas

Há quase duas décadas escrevo sobre aquecimento global. Esses anos todos serviram para criar a convicção de que a fonte mais confiável de projeções sobre o problema são os relatórios do IPCC, o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática posto em ação pela ONU em 1988. Talvez seja hora de adicionar um grão de sal a essa convicção.

Quem primeiro alertou para a possibilidade de haver algo questionável no IPCC foi o economista José Eli da Veiga, da USP. Há coisa de seis meses, ouvi dele a intrigante afirmação de que não identificara grandes nomes da economia ambiental entre os autores dos textos do IPCC publicados no com repercussão no começo do ano. Para quem não está familiarizado com o modo de produção dos relatórios do IPCC, é bom saber que mais de 2.000 pesquisadores de muitos campos e países participam. A cada meia década, revisam toda a literatura científica sobre várias áreas de especialidade. Daí surgem seus cenários sobre aumento de temperatura (pelo menos mais 1,8C até 2100) e elevação do nível do mar (de 18 cm a 59 cm) Como é mais ou menos óbvio, essas projeções dependem de séries de dados econômicos sobre atividades emissoras de gases do efeito estufa, de energia a transportes e agricultura.

Prever quanto, onde e como a economia vai crescer é crucial para prever o futuro das emissões e, portanto, da temperatura (que se eleva com o acúmulo de gás carbônico na atmosfera). Pelo menos desde 2003 uma dupla de especialistas -David Henderson (ex-OCDE) e Ian Castles (ex-presidente do Birô de Estatísticas Australiano)- questiona premissas econômicas básicas dos cenários do IPCC. Parece um mero detalhe técnico: o painel usa preços de mercado nas comparações de PIBs nacionais e sua evolução, em lugar de valores expressos no conceito de "paridade de poder de compra" (PPP, na sigla em inglês). Sem entrar aqui na minúcia econômica, para Henderson e Castles isso leva o IPCC a superestimar a diferença de riqueza entre países pobres e ricos em 1990, ano de referência dos cenários. Em consequência, também haveria distorções no crescimento estimado das economias desde então, o que por sua vez tenderia a inflar as emissões de gases-estufa. Não é uma objeção trivial, longe disso. A dupla acusa o IPCC, porém, de desconsiderá-la sumariamente desde 2003, apesar da receptividade inicial demonstrada por Rajendra Pachauri, que preside o painel. Um apanhado recente da controvérsia (em inglês) se encontra no artigo "Governos e Questões de Mudança Climática", publicado por Henderson na edição de abril-junho do periódico "World Economics" (www.world-economics-

journal.com). O autor denuncia ali que nenhum de seus artigos sobre o tema foi incluído entre mais de 400 referências do "Quarto Relatório de Avaliação" lançado neste ano (AR4, como ficou conhecido), embora incluam um comunicado de imprensa em que Pachauri ataca o duo. Henderson e Castles ponderam que órgãos estatísticos internacionais recomendam o uso da metodologia PPP. Defensores do IPCC retrucam que a mudança não alteraria de modo significativo as projeções físicas (como a temperatura) e que seria ônus dos críticos produzir modelos e estimativas que demonstrem o oposto.

O IPCC tem a seu favor o argumento de que muitas medições desde 1990 confirmam as tendências delineadas pelo órgão. Essa pendenga não se resolverá tão cedo, mas precisa vir a público -para indicar que o IPCC não é bem um evangelho que deve ser seguido por todos cegamente.

MARCELO LEITE é autor do livro "Promessas do Genoma" (Editora da Unesp, 2007) e responsável pelo blog Ciência em Dia (www.cienciaemdia.zip.net). E-mail: cienciaemdia@uol.com.br

Liderança local é a chave para a conservação – Ricardo Bonalume Neto – Folha de São Paulo – Ciência – 13/08/2007

DA REPORTAGEM LOCAL -Conservar a biodiversidade do planeta na era da "globalização da conservação" exige estratégias que incentivem as lideranças locais. Esse é o argumento de um grupo de pesquisadores e ambientalistas de países em desenvolvimento que publicou um artigo na revista "Science".

O texto foi escrito por 21 autores da Índia, Indonésia, Argentina, Cuba e Brasil, entre outros.

"A liderança em conservação tem de ser descentralizada e melhor integrada a condições locais. Agendas e estratégias localmente produzidas, implementadas por fortes instituições e indivíduos locais são a chave para o sucesso". (RBN)

Mercado de carbono pode incentivar desmatamento – Giovana Girardi – Folha de São Paulo – Ciência – 14/08/2007

Lucro com replantio estimula corte em área virgem -O mercado de carbono - mecanismo pelo qual países e empresas ganham dinheiro ao plantar árvores onde florestas foram destruídas- pode acabar incentivando o desmatamento em vez de evitá-lo. A conclusão é de um estudo publicado hoje no periódico de livre acesso "PLoS Biology" (www.plosbiology.org).

De acordo com os objetivos do Protocolo de Kyoto, que estabelece a redução mundial das emissões de gás carbônico, se beneficiam desse mercado principalmente os

países que já desmataram muito e têm hoje pouca mata a preservar. Nações que por algum motivo não apresentaram alto nível de desmatamento ao longo dos últimos anos devem ficar de fora desse esquema.

"Esses países têm cerca de 20% das florestas tropicais ainda intactas no mundo, mas não conseguem fazer dinheiro com a floresta em pé", disse à Folha Gustavo Fonseca, ex-presidente da divisão brasileira da ONG Conservation International, um dos autores do artigo.

Isso ocorre porque o mercado de carbono funciona com base na comparação entre o que já foi desmatado e que ainda se pode preservar. Países que não desmataram não têm um teto para comparar.

"Eles não têm nada para vender. É irônico, mas isso pode criar um incentivo perverso e acabar fazendo com que esses países desmatem para poderem se igualar aos demais", explica Fonseca. O pesquisador propõe um mecanismo para que eles recebam simplesmente por não desmatarem. O sistema consideraria o nível global de destruição florestal e não o de cada país.

Os países citados no estudo são Panamá, Colômbia, República Democrática do Congo, Peru, Belize, Guiana Francesa, Guiana, Suriname, Gabão, Butão e Zâmbia.

PDA promove oficina nacional sobre gestão participativa em UCs – Sítio Eletrônico do MMA - 14/08/2007

O Subprograma Demonstrativo (PDA), da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, realiza entre os dias 14 e 16, no Ibama, em Brasília, oficina nacional sobre projetos que tratam da capacitação e gestão participativa de unidades de conservação. Os projetos, em início de execução, serão desenvolvidos nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. O objetivo é iniciar o acompanhamento interinstitucional, ajustar os planos de trabalhos, repassar os procedimentos que deverão ser observados na monitoria técnica, além de definir novas atividades, como, por exemplo, realização de oficinas regionais.

Para isso, instituições parceiras como a Diretoria de Ecossistemas, do Ibama, a Diretoria de Áreas Protegidas e o Programa de Áreas Protegidas da Amazônia, ambos do Ministério do Meio Ambiente, farão apresentações de experiências e das diretrizes sobre os temas que serão discutidos com os proponentes e executores dos projetos.

Na região Nordeste, a proponente e executora do projeto é a Associação para Proteção da Mata Atlântica do Nordeste. No Sul, o Instituto de Estudos Ambientais. E no Sudeste, o Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, sendo a Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças a executora.

MMA debate incentivos positivos para países em desenvolvimento - Rubens Jr. – Sitio Eletrônico do MMA - 14/08/2007

A redução das emissões de carbono pelo desmatamento - um dos causadores do aquecimento global - será um dos temas da reunião de trabalho desta quarta-feira e quinta-feiras (15 e 16), em Jacarta, Indonésia. No encontro, que reunirá representantes de países em desenvolvimento, o Brasil procurará identificar eventuais pontos de consenso em relação à proposta de que países industrializados apóiem incentivos positivos (tecnológicos e financeiros) que auxiliem nos esforços de redução de emissões provenientes do desmatamento nos países em desenvolvimento. O Ministério do Meio Ambiente será representado no evento pelo analista ambiental da Secretaria de Mudanças do Clima e Qualidade Ambiental, Adriano Santhiago de Oliveira.

A proposta brasileira difere dos mecanismos de mercado praticados atualmente, e baseia-se em arranjo que não possa ser utilizado pelos países do Anexo I da Convenção (basicamente países industrializados mais o leste europeu), a fim de cumprirem com seus compromissos quantificados de limitação e redução de emissões de gases de efeito estufa assumidos na esfera do Protocolo de Quioto. Outros países têm defendido uma solução de mercado com base em comércio de emissões.

A proposta brasileira tem caráter voluntário e defende a implementação da Convenção sobre Mudança do Clima no que se refere ao compromisso ético de mitigar os efeitos das mudanças climáticas, com o apoio dos países que mais contribuíram historicamente para o fenômeno. O Brasil considera que a posição é agregadora, pois todo o planeta seria beneficiado. Outra característica da proposta brasileira é o caráter nacional da redução do desmatamento, e não pontual. O governo brasileiro entende que a redução do desmatamento deve ser medida com base em todo o território nacional, e não apenas em regiões específicas.

Na opinião do analista, a participação do MMA no evento de Jacarta demonstra o compromisso com a busca de um arranjo concreto para a questão da redução de emissões provenientes do desmatamento no âmbito da Convenção. "Apesar de ser um evento informal, já que a negociação oficial ocorrerá em dezembro, durante a 13ª Conferência das Partes da Convenção sobre Mudança do Clima (COP-13), em Bali, é uma oportunidade importante para avançar no debate", diz o analista.

O melhor argumento dos sem-terra - Marcos Sá Corrêa – Estado de São Paulo – Vida & - 15/08/2007

Se os líderes do MST não gostassem tanto de ouvir a música de suas próprias vozes recitando slogans, usariam como propaganda da reforma agrária a paisagem que o biólogo Laury Cullen vai descrevendo com o mínimo de palavras, enquanto roda pelo labirinto de estradas rurais no Pontal do Paranapanema.

É um lugar que, há menos de um século, os mapas do Estado de São Paulo ainda apontavam como terra incógnita. Teodoro Sampaio, a sede do município, leva o nome do engenheiro que explorou aqueles sertões dos caingangues lá pelo fim do 2º Reinado.

Suas florestas resistiram, até a década de 40, como vasta reserva que o governo Adhemar de Barros deixou grilar nos anos 50 - para abastecer com a fuligem de madeira nativa os motores de uma campanha gorada à presidência da República, diz a lenda.

O saldo da conquista estabanaada perpetuou-se numa insolúvel confusão fundiária, espetando na informalidade jurídica imensas fazendas abertas na mata sem título de propriedade e com desprezo pelo Código Florestal. Sua força vem do gado, que nesta época do ano salpica os pastos cor de palha com o branco meio imóvel dos bois de corte e atravanca as ruas de Teodoro Sampaio com a procissão de carretas a caminho do matadouro.

Foi por conta da grilagem original que os sem-terra puseram o Pontal no front da reforma agrária. Nem tudo ali se pode chamar de latifúndio improdutivo. Há colinas plantadas com capim em curvas de nível ao lado de charrascais invadidos pelo cupim, com troncos de ipês desfolhados,mas renitentes, que as queimadas não conseguiram botar no chão.

Em comum, além do passado inconfessável, os bons e maus pioneiros do agronegócio local têm a mesma penúria de árvores. Não é à-toa. São ambos filhos do mesmo desmatamento.

Qualquer forasteiro pode constatar a olho nu que praticamente ninguém ali está em dia com suas suas cotas de proteção permanente e reservas legais.

É onde entra o trabalho de Cullen. Ele chegou a Teodoro Sampaio há 20 anos, como pesquisador no Morro do Diabo, último retalho do parque ainda nas mãos do governo. Sobraram 30 mil hectares, cercados de arame farpado por todos os lados e rasgados por uma rodovia, em que os sobreviventes da fauna nativa morrem atropelados. Mas tem lá suas larguezas, como cerca de 800 micos-leões-pretos, durante muito tempo dados por extintos, e uma população de onças que não pára de aumentar.

Cullen está no Pontal por causa dos animais. Mas, para não perdê-los de uma vez por todas, trabalhando no Instituto de Pesquisas Ecológicas, ele teve que aprender a lidar com gente.

Convenceu fazendeiros a abrir alas em suas terras para os bichos que transitam entre o Morro do Diabo e os míseros fragmentos florestais da borda do Paranapanema, plantando corredores de árvores nos campos descobertos.

E, o que parecia ainda mais difícil, fechou com assentados, que antes só conheciam o parque como território da caça clandestina, um pacto de não-agressão que rendeu, entre

outros efeitos, 22 viveiros de mudas cultivados pelos sem-terra. Hoje, quando os fazendeiros precisam de árvores, compram nos assentamentos.

Cullen trata de não tomar partido na política do Pontal. E sabe que, com grandes fazendeiros ou pequenos assentados, o boi criado solto só difere pela raça e a extensão das cercas. Mas bastam alguns quilômetros de estrada para aprender que, ali, pelo menos do ponto de vista de quem vive da natureza, como onça ou ambientalista, a profusão de sítios sombreados por árvores frutíferas faz uma espantosa diferença.

*** É jornalista e editor do site O Eco (www.oeco.com.br)**

Empresas adotam sistema 'ecoeficiente' - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 15/08/2007

Companhias como a Braskem e a VCP usam software que calcula como produzir mais com menos recursos

A petroquímica Braskem anunciou recentemente sua tecnologia para fabricar plástico 'verde' a partir do álcool de cana-de-açúcar. O projeto consumiu investimentos de US\$ 5 milhões, e as futuras decisões sobre localização da planta têm como pano de fundo um conceito ainda pouco conhecido no Brasil: a ecoeficiência.

A ecoeficiência - modo de se produzir bens e serviços utilizando menos recursos naturais (água, energia, matéria-prima) e gerando menos resíduos - está ganhando força na indústria brasileira, especialmente entre empresas com presença no mercado internacional.

'Além da redução nos custos, a estratégia permite ganhos em competitividade e para a imagem das empresas', explica Sonia Chapman, diretora presidente da Fundação Espaço Eco, o primeiro centro para ecoeficiência da América Latina, que funciona há três anos em São Bernardo do Campo (SP). O centro presta consultoria para empresas e tem clientes como Braskem, Votorantim e Santista Têxtil. A Fundação tem entre os mantenedores a indústria química Basf e a GTZ, agência de cooperação técnica alemã.

'A idéia é orientar as empresas para que tornem seus produtos e processos melhores, do ponto de vista socioambiental', explica Sonia. Segundo a executiva, isso é feito por meio de um software de ecoeficiência, aplicado in loco nas empresas.

O software analisa parâmetros como consumo de água e energia, emissões de poluentes, toxicidade dos produtos e riscos potenciais, e permite calcular o custo das alternativas menos agressivas ao meio ambiente.

Na Braskem, a análise de ecoeficiência foi aplicada nas linhas de produtos de PVC, etenos e polietilenos, insumos da indústria do plástico. 'Agora, as próximas decisões de investimentos da empresa, como a localização da planta do plástico 'verde' e sua tecnologia de fabricação, terão como base os resultados da análise de ecoeficiência', diz Jaildes Britto, coordenadora de meio ambiente corporativo da Braskem.

A Votorantim Papel e Celulose (VCP) também aderiu à análise de ecoeficiência em suas fábricas. Isso ajudou a empresa a alcançar a auto-suficiência energética na unidade de Jacareí (SP). Lá, 78% da energia - 80 MW - é gerada a partir da queima de biomassa e licor negro, que são resíduos do processo produtivo da celulose. 'Vemos a ecoeficiência como um processo virtuoso em termos de custos', diz José Luciano Penido, presidente da VCP.

ECOEFICIÊNCIA

Energia: O processo produtivo deve buscar eficiência energética e também fontes alternativas, como a geração a partir da queima de resíduos

Matéria-prima: Uso racional, com redução do desperdício

Análise do ciclo de vida: Cálculo do impacto ambiental de um produto, desde a extração da matéria-prima até seu descarte

Resíduos: Menor geração de lixo e destino correto, como o aproveitamento no processo produtivo

Boas novas da Amazônia – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 15/08/2007

AS CIFRAS de desmatamento na Amazônia apresentadas na sexta pelo governo federal trouxeram alívio para a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e tantos quantos se preocupem com o destino da maior floresta tropical do planeta. O período que vai de agosto de 2006 a julho de 2007 poderá até gerar um recorde: 9.600 km² -o menor desmate desde 1988, quando começou a medição.

Trata-se de uma estimativa obtida com as imagens orbitais usadas no sistema Deter, mais ágil, porém menos preciso, criado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) para dar apoio à fiscalização. A projeção precisa ainda ser confirmada com o sistema Prodes, mais minucioso, fonte da série histórica de quase duas décadas. Se confirmada a projeção do Deter para 2006/2007, a taxa de devastação terá recuado por três anos consecutivos (em 2004, registravam-se ainda 27.429 km², o segundo maior desmatamento de todos os tempos). Um progresso sustentado, sobretudo diante da retomada do crescimento econômico e do bom momento do agronegócio. No passado, tais circunstâncias não raro coincidiam com o recrudescimento da derrubada da mata. De todo modo, 9.600 km² ainda constituem cifra respeitável, equivalente a 1,7 Distrito Federal. O combate ao desmatamento ilegal doravante se torna mais árduo, pois os satélites

também indicam que a derrubada se concentra em áreas menores, mais difíceis de fiscalizar. Se para alcançar tais resultados foram realizadas 446 operações de fiscalização, que levaram à prisão de cerca de 600 pessoas (115 servidores do Ibama, cabe lembrar), nos próximos meses essas ações mais espetaculares terão sua eficácia reduzida. Não se exclui, além disso, que o entusiasmo de investidores com biocombustíveis termine por refletir na Amazônia, com o avanço da fronteira agrícola. A dinâmica socioeconômica que leva ao desmatamento abarca uma legião de atores e fatores, que ainda pode produzir surpresas nefastas. O teste mais importante do programa de combate à destruição começa agora e termina em agosto de 2008.

Hackbart apresenta dados sobre redução do desmatamento em assentamentos - Sítio Eletrônico do MDA – 15/08/2007

O presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, ressaltou que no último ano os 786 Projetos de Assentamento na Amazônia Legal reduziram em 53% o desmatamento em suas áreas, enquanto a redução média do desmatamento na região foi de 25%. A apresentação dos dados ocorreu nesta quarta-feira (15) durante audiência da Comissão de Fiscalização e Controle Externo da Câmara dos Deputados, que contou também com a presença do presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Bazileu Alves.

Primeiro a falar, o presidente do Ibama destacou que o desmatamento na região em 2006/2007 deve ficar em torno de 9 mil km² na região. Avaliou, ainda, que os desmatamentos ilegais estão acontecendo em áreas cada vez menores para se escapar da fiscalização. “Estão ocorrendo pequenos desmatamentos em áreas contíguas a antigas áreas onde ocorreram grandes desmatamentos. Isso indica uma mudança de estratégia no deflorestamento”.

Em seguida, Hackbart informou sobre o desenvolvimento sustentável e o manejo ambiental em assentamentos na Amazônia Legal, utilizando dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), do Ibama e do próprio Incra. Hackbart expôs o crescimento dos assentamentos e a redução dos desmatamentos neles.

Manejo florestal

As diversas modalidades de assentamento e a sua relação com o manejo sustentável do solo em respeito ao meio ambiente foram detalhadas. Dentre essas modalidades, Hackbart citou os Projetos de Assentamento Florestal (PAFs) e os Projetos Agroextrativistas (PAEs), reafirmando a preocupação expressa no II Plano Nacional de Reforma Agrária com a preservação ambiental.

Por fim, o presidente do Incra reconheceu que existem problemas entre as mais de 131 mil famílias assentadas em mais de 10 milhões de km² de assentamentos na região. No entanto, ressaltou que, em função dos dados apresentados, a reforma agrária não pode ser responsabilizada pelo desmatamento na Amazônia.

Plano prioriza recuperação de áreas já desmatadas - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 16/08/2007

700 mil km² de floresta já foram alterados; 30% estão abandonados

A necessidade de uma revisão das estratégias de conservação da Amazônia foi reforçada ontem por especialistas e representantes governamentais no 5º Seminário Técnico-Científico de Análise de Dados Referentes ao Desmatamento, em Anápolis (GO). Uma nova versão do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento deverá ser concluída até o fim do ano, quando o governo espera comemorar mais uma redução nos índices de desmatamento da região.

Conforme detalhado ontem pelo Estado, a nova edição do plano será fundamentada em duas estratégias: o aproveitamento econômico sustentável das florestas preservadas e a recuperação ambiental e econômica das áreas já alteradas. Cerca de 700 mil quilômetros quadrados de floresta já foram desmatados na Amazônia - uma área do tamanho de Minas, Rio e Espírito Santo. E cerca de 30% dessas terras (200 mil km², equivalente ao território do Paraná) estão abandonadas, segundo a pesquisadora Ima Célia Guimarães Vieira, do Museu Paraense Emílio Goeldi. 'São terras que não estão sendo usadas para nada e poderiam ser recuperadas', disse Ima ao Estado, por telefone.

'O grande desafio não é desenvolver a economia nas regiões de floresta, é promover o desenvolvimento nas regiões que já foram alteradas', defende José Maria Cardoso da Silva, vice-presidente de Ciência e diretor para Amazônia da organização Conservação Internacional. Segundo especialistas, o aproveitamento de áreas abandonadas ou subaproveitadas seria uma forma estratégica de incentivar atividades econômicas na região sem pressionar novas áreas de floresta. 'Se usarmos bem esses 700 mil km² podemos multiplicar a economia regional por cinco sem derrubar nenhuma árvore', diz Cardoso. 'Não existe mais lógica nem para o desmatamento legal nem ilegal.'

O aproveitamento dessas áreas, porém, requer tecnologia. Grande parte dessas terras está abandonada justamente pela degradação do solo, que perde sua fertilidade no prazo de alguns anos após a remoção da cobertura florestal. 'A tecnologia existe, mas é cara', afirma Ima. 'O custo para recuperação de um pasto ainda é muito mais alto do que abrir novas áreas de floresta.' Para o climatólogo Carlos Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a ciência necessária para o reaproveitamento de áreas alteradas ainda precisa avançar muito no País. 'O que temos é absolutamente insuficiente', disse o cientista, que coordena um grupo de revisão externa do atual plano de combate ao desmatamento.

'Temos ciência, sim. O que falta é integrar esse conhecimento', afirma Cardoso. Segundo o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, é preciso não só recuperar áreas degradadas como aumentar a produtividade das áreas utilizadas pela agricultura e pecuária.

Ibama e governo estadual vão recorrer de liminar que põe "sub judice" carcinicultura perto de Abrolhos

Milhares de pescadores podem ser afetados pelo negócio; empresários, que desde 2004 tentam obter a licença, negam impacto

O governo da Bahia e o Ibama vão recorrer da decisão judicial que, no fim de julho, breou o licenciamento do maior empreendimento de criação de camarão do Brasil. Uma liminar determinou que o processo seja suspenso até a Justiça Federal julgar ação do Ministério Público Federal -órgão que defende que o Ibama é a autoridade responsável por licenciar o projeto, e não o governo da Bahia, atual encarregado da tarefa. A disputa judicial sobre a carcinicultura no sul da Bahia -que pode prejudicar o Parque Nacional Marinho de Abrolhos- se arrasta desde 2004. O recurso contra a última liminar, porém, será pedido não por questões ambientais, mas porque o Ibama e o governo baiano discordam do MPF.

"Nosso papel é de agente fiscalizador. Disso não abrimos mão de jeito nenhum. Mas no caso do licenciamento, nesse caso específico, é diferente", disse à Folha Célio Costa Pinto, superintendente do Ibama da Bahia (parte das funções do órgão está sendo transferida para o novo Instituto Chico Mendes, recém-criado). Beth Wagner, atual diretora do CRA (Centro de Recursos Ambientais), órgão baiano responsável pelo licenciamento ambiental em todo o Estado, também concorda. "Nosso questionamento em relação a essa última decisão da Justiça é sobre a competência apenas. Em relação ao mérito, existe toda uma preocupação dos diferentes órgãos do Estado com o empreendimento", diz.

A Coopex (Cooperativa de Criadores de Camarões do Extremo Sul da Bahia), responsável pelo empreendimento, afirma que a megafazenda não cria problema ambiental. Apesar das críticas de procuradores e ambientalistas, o presidente da ABCC (Associação Brasileira de Criadores de Camarão), Itamar Rocha diz que "o impacto sobre Abrolhos é zero".

Ecoburocracia

Independentemente do problema ambiental, porém, a questão sobre quem deve fazer o licenciamento emperra a criação da fazenda de camarão.

A procuradora da República Fernanda Oliveira, autora da ação, defende a tese de que o Ibama não pode se eximir do processo. O juiz Ailton Rocha decidiu concordar com ela. No julgamento, ele determina que a licença deve deixar o órgão estadual e passar ao federal.

Oliveira explica que a área em questão é da União e, portanto, cabe ao Ibama cuidar dela. "A carcinicultura (criação de camarão, por exemplo) em Abrolhos merece ser vista com cuidado redobrado", diz.

Em uma outra ação, o órgão federal conseguiu ampliar para toda a Bahia a determinação antes limitada a Abrolhos. Agora, todo processo de licenciamento na zona litorânea terá de ser feito pelo Ibama. Mas, de acordo com Célio Pinto, essa visão está equivocada.

"Se for assim teremos que cuidar de cada uma das barracas de praia", explica.

Crustáceos embrulhados

Existem ainda pelo menos outros três imbróglis judiciais envolvendo a criação da fazenda de camarão no Sul da Bahia. A criação de uma zona de amortecimento ambiental ao redor da área do parque marinho, o que inviabilizaria ainda mais a criação do empreendimento, está "sub judice".

A Folha apurou que desde a mudança de comando político no Estado os ambientalistas estão realmente mais satisfeitos com o curso do processo. (O atual governador, Jacques Wagner, é opositor do grupo que estava no poder até o ano passado havia 16 anos). O Governo da Bahia pretende rever a anuência que havia sido dada pelo gestor de proteção ambiental local para o empreendimento ser construído. A criação de uma reserva extrativista na área em questão -o que também pode atrapalhar a instalação da fazenda- é outro processo que está sendo estudado no nível estadual. Pelas contas de Marcello Lourenço, chefe do Parque de Abrolhos, milhares de pessoas vivem da pesca na região e poderão ser afetadas pelos impactos da criação de camarão. O superintendente do Ibama do Estado também confessa preocupação com a criação de camarão na Bahia. "É uma atividade que tradicionalmente causa impactos na zona costeira, incluindo o manguezal."

Disseminação da carcinicultura no RN prejudica pescador e pequeno produtor – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 16/08/2007

Na Barra de Cunhaú, litoral sul do Rio Grande do Norte, as piscinas de camarão chamam a atenção do visitante. Mas apesar de grandes empresas, como a Camanor -que desde os anos 1980 opera na região sob a batuta do suíço radicado em Natal Werner Jost-, exportarem milhões de dólares em camarão todos os anos, pequenos e médios produtores já não conseguem mais lucrar. Alguns até já deixaram suas terras. E pescadores que usavam o mangue para pegar caranguejo e peixe viram sua atividade minguar.

Um dos moradores da região, Gilvan Oliveira, 54, foi encontrado na beira da água pela reportagem. Mas ele não estava cuidando do seu pescado.

"As fazendas de camarão são bem-vindas porque trazem empregos. Mas o impacto ambiental existe. Isso aqui tudo era mangue. Hoje, não se pode viver mais da pesca, precisamos partir para outras coisas para sobreviver", diz o pescador, que hoje constrói barcos para transportar turistas.

O dilema de Oliveira se espalha por quase todo o Estado potiguar, o pioneiro na criação de camarão no país e até hoje o maior exportador. A situação é grave, por exemplo, na lagoa de Guaraíras, que fica perto da famosa Praia da Pipa. O mangue lá sofreu uma importante redução segundo o Ministério Público Estadual. (EG)

Pelos caminhos do pequi e do junco - Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 17/08/2007

Começa-se pensando no cerrado brasileiro, chega-se aos mangues sul-americanos. Começa-se na Europa primitiva, chega-se à Ásia. O ser humano vai aprendendo que tudo está interligado no planeta - para bem ou para mal.

Cientistas da UnB e da Universidade Católica de Brasília - relata Gustavo Faleiros em O Eco (10/8) - estão preocupados com a redução da variabilidade genética do pequi em áreas isoladas do cerrado, já que esse fruto é uma das principais fontes de alimento do lobo-guará, do cateto, da anta e de outras espécies (inclusive a humana). E sua hipótese é de que os morcegos, os principais polinizadores do pequizeiro, não levam o pólen para áreas mais remotas. Têm razão para se preocupar. Há anos a Embrapa Monitoramento por Satélite e seu diretor, Evaristo Miranda, vêm dizendo que só restam do cerrado brasileiro menos de 5% em áreas com possibilidade de sobreviver, com mais de 2 mil hectares contínuos - em fragmentos menores as cadeias genéticas e reprodutivas têm dificuldade para se manter.

Talvez no caso do pequi possa haver outros componentes, relacionados com o nosso parco conhecimento sobre as espécies. Há duas décadas, o autor destas linhas acompanha esforços de pesquisadores para encontrarem formatos que garantam a sobrevivência do pequizeiro. Numa universidade, por exemplo, conseguiu-se produzir mudas de pequizeiro. Plantadas por este escriba há quase 20 anos, cresceram, mas não produziram flores nem frutos. Um índio do Xingu, Tabata Kuikuro, ao saber disso, comentou: "É porque vocês não sabem plantar, plantam com o caroço do pequi deitado, tem que plantar com ele de pé, nós fazemos assim" - e o Xingu tem pequi em abundância. Tabata prometeu e em sua viagem seguinte trouxe caroços de pequi do Xingu, plantou-os em Goiânia, onde já floresceram e frutificaram.

Seja por que caminhos for, o Relatório Planeta Vivo 2006, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e do WWF, diz que "estamos deteriorando os ecossistemas naturais a um ritmo nunca visto na história da humanidade". E perdendo informações preciosas sobre as espécies da biodiversidade. O índice das espécies terrestres no planeta

declinou 31% entre 1971 e 2003; o das espécies marinhas, 27%; o das espécies de água doce, 28%.

Retorna-se aos antepassados humanos: pesquisadores da Espanha e da Itália, examinando 5 mil dentes de fósseis da Ásia e da África, concluíram que os primeiros hominídeos europeus (que comeriam eles?) podem ter vindo principalmente da Ásia, e não apenas da África (Estado, 7/8). Quase ao mesmo tempo, noticia-se que um neto do famoso navegador norueguês Thor Heyerdahl (falecido em 2002) repetiu a célebre expedição do avô: navegou numa jangada primitiva do Peru à Polinésia, em menos tempo.

Thor Heyerdahl ficou famoso há 60 anos, quando, para provar sua hipótese de que o povoamento poderia ter ocorrido da América para a Ásia - ao inverso do que se afirmava -, juntou mais cinco companheiros, cortou árvores na Amazônia peruana, fez os troncos descenderem na correnteza dos rios até o litoral e com eles construiu uma jangada rústica, contratou fiandeiras para tecer as velas e se meteu no oceano durante 101 dias, ao sabor dos ventos, com a embarcação cercada por tubarões. Depois de 8 mil quilômetros percorridos, chegaram ao atol de Tuvalu, na Polinésia - provando na prática a hipótese de Heyerdahl. Foi a célebre Expedição Kon-Tiki, tema de livros e filmes.

Em 1998, nas suas memórias - Na Trilha de Adão, editadas no Brasil em 2000 -, Heyerdahl conta que depois da viagem à Polinésia decidiu fazer outra, da África à América Central. E quase morreu, porque os troncos da embarcação se encharcaram antes da chegada ao destino. Por isso, quando resolveu tentar, com o mesmo método, o roteiro Ásia-África, saiu em busca de informações sobre o junco, a madeira da jangada. E foi parar na Mesopotâmia, pátria dessa espécie, onde o conduziram até a casa de um homem de mais de 100 anos de idade, que se dizia saber tudo sobre o junco. Quando Heyerdahl descreveu o insucesso da viagem à América Central e lhe perguntou por que a madeira se encharcara - ela que permitira toda a navegação durante séculos, a “descoberta” de vários mundos -, o velho, sereno e concisamente, respondeu: “Porque não foi colhido em agosto.”

Heyerdahl, em suas memórias, maravilhava-se com o encontro. E observava que um conhecimento tão precioso para a evolução humana - junco colhido fora de época encharca - se estava perdendo. Como a cada dia se perdem outros conhecimentos preciosos de povos ditos primitivos, à medida que seu hábitat é devastado.

Thomas Lovejoy, uma das pessoas mais respeitadas na área da ciência, lembra que só o comércio de medicamentos derivados de espécies vegetais supera a casa dos US\$ 200 bilhões anuais. Quanto valerá o repositório de informações contidas nos milhões de espécies que nem sequer foram estudadas? Quanto valerá a biodiversidade vegetal brasileira, entre 10% e 20% da planetária? Quando se levará a sério a proposta da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) de desmatamento zero na Amazônia e forte investimento em ciência e formação de cientistas na área? Apenas 9% do PIB amazônico está relacionado com a biodiversidade, diz o cientista Charles Clement. Se a redução do desmatamento em 2005/2006 deve ser saudada, ainda cabe lamentar que mais 14 mil km² dessa biodiversidade tenham sido perdidos em um ano; 700 mil km² ao todo.

Quem somos nós? De onde viemos? Para onde vamos? Segundo Carl Jung, são essas as três perguntas realmente fundamentais que devemos fazer. Mas é preciso que o entorno permaneça para que possamos responder; para saber por onde caminhamos ao longo dos séculos, com que recursos. E para onde poderemos ir, com tudo à nossa volta ameaçado. **Washington Novaes é jornalista - E-mail: wlrnovaes@uol.com.br**

Secretário de Desenvolvimento Territorial recebe comitiva venezuelana – Sítio Eletrônico do MDA – 17/08/2007

O secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), Humberto Oliveira, recebeu em Brasília, na tarde desta quinta-feira (16), uma missão da Venezuela formada pela secretária de Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado de Portuguesa, Maritza Ceballos, pela consultora em Turismo Rural do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), María Micaela Leal, e pela presidente da Fundacion Del Nin@ Bolivar, sediada no estado de Lara, Lic. Dolly Muñoz.

O objetivo da visita foi conhecer o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais desenvolvido pela SDT. O programa busca promover o planejamento, a implementação e autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, além do fortalecimento e dinamização de suas economias.

“Há várias maneiras de ver o território. Um exemplo seria percebê-lo por meio de suas cadeias produtivas. Nós escolhemos o recorte que contempla o território a partir da construção de sua história”, disse o secretário da SDT/MDA, Humberto Oliveira. “Essa política de desenvolvimento territorial amplia o potencial dos municípios a partir do agrupamento em territórios”, explicou.

O programa da SDT baseia-se na idéia de territórios de identidade, que são espaços geograficamente definidos, compreendendo áreas urbanas e rurais, unidas por identidade econômica, social e cultural. Atualmente, são apoiados 120 territórios em todo o País. Eles agregam 1848 municípios.

Também participaram do encontro o assessor especial da SDT Marcelo Duncan e o especialista em Desenvolvimento Rural Sustentável do IICA Carlos Miranda.

Depois de perceberem que desmatar dá prejuízo, populações da Amazônia penam para descobrir como sobreviver sem exaurir a floresta

Não temos como lutar contra as pessoas que estão desmatando. Então se eles cortam, nós plantamos, protegemos a floresta e vivemos da madeira descartada." Com essa frase Miguel Rocha, 67, explica o lema da ONG Almerinda Malaquias, que ele coordena em Novo Airão, município de cerca de 7.000 habitantes a 200 quilômetros de Manaus. Em 12 anos de atividade, Rocha e sua família conseguiram mostrar à população que vive à beira do rio Negro naquele local que há meios de lucrar com a floresta em pé. Os habitantes que compraram a idéia aprenderam a transformar galhos que caem das árvores e tocos que sobram da atividade das madeireiras em artesanato.

Pelo menos 60 pessoas trabalham lá talhando sapos, peixes-bois, pirarucus, macacos e onças. "Tiramos da mata gente que estava cortando árvore, recebendo por mil pedaços de madeira apenas R\$ 80", conta. "Hoje, com uma tábua pequena, que ia virar fumaça, eles fazem cinco muiraquitãs [amuletos indígenas em forma de sapo] e ganham R\$ 25." O desempenho obtido por essa comunidade -que entendeu a necessidade de aprender um novo ofício- está longe, no entanto, de ser praxe na Amazônia. Conversas com ribeirinhos "catequizados" por ambientalistas e pela própria experiência mostram que muitos já entenderam que a longo prazo derrubar a floresta lhes traz mais malefícios que benefícios, mas eles ainda estão descobrindo como sobreviver de outras formas.

Grupos inseridos em reservas extrativistas ou em trabalhos de ONGs têm uma opção, mas, quando a entidade vai embora, é comum sucumbirem. Já os que estão sozinhos tendem a viver de subsistência, por meio da caça, pesca e plantação de mandioca. O que não produzem, trocam com os vizinhos.

Parece suficiente, e pode-se dizer que eles vivem razoavelmente bem, mas essa é a saída? O desafio do tal desenvolvimento sustentável se mostra muito maior quando a população amazônica é vista de perto.

A poucos quilômetros de Novo Airão, já nas margens do rio Cuieiras, vivem comunidades que ainda estão engatinhando nesse processo. São, por exemplo, indígenas que só agora estão aprendendo formas sustentáveis de cultivar mandioca e mel e outros que, depois de caírem no conto da ONG pilantra, descobriram uma maneira de se sustentar com turismo.

"Faz um tempo, tentamos criar galinhas. Trouxeram um monte de pintinho e falaram pra gente cuidar. Cuidamos, mas quando a ONG foi embora não tínhamos mais ração. Morreram todos", conta Jualison Garrido Melo, 23, da tribo baré. Hoje a comunidade Nova Esperança faz bijuterias de sementes e vende para turistas, com o apoio do IPÊ (Instituto de Pesquisas Ecológicas), que busca capacitar os moradores para que eles consigam se manter quando estiverem sozinhos.

Perto dali, a família de "seu" Praxedes, outro índio baré, também tem tido aulas com o IPÊ. Ele aprendeu a manejar a plantação de mandioca de modo a preservar o solo - alternando o cultivo da raiz com o de árvores frutíferas para mantê-lo produtivo- e criar abelhas sem ferrão para produzir mel. Na região as famílias haviam abandonado o roçado para desmatar e puseram em risco sua segurança alimentar, já que a farinha é uma das únicas fontes de carboidrato. A produção, no entanto, é suficiente apenas para ele, filha e netos.

Ilusão de um paraíso - Especialistas em desenvolvimento sustentável lembram que as atividades que dão certo ainda são poucas na Amazônia. Famílias que vivem da agricultura de subsistência, da pesca artesanal, do extrativismo ou do corte de madeira permanecem a maioria. "Ninguém pode defender de modo absoluto que essas pessoas estão vivendo como se tivessem atingido o paraíso", comenta o climatologista Carlos Nobre, que assessora o PPG7 (Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil). "É uma idéia que ainda está muito restrita à academia, mas nós cientistas defendemos a necessidade de haver uma revolução científica e tecnológica na Amazônia. É preciso encontrar o equilíbrio para que a população consiga desenvolver atividades mais rentáveis", diz.

"O desafio é fazer com que essas comunidades atinjam um IDH [Índice de Desenvolvimento Humano] aceitável", complementa o biólogo Charles Clement, do Inpa (Instituto de Pesquisas da Amazônia). "Precisamos treinar e capacitar essas pessoas para que elas aprendam a interagir de modo eficiente com o mercado."

A repórter viajou a convite da WWF e da Nissan

Desmatamento em queda – Folha de São Paulo – Ciência – 19/08/2007

Jornalistas não deveriam fazer previsões, mas as fazem o tempo todo. Raramente se dão ao trabalho de prestar contas quando erram.

Quando o fazem não é decerto com a ênfase e o destaque conferidos às poucas previsões que acertam.

Pois bem: esta coluna errou há duas semanas, sob o título "Desmatamento à vista", ao predizer que a destruição da floresta amazônica tendia a aumentar com o crescimento da economia e do agronegócio neste ano.

Cinco dias depois de publicado o texto, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) divulgaram a taxa confirmada de desmatamento no período 2005-2006 e a estimativa para 2006-2007. Pelo terceiro ano seguido, a taxa caiu. Essa diferença entre taxa confirmada e estimativa decorre do uso de dois sistemas de monitoramento por satélite. Um é o Deter, criado para fornecer informação rápida, "em tempo real", para o Ibama e outros órgãos fiscalizarem e autuarem desmates ilegais logo depois de ocorridos.

Usam imagens orbitais de menor resolução espacial (menos nítidas) e maior resolução temporal (mais freqüentes). De início, MMA e Inpe recusavam usar o Deter para estimar taxas de desmatamento, preferindo ater-se ao outro sistema, o Prodes. Com menos imagens e mais detalhes, este programa fornece desde 1988 as cifras oficiais do desmatamento da Amazônia brasileira. Mais trabalhoso, implica alguma defasagem na divulgação dos resultados (que saem meses depois de encerrado o período de derrubada). A resistência logo desapareceu, quando o desmatamento começou a cair e o Deter permitiu dar a notícia mais cedo. Desde então, o governo federal passou a divulgar em agosto um par de informações: a taxa confirmada do período anterior (agosto a julho), segundo o Prodes, e a estimativa para o ano corrente, gerada pelo Deter.

De agosto de 2005 a julho de 2006, a taxa de desmatamento ficou em 14.039 km², 25% a menos que os 18.793 km² verificados nos 12 meses anteriores. Em 2003/2004, havia sido de 27.429 km², a segunda maior da história, atrás só do recorde de 29.059 km² de 1994/1995 -sempre segundo o sistema Prodes.

Noves fora, a taxa de desmatamento caiu quase à metade no governo Lula, que principiara com um recorde tenebroso. Agora, com a estimativa do Deter de meros 9.600 km² em 2006/ 2007, a tendência de queda caminha para uma confirmação robusta. É certo que há margem de erro de 10% e que essa cifra animadora só será confirmada pelo Prodes daqui a um ano. Mesmo assim, é excelente notícia.

A novidade é boa, acima de tudo, para a gestão de Marina Silva no MMA. Mostra que suas iniciativas estão dando fruto, ao menos na Amazônia, independentemente da perversa dinâmica socioeconômica que ali em geral se observa. Em outras palavras: com a pecuária, a silvicultura (madeira, quase sempre ilegalmente extraída) e a soja em alta ou em baixa, o desmatamento continua caindo.

Isso significa que as medidas do MMA -da criação de unidades de conservação às ações contra corrupção no Ibama e à efetivação do Serviço Florestal Brasileiro- parecem estar dando certo. Otimismo demais, no entanto, pode matar o cidadão (assim como a esperteza).

O agronegócio continua a crescer e a se expandir. Os grileiros, madeireiros ilegais e corruptos tampouco sumiram da face da terra amazônica.

Não é o caso de relaxar.

MARCELO LEITE é autor de "Promessas do Genoma" (Editora da Unesp, 2007) e de "Clones Demais" e "O Resgate das Cobaias", da série de ficção infanto-juvenil Ciência em Dia (Editora Ática, 2007). Blog: Ciência em Dia (www.cienciaemdia.zip.net). E-mail: cienciaemdia@uol.com.br

Clima - uma nova oportunidade? - José Goldemberg – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 20/08/2007

O presidente George W. Bush convidou recentemente representantes das principais economias do mundo para uma conferência sobre mudanças climáticas em Washington, nos próximos dias 27 e 28 de setembro. Além dos membros do G-8 (os grandes países industrializados, como Inglaterra, França, Alemanha e Rússia), foram convidados os cinco países emergentes mais importantes (China, Índia, Brasil, África do Sul e México), que são também, entre os países em desenvolvimento, os maiores emissores dos gases responsáveis pela mudanças climáticas.

Esta conferência, organizada pelos Estados Unidos, precede a conferência dos mais de 180 países que fazem parte da Convenção do Clima e que se reunirá este ano em Bali, na Indonésia, em dezembro. Pouco se espera dela, como já ocorreu nas reuniões anteriores, em Nairóbi (Quênia) e Montreal (Canadá). A perda de substância destas conferências é evidente pelo nível cada vez mais baixo dos representantes dos países, que, no máximo, incluem o ministro do Meio Ambiente, mas que, em geral, são funcionários de escalão mais baixo.

O Brasil, em particular, tem desperdiçado muitas oportunidades e o papel de liderança que desempenhou na Conferência do Rio, em 1992, na Conferência de Kyoto, em 1997, ou na Conferência de Johannesburgo, em 2002, é coisa do passado. Desde então, os representantes brasileiros limitam-se a repetir os velhos chavões terceiro-mundistas de que os responsáveis pelas mudanças climáticas são os países ricos, que estão poluindo há muito tempo, e que cabe a eles resolver o problema. Mais ainda, que agora que as economias dos países em desenvolvimento estão crescendo, impor limites às suas emissões vai prejudicar o seu desenvolvimento.

Estas posições são totalmente equivocadas e refletem posições ideológicas que não estão ajudando em nada. O fato de os Estados Unidos serem grandes poluidores não justifica que sejamos tolerantes com o outro grande poluidor que é a China. No fundo, estamos todos num barco que está afundando e o fato de os Estados Unidos terem feito um grande buraco no casco do navio não justifica que outros países também o façam, como é o caso da China e também o do Brasil, que é o quinto emissor mundial devido ao desmatamento da Amazônia.

A verdade é que o crescimento da economia pode ser feito com menos poluição do que ocorreu no passado nos países industrializados, porque a tecnologia evoluiu e nas economias mais atrasadas, como a da China, é mais fácil reduzir as emissões do que em economias otimizadas, como o Japão. Só para dar um exemplo: qual é o sentido que faz instalar usinas elétricas que queimam carvão, na China, com eficiência muito menor do que as usinas japonesas que produzem a mesma quantidade de eletricidade queimando menos carvão? Qual é o sentido de queimar 15 mil quilômetros quadrados de floresta amazônica por ano, para criar gado, o que lança na atmosfera mais gases que provocam o aquecimento global do que toda a Inglaterra?

É possível resolver estes problemas, de interesse de toda a população mundial - e, evidentemente, da população brasileira -, com um pouco mais de racionalidade.

Para isso é preciso envolver não só os ecologistas, mas também as autoridades econômicas e de planejamento. Cada hectare de floresta amazônica que é queimado lança na atmosfera cerca de cem toneladas de carbono. Evitar que isso aconteça contribuiria para reduzir as mudanças climáticas e impediria que a Amazônia se transformasse, em algumas décadas, num “cerradão”, o que tornaria o Nordeste ainda mais seco do que é.

Evitar o desmatamento da Amazônia poderia, aliás, gerar recursos de bilhões de dólares, que poderiam ser usados para promover um tipo de desenvolvimento menos predatório do que o atual, e isso só não aconteceu até agora por causa da miopia dos negociadores brasileiros na Conferência de Montreal.

Há ainda um outro problema urgente a resolver: a demora em decidir sobre o que acontecerá depois do período de validade do Protocolo de Kyoto (após 2012) está comprometendo o futuro do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que permite a transferência para os países em desenvolvimento de recursos correspondentes a 1 bilhão de toneladas de CO₂ - até 2012, o valor aproximado desta transferência é de US\$ 10 bilhões.

A conferência proposta pelos Estados Unidos para o fim de setembro abre uma nova oportunidade para discutir estes temas numa atmosfera menos ideológica do que nas conferências anuais da Convenção do Clima. O presidente Bush está sofrendo uma forte pressão interna para aderir ao Protocolo de Kyoto (ou outro instrumento legal equivalente) porque 16 Estados americanos já decidiram reduzir suas emissões e no Senado dos Estados Unidos já se forma uma maioria capaz de mudar a política do país nesta área. Essencial para esta mudança é um acordo mais amplo que inclua a China, a Índia, o Brasil e outros grandes emissores.

O Brasil não deveria perder esta oportunidade de se engajar em negociações de alto nível com o governo americano (e as outras grandes economias mundiais) para a adoção de medidas que reduzam efetivamente as emissões de gases que provocam mudanças climáticas.

Para a conferência de Washington, em setembro, deveria ser enviada uma delegação brasileira de alto nível, com ministros de Estado e até governadores, como o do Estado do Amazonas, que, entre os demais desta região do Brasil, tem revelado uma visão mais clara e pragmática do que outros sobre como proteger a Amazônia, gerando recursos que promovam o desenvolvimento.

José Goldemberg é professor da Universidade de São Paulo

Em Cianorte, a moda veio depois da geada no café - Marli Lima – Valor Econômico – Especial - 20/08/2007

Quando era adolescente, Lúcia Figueiredo usava uma bicicleta para vender roupa de porta em porta. Hoje ela está com 38 anos, tem 700 empregados e produz cerca de 100 mil peças de confecções por mês, principalmente calças jeans. Não muito distante dela, Admir Nabhan, 44, conseguiu abrir sua empresa há apenas nove anos e hoje emprega 1.050 pessoas, faz 180 mil peças por mês e tem a varejista Renner como principal cliente. Trabalhar com confecções não estava nos planos de Paulo Eduardo Moreti, 23. Ainda assim, começou seu negócio em 2002. Atualmente conta com uma equipe de 70 pessoas, presta serviços de costura para 11 marcas diferentes e não quer sair mais do ramo.

Os três são empresários em Cianorte, município de 70 mil habitantes localizado no Noroeste do Paraná. Há pelo menos outras 450 histórias parecidas como as deles, de pessoas com idades variadas que atuam na criação de roupa, costura, bordado, serviços de lavanderia e outras atividades da indústria da moda.

Batizada de "capital do vestuário", Cianorte coloca no mercado 60 milhões de peças por ano e movimenta também a economia de municípios vizinhos, com a geração de cerca de 30 mil postos de trabalho diretos e indiretos.

Na região não falta emprego, mas muitas vezes falta profissional especializado. Homens e mulheres encaram a máquina de costura sem preconceitos. E a concorrência com a China não assusta, porque mais do que quantidade e preço baixo, as empresas estão interessadas em oferecer variedade e qualidade. Vendem tanto para grandes varejistas como para butiques e lojas de marcas famosas. Usam etiquetas próprias ou de terceiros, espalham representantes pelo país ou recebem lojistas de diversos Estados em quatro shoppings de atacado ou na rua da Moda, no centro da cidade, onde são expostas as coleções de fabricação própria, com pronta entrega.

Nem sempre foi assim. No passado o cultivo do café era a principal atividade das famílias cianortenses, mas a geada de 1975 forçou a mudança de rumo. Os barracões do antigo Instituto Brasileiro do Café (IBC) deixaram de armazenar grãos e agora abrigam empresas de confecção, de todos os tamanhos, entre elas a de Lúcia Figueiredo. É de dentro de uma sala montada em um desses barracões que a empresária comanda seu negócio e coordena o Arranjo Produtivo Local (APL) - programa criado em 2004 pela Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) em conjunto com o Sindicato do Vestuário e que tem por objetivo organizar as relações entre as empresas.

Lúcia tem três marcas: a que leva seu nome, Retrato Falado e Lu and Lu. Sua trajetória começou em Japurá, distante 25 quilômetros de Cianorte, quando ela aposentou a bicicleta e inaugurou sua primeira loja, a Lucinha Modas. Depois abriu uma confecção e não parou mais. Em 2004, um incêndio em sua principal unidade consumiu 280 mil metros de tecido e trouxe prejuízos, mas a empresa conseguiu se recuperar. Hoje a empresária tem seis fábricas de confecção e usa serviços de outras 27, as chamadas facções. Também possui nove lojas de atacado.

"Eu sonho muito alto", responde, quando questionada se tinha idéia de que iria tão longe. Lúcia vive agora um dilema: quer desacelerar, para ter mais qualidade de vida, mas ainda tem planos. "Já imaginei minha fábrica diferente", conta. Cerca de 2% da produção é exportada e 27 países já receberam suas peças. No ano passado, Lúcia passou a produzir no Brasil parte da coleção da italiana Fiorucci. Ao lado de sua mesa, uma outra foi montada para o filho mais velho, que tem 17 anos e quer levar adiante o negócio iniciado pela mãe.

A história de Admir Nabhan é diferente. Descendente de libaneses, seu sobrenome é bem conhecido na cidade, porque foram os Nabhan que deram início à indústria de confecções na região. Hoje os parentes tocam diferentes empresas em Cianorte. Com o irmão ele montou a Be Eight, que faz a marca La Rossi e também presta serviços de private label para grandes redes - além de Renner, desenvolve coleções para a Riachuelo e Leader Magazine, entre outras, em quatro fábricas. Na entrada da sede, as roupas da empresa são exibidas no corpo da atriz Danielle Winits, mas também já foram contratadas outras beldades, como Grazielle Massafera e Karina Bacchi.

"O crescimento da Renner nos ajudou", diz Admir Nabhan. Segundo ele, quando começou a atender o grupo, a varejista tinha 12 lojas para serem abastecidas. Hoje são 87. A Be Eight não exporta e vende no Brasil para cerca de seis mil lojistas, além de ter quatro lojas próprias. Admir diz que o mercado interno está aquecido e em 2007 deve bater recorde. "Temos de restringir a entrada de clientes para atender bem os que já temos", diz. "Nossos volumes sempre foram grandes, mas a caminhada foi dentro de nossas possibilidades". Paulo Moreti também começou cedo no ramo e, com 14 anos, aprendeu a costurar. Quando decidiu virar empresário, começou em um salão pequeno, para fazer acabamento em peças para o grupo Morena Rosa, um dos maiores de Cianorte. Era ele e outro costureiro, mas logo esse número subiu para dez. O jovem comprou máquinas e virou uma facção. Chegou a trabalhar para empresas de São Paulo, mas optou pelos locais. "Em São Paulo é carregação, com muito volume e pouca qualidade. Aqui se faz modinha diferenciada, com maior valor", define.

O novo barracão foi construído há três anos em terreno doado pela Prefeitura de Cianorte, que criou um parque industrial. No imóvel, que já está pequeno para as atuais 55 costureiras, ele pendurou uma faixa para informar que quer treinar pessoas para trabalhar na empresa. Recém-casado, Paulo cursa Administração e a esposa estuda Direito à noite e aprende a fazer moda pela manhã em curso oferecido pelo Senai. Ele pensa em ter sua própria marca no futuro, mas enquanto isso não acontece, zela pelo que faz. "Não há espaço para gente desorganizada. Cobro bem e não falta serviço, porque ofereço qualidade e pontualidade". Dez máquinas novas já estão à espera daqueles que aceitarem o convite escrito na faixa do lado de fora do prédio.

Homem deixa o campo para trabalhar no "corte e costura" – Marli Lima – Valor Econômico – Especial - 20/08/2007

Muitos empresários do ramo de confecções ainda preferem trabalhar com mão-de-obra de mulheres, mas a figura masculina há muito tempo passou a ser aceita nas empresas. Filho de produtores rurais, Luciano Gasparoto tem 35 anos e há oito trabalha com Lucia Figueredo. Há quatro anos ele assumiu a função de costureiro pilotista, aquele que faz a primeira peça, que depois passa a ser usada como modelo pelos demais profissionais.

Luciano fica em uma sala cercado por dez mulheres. "Fico um pouco mais quieto que elas, mas o resultado é o mesmo", afirma. Sobre a profissão, ele não tem do que reclamar. "Trabalhar na agricultura é difícil. Aqui tenho salário."

Quanto montou sua confecção, Lúcia disse que não imaginava que homem pudesse trabalhar na área de corte. Mas é o que mais se vê em sua empresa, homens esticando e cortando tecidos.

Na maioria das confecções também são os homens que passam as roupas antes de serem embaladas e, nas lavanderias, eles são a maioria. Mas, de acordo com Wilson Becker, presidente do Sindicato do Vestuário de Cianorte e dono da Mackson Confecções, faltam pessoas qualificadas dos dois sexos. "Umhas 800 costureiras qualificadas seriam absorvidas de imediato pelo mercado", estima.

Só a empresa de Becker, que deixou de ser engenheiro agrônomo para virar empresário de moda, precisa de 12 profissionais e não consegue contratar. Ele tem 150 funcionários e produz 22 mil peças de vestuário por mês. "A mocinha não quer ser costureira", conta, referindo-se às jovens que moram na cidade. "A construção civil também tem crescido para os homens, mas trabalhar em confecção é bem mais tranquilo."

Nos cursos de moda da cidade os homens são bem recebidos. Thiago Ferreira, de 21 anos, trabalha no campus da Universidade Paranaense (Unipar) em Cianorte como auxiliar de laboratório de costura, que dá apoio para o curso de Tecnologia em Design de Moda. Ele aprendeu a costurar no Senai e agora ajuda alunos que chegam à instituição sem nunca ter visto uma máquina industrial.

A coordenadora do curso, Márcia Regina Ruiz, conta que 90% da turma é formada por mulheres. Segundo ela, quem for bom consegue emprego já no segundo ano. Como a universidade ganhou retalhos de malha de várias empresas, os alunos terão a oportunidade de mostrar seus talentos e preparar roupas para 100 crianças de zero a cinco anos de uma creche municipal. Será o presente de Natal da meninada. (ML)

NEAD e SDT apóiam I Colóquio sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável – Sítio Eletrônico do MDA – 21/08/2007

Com o objetivo de estimular o debate sobre a integração entre o conceito de desenvolvimento territorial e o de ecodesenvolvimento, diversas universidades e centros de estudos nacionais e estrangeiros promovem, em Florianópolis (SC), o I Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável.

O evento, que tem apoio do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), ambos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), começa amanhã (22) e vai até o dia 25, reunindo quase 500 participantes.

Segundo o professor Ademir Cazella, um dos coordenadores do encontro, o propósito principal do Colóquio é avançar nas discussões teórico-metodológicas que levam em conta os princípios do desenvolvimento territorial aliados aos da sustentabilidade. Essas estratégias têm sido difundidas desde a Cúpula da Terra, realizada pelas Organização das Nações Unidas (ONU), no Rio de Janeiro, em 1992.

“Por meio das pesquisas que vêm sendo feitas, percebemos que as reflexões atuais sobre desenvolvimento territorial ainda têm um viés extremamente economicista, deixando de lado a questão socioambiental”, diz o pesquisador.

Destques do debate -Para debater temas como políticas públicas de desenvolvimento territorial, economia plural, multifuncionalidade agrícola, serviços

territoriais e sustentabilidade, foram reunidos especialistas com tradição de pesquisa nas diversas áreas. Cazella destaca a participação de Bernard Pecqueur, da Universidade de Grenoble (França), de pesquisadores do Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre Economia Pública, Social e Cooperativa (Canadá), além de integrantes do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial Sustentável, que trabalha há quatro anos no Brasil.

Sérgio Leite, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), irá coordenar a mesa-redonda sobre políticas públicas de desenvolvimento territorial sustentável. Participarão dessa mesa os pesquisadores Renato Maluf, também do CPDA, Ademar Ribeiro Romeiro, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e Philippe Bonnal, do Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (Cirad-França).

De acordo com Cazella, as políticas públicas da SDT/MDA, assim como os impactos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e as políticas de inserção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), são temas que estão sendo pesquisados. “São políticas relevantes, mas sabemos da necessidade de mais avanços, como a articulação intersetorial e a incorporação de novas áreas e espaços”, aponta.

Cazella, que é professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ressalta também as mesas que vão discutir a formação de agentes para o desenvolvimento territorial sustentável e a descentralização político-administrativa como um componente estratégico do desenvolvimento territorial sustentável.

Palestras via teleconferência

O I Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável acontece no Hotel Canto da Ilha, que fica na Avenida Luiz Boiteux Piazza, 4810, na Ponta das Canas, em Florianópolis/SC.

As palestras também podem ser assistidas, ao vivo, via teleconferência, no auditório da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), localizado na Rodovia Admar Gonzaga, 1.347, bairro Itacorubi, também em Florianópolis. Na Internet, o Colóquio será transmitido pelo site da Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina (<http://www.spg.sc.gov.br/>).

Marina Silva defende desenvolvimento sustentável para redução da pobreza no País -
Adriano Ceolin – Sítio Eletrônico de MMA - 21/08/2007

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, afirmou nesta terça-feira (21), em Cuiabá, Mato Grosso, que um modelo de desenvolvimento baseado na sustentabilidade dos recursos naturais ajudará o Brasil a reduzir seus índices de pobreza, na medida em que possibilitará a distribuição de riqueza. "A idéia do desenvolvimento sustentável é fundamental. Já tivemos cerca de 50 milhões de pobres no País, até pouco tempo. Graças a Deus, conseguimos baixar esse número para 19,4 milhões, nos últimos quatro anos e sete meses", disse.

A afirmação da ministra foi feita durante abertura do seminário *Instrumentos Econômicos para Gestão Ambiental Rural na Amazônia: Desafios e Oportunidades*, organizado pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). Marina Silva ressaltou a importância do encontro, que reúne representantes de instituições dos governos federal, estaduais e municipais, da comunidade acadêmica, de organismos internacionais e da sociedade civil. "A participação social no seminário é importante para que a sociedade contribua na formulação, implementação e correção das políticas", disse.

Segundo a ministra, a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico devem se dar em bases justas e sustentáveis, com uma visão integrada de todos os setores de governo. "Novos tempos exigem novas mentalidades e atitudes que gerarão novos produtos. E uma das questões que está sendo debatida em todo o mundo é a necessidade de se preservar os ecossistemas para que eles possam assegurar os serviços ambientais, tão importantes para a vida", disse.

O seminário, que segue até quarta-feira (22) na Assembléia Legislativa, contará com painéis que abordarão desde a questão dos instrumentos econômicos já existentes, passando por experiências nacionais e internacionais, até a viabilidade de mudanças na legislação que incentivem o desenvolvimento sustentável.

O governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, participou da abertura do seminário. O objetivo do evento é discutir iniciativas de financiamento e crédito para estimular o desenvolvimento sustentável na região.

Conferência - Na abertura do seminário, Marina Silva também participou do lançamento da III Conferência Nacional do Meio Ambiente no Mato Grosso. Na solenidade, o governador mato-grossense, Blairo Maggi, assinou decreto em que convoca a edição estadual da conferência, cujo tema será *A Legislação Ambiental e as Mudanças Climáticas*.

O ato do governador faz parte da primeira fase da conferência, que prevê a participação dos estados e municípios na elaboração de propostas de políticas de meio ambiente. No final dos debates, serão indicados delegados que representarão seus respectivos estados na plenária nacional da III Conferência, prevista para o primeiro

semestre de 2008. Para edição da conferência no Mato Grosso, estão previstos dez encontros regionais até novembro deste ano.

A participação dos estados e municípios se dará por meio das Comissões Organizadoras Estaduais (COEs) da Conferência, que funcionarão como secretaria-executiva. Até a II Conferência, as secretarias-executivas cabiam ao Ibama. Agora, o objetivo é fazer com que todas elas sejam transferidas aos órgãos estaduais de meio ambiente. "Os governos estaduais têm maior capilaridade, principalmente junto aos municípios", afirmou o coordenador-geral da Conferência, Geraldo Vitor de Abreu.

Segundo Abreu, dez estados já assumiram o comando das suas respectivas secretarias-executivas. Entre eles, o coordenador-geral citou Ceará, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Cada COE conta com cinco representantes: três de cada governo (federal, estadual e municipal), um dos movimentos sociais e um do setor empresarial.

A III Conferência Nacional foi lançada oficialmente pela ministra Marina Silva em junho deste ano, em cerimônia no Palácio do Planalto. O tema nacional do evento será mudança climática. - *ASCOM*

A intimidação ambiental da nova Europa - Valdis Dombrovskis – Valor Econômico – Opinião - 21/08/2007

Em vez de ajudar todos os países membros a cumprirem as suas próprias metas de Kyoto, a Comissão Europeia está transferindo o que deveria ser um ônus compartilhado aos seus mais membros recentes, que já são os mais ambientalmente eficientes na União Europeia. Ao fazê-lo, a comissão está recompensando a ineficiência e reduzindo a eficácia dos seus compromissos de fazer uma faxina no meio ambiente.

A decisão da Comissão na questão do Plano de Alocação Nacional (PAN) da Letônia para o período 2008-2012 manteve apenas 55% das emissões solicitadas pelo país. Estônia e Lituânia, igualmente, receberam apenas 52%-53% das cotas solicitadas. Profundos cortes também foram feitos nas cotas de outros novos membros da UE, levando Polônia, República Tcheca e Eslováquia, assim como a Letônia, a dar início a interpelações jurídicas. Quase todos os antigos membros da UE, porém, receberam mais de 90% das cotas requeridas.

O que está acontecendo aqui?

A abordagem da comissão está equivocada. De acordo com sua própria informação, o objetivo do Esquema de Comércio de Emissões da União Europeia (EU-ETS) é ajudar os países a cumprirem as suas metas de Kyoto 2010 usando instrumentos de mercado para estimular as empresas a reduzirem suas emissões de CO₂. Logicamente, as cotas deverão ser vinculadas ao progresso de cada membro no cumprimento do Protocolo de Kyoto.

Os novos países membros da União Europeia estão cumprindo os seus compromissos individuais relativos a Kyoto. A maioria está comprometida a reduzir emissões em 8% até 2010. A Letônia já tem expectativa de reduzir suas emissões em 46% até aquela data, mesmo sem implantar nenhuma política adicional de redução de CO₂. Na

verdade, estima-se que os novos membros reduzam suas emissões de gás estufa em no mínimo 21% até 2010.

Os membros antigos da UE também têm uma meta de Kyoto coletiva, de reduzir as suas emissões de CO₂ em 8% até 2010, porém estima-se que eles só alcançarão uma redução de meros 4,6%. Apesar disso, países como Bélgica e Holanda, que não devem cumprir suas obrigações de Kyoto, estão recebendo permissão para elevar as suas emissões.

É imperativo que a Comissão Européia distribua todas as obrigações de forma igual e justa entre os 27 membros da União Européia

É imperativo que a Comissão Européia distribua todas as obrigações de forma igual e justa entre os 27 membros da União Européia. A maioria dos novos membros cumpriu ou está se aproximando das suas metas de Kyoto, e eles necessitam de crescimento econômico acelerado para alcançar o resto da UE. A sua capacidade de crescimento, porém, está sendo prejudicada, pois os países carecem de recursos para confrontar os maciços grupos de pressão empresariais dos países mais ricos e mais desenvolvidos da UE. Fazer os membros mais recentes da União suportar uma parcela desproporcional da carga da redução do valor total da poluição da UE é injusto e, ao mesmo tempo, tolo.

O exemplo da Letônia é o mais agudo. Depois de reconquistar a sua independência da União Soviética, só restaram alguns poucos vestígios dos elefantes brancos industriais da era comunista. Começando praticamente a partir de um "ponto zero" econômico, os empreendedores letões construíram uma economia nova e moderna, baseada em tecnologias novas e eficientes. Consequentemente, a Letônia possui um dos mais baixos níveis de emissão de gás estufa per capita na União Européia.

Apesar de ser o terceiro país mais pobre da União Européia, porém, essas determinações significam que o país deve adquirir cotas de emissão de membros da UE mais poluidores e mais ricos, que pouco fizeram para cumprir suas obrigações com Kyoto. Essa abordagem assimétrica está colocando em risco o desenvolvimento da Letônia e dos vulneráveis países que são membros novos, enquanto os mais antigos se aproveitam.

Em economias de pequeno porte como a Letônia e muitos outros países membros novos, mesmo um projeto de grande porte é importante para o progresso de todo o país. A decisão da comissão de reduzir suas cotas de emissão de CO₂ poderá levar os investidores em projetos de desenvolvimento extremamente necessários a esses países a se deslocarem para fora da União Européia, para lugares com normas ambientais mais frouxas, onde suas atividades poderiam contribuir para gerar emissões globais mais elevadas. Emissões adicionais poderão ocorrer quando as mercadorias forem transportadas de volta à UE.

Como se isso não bastasse, a comissão está preparando um esquema de comércio de emissões para companhias aéreas da União Européia, tomando 2004 como ano-base para estabelecer cotas. Trata-se de uma nítida desvantagem para as empresas aéreas dos novos membros da UE, já que o número de passageiros por elas transportados só aumentou após 2004, quando estes países ingressaram na UE.

Uma decisão recente de aumentar a parcela de energia obtida a partir de fontes renováveis para 20% até 2020 também acarretará problemas. A Letônia, por exemplo, já gera 37% da sua energia a partir de fontes renováveis, mas agora provavelmente será agredida com uma meta de cerca de 50%, enquanto outros países terão metas inferiores a 10%. Por que deverá o povo da Letônia, um dos mais pobres da União Européia, pagar por algo que os povos mais ricos da Europa estão tendo dificuldade de fazer?

A Letônia e outros novos membros da UE não têm alternativa, salvo contestar a Comissão Europeia em juízo. Ações e recursos, porém, não são a forma como imaginamos que a UE atuaria quando lutamos para nela ingressarmos. Pensávamos que a Europa acreditava no compartilhamento equitativo das suas responsabilidades. Lamentavelmente, quando o assunto é meio ambiente, os pobres da Europa estão sendo obrigados a suportar o ônus sozinhos.

Valdis Dombrovskis, ex-ministro das Finanças da Letônia, é membro do Parlamento Europeu. © Project Syndicate/Europe's World, 2007. www.project-syndicate.org

Cassel rebate denúncias sobre assentamentos na Amazônia - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 22/08/2007

Ministro acha “estranha” acusação do Ministério Público e Greenpeace sobre desmatamento

Genéricas. Preconceituosas. E, principalmente, estranhas. Esses foram adjetivos utilizados pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, ao falar ontem sobre as denúncias apresentadas pelo Greenpeace e pelo Ministério Público Federal de que os assentamentos da reforma agrária estariam acelerando o desmatamento na região amazônica.

O relatório do Greenpeace - resultado de uma investigação de oito meses e intitulado Assentamentos de Papel, Madeira de Lei - foi divulgado ontem pelo jornal britânico The Independent. O texto destacou que o governo estaria levando famílias para áreas de florestas, em vez de assentá-las em áreas desmatadas. Essa operação seria feita sob orientação das madeireiras, interessadas em negociar a madeira dos assentamentos.

O levantamento do Ministério Público resultou em ação civil pública para anular 99 portarias de criação de assentamentos para a reforma agrária no Pará. O motivo: teriam sido emitidas sem licença ambiental. Os procuradores da República no Pará também insistem em que os assentamentos atendem aos interesses dos madeireiros, não aos da reforma agrária.

“Estranho o aparecimento das denúncias no mesmo momento em que o governo anuncia a queda no índice de desmatamento na Amazônia Legal”, disse Cassel ao Estado. “Na média, a queda foi de 26%, passando de 27 mil km² para 14 mil km². Nos assentamentos, a queda foi maior, de 52%, entre 2003 e 2006. Estávamos comemorando esses resultados, quando fomos surpreendidos por essas acusações genéricas sobre a ação de madeireiras.”

O ministro rebateu a afirmação do Greenpeace de que madeireiras apóiam e orientam o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para instalação de assentamentos em áreas de floresta: “Dos 2.450 assentamentos na Amazônia Legal, existem 2 casos, no Pará, nos quais o Incra, a pedido dos moradores e à vista do Ministério Público, fez um termo de compromisso com empresas que exploram legalmente a madeira, a partir de projetos de manejo. Foram estes 2 casos que o Greenpeace analisou. São acusações genéricas.”

Cassel também disse que procuradores do Incra vão esclarecer ao Ministério Público no Pará que os 99 assentamentos citados na ação não estão ocupados: “O Incra não vai pôr ninguém nessas terras enquanto não tiverem licença ambiental e infra-estrutura. É por isso que mal informados dizem que são assentamentos fantasmas.”

O coordenador da pesquisa do Greenpeace, André Muggiati, reafirmou que as informações divulgadas pela ONG no Brasil e no exterior estão corretas. E observou que, embora o ministro assegure não ter instalado famílias nos assentamentos citados pelo Ministério Público, não se esqueceu de incluí-las no relatório de atividades do órgão: “O objetivo era mostrar o cumprimento das metas da reforma agrária prometidas pelo presidente Lula. Na região de Santarém, a maior parte dos assentamentos foi criada nos dois últimos meses de 2006, na correria, também para mostrar o cumprimento de metas do governo.”

Cobrança de multas pode zerar desmatamento ilegal – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – 22/08/2007

Eficiência de arrecadação do Ibama precisa aumentar 28 vezes, diz pesquisador

Análise do Imazon sugere que o órgão ambiental só precisaria cobrar 70% das multas que aplica para inviabilizar corte criminoso

Em tese, a receita para zerar o desmatamento ilegal na Amazônia é trivial. Basta aumentar em 28 vezes a eficiência de arrecadação de multas emitidas pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), que hoje é de 2,5%. A análise, apresentada na semana passada ao próprio governo, é de Paulo Barreto, da ONG Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), sediada em Belém. "Para aumentar a eficiência de arrecadação basta melhorar o departamento jurídico. Muitas das multas hoje não são recebidas porque não se consegue acompanhar adequadamente esses processos, que são muitos", explica Barreto.

Entre agosto de 2004 e agosto de 2006, o Ibama emitiu, segundo números oficiais, 19.762 multas. O que renderia, se todas tivessem sido pagas, R\$ 4,97 bilhões ao órgão. Pelas estimativas de Barreto, nem precisava que a eficiência de arrecadação chegasse aos 100%. Com 70% (28 vezes mais que os 2,5% atuais) já haveria a queda total no desmatamento ilegal feito hoje na Amazônia.

A lógica de Barreto é que, tendo certeza de que vai sentir a punição no bolso, o criminoso ambiental conclua que sai mais barato cumprir a lei.

"O valor esperado de lucro pelo hectare de terra desmatado hoje é, em média, de R\$ 1.500. Uma perda de 30% desse valor [devido a multas] já basta para desestimular o desmate", estima Barreto.

Como hoje o desmatamento médio ilegal anual atinge 2 milhões de hectares, o esforço de fiscalização do Ibama é suficiente, em tese, para arrecadar mais que R\$ 700 por hectare. "Portanto, com R\$ 500, ou 70% mais ou menos, o problema estaria resolvido", diz. De acordo com Barreto, o aumento de 25 vezes no esforço de fiscalização do Ibama também seria suficiente para parar com todo o tipo de derrubada florestal fora da lei. No entanto, é a via de ação mais cara.

Segundo o Ibama, o instituto gastou no ano passado R\$ 42 milhões com a fiscalização da Amazônia. O que significa que a quantia ideal para a fiscalização amazônica, multiplicada por 25, seria de R\$ 1,05 bilhão. Isso é praticamente todo o orçamento do órgão.

Subsídios perversos - Barreto também defende que o governo corte o que ele chama de subsídios perversos.

"Hoje, existem 42 milhões de hectares na Amazônia que são de proprietários que ocuparam a terra, pediram a legalização dela aos órgãos competentes, mas até agora não regularizaram nada", diz o pesquisador.

Esse processo, que já dura até 20 anos em alguns casos, se enquadra na mesma lógica da eficiência das multas, diz Barreto.

"A pessoa usa a terra e também não paga nada. Desmatar, claro, fica bem mais barato."

Estados mostram em seminário como promover o desenvolvimento sustentável - Adriano Ceolin – Sítio Eletrônico do MMA – 22/08/2007

Representantes de cinco governos estaduais participaram do seminário *Instrumentos Econômicos para a Gestão Ambiental Rural na Amazônia: Desafios Oportunidades*, promovido pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), em Cuiabá (MT), entre terça e quarta-feira (21 e 22). Em diferentes palestras, eles demonstraram como os estados podem impulsionar o desenvolvimento sustentável e proteger a biodiversidade.

Anfitrião do evento, o governo do Mato Grosso relacionou a queda do desmatamento com as estratégias de incentivo à recuperação de áreas degradadas. O secretário de Meio Ambiente mato-grossense, Luís Henrique Daldegan, explicou que os

pecuaristas têm se conscientizado sobre os danos provocados pela produção extensiva de gado.

De acordo com o secretário, o governo do Mato Grosso estimulou a recuperação de áreas que foram desmatadas e usadas como pastagens nos últimos anos. "Muitos dos pecuaristas estão plantando milho e sorgo nessas áreas, e transferindo o gado para um regime de semiconfinamento", afirmou Daldegan.

O secretário explicou que essa medida tem impactado tanto na redução de áreas desmatadas quanto no aumento da produtividade dos pecuaristas. "Isso tem melhorado a rentabilidade, pois os grãos colhidos são utilizados para alimentar o próprio gado que ficava nas áreas de pastagens", explicou.

Em termos de legislação para impulsionar o desenvolvimento sustentável, mereceu destaque no seminário a iniciativa do governo do estado do Amazonas que conseguiu aprovar e sancionar a Lei Estadual de Mudanças Climáticas em junho deste ano.

Segundo o diretor de Negócios da Floresta da Agência de Desenvolvimento do Amazonas, João Tezza Neto, um dos objetivos dessa lei é fomentar e criar instrumentos de mercado que viabilizem a execução de projetos de redução de emissões do desmatamento, energia limpa e de emissões líquidas de gases de efeito estufa.

Representante de Roraima, Daniel Gianluppi, da Fundação Estadual do Meio Ambiente, defendeu a regularização dos produtores e a recuperação das áreas degradadas.

Já os representantes de Tocantins, Amapá e Pará falaram sobre a implementação do ICMS ecológico, como forma de envolver os governos municipais na gestão compartilhada da biodiversidade.

O primeiro estado a adotar o ICMS ecológico foi o Paraná, em 1991. Desde então, mais oito estados aderiram ao uso desse instrumento econômico.

Ministra defende equação entre desenvolvimento e meio ambiente - Aida Feitosa –
Sítio Eletrônico do MMA - 23/08/2007

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, participou nesta quinta-feira (23), em Brasília, do painel sobre a relação entre desenvolvimento econômico sustentável e meio ambiente, promovido pela Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base (ABDIB). No evento, a ministra defendeu que um projeto de empreendimento deve ser viável tanto do ponto de vista econômico quanto ambiental.

Na avaliação de Marina Silva, o discurso sobre a necessidade de compatibilizar desenvolvimento econômico com meio ambiente já foi superado. Isso por que, explicou ela, a idéia de compatibilização pode sugerir que o crescimento econômico e as questões ambientais estão em lados opostos: "Ao contrário, entendo que ambos fazem parte da mesma equação".

O licenciamento ambiental, conforme a ministra, é um instrumento importante nessa relação. Ele permite que a inserção da questão ambiental nos projetos de empreendimentos gere benefícios para todos os segmentos da sociedade, inclusive para o setor de infraestrutura. No licenciamento, acrescentou ela, as empresas cumprem exigências ambientais e, em consequência, melhoram seus desempenhos no mercado.

"Quando assumi o governo, em 2003, processos judiciais envolviam 45 hidrelétricas e agora não há nenhum. No quadro efetivo da área de licenciamento, eram apenas 7 pessoas. Hoje são 127, sendo 90% servidores do Ibama, com mestrado e doutorado", relatou a ministra, referindo-se ao esforço do poder público na melhoria da gestão administrativa. Marina Silva ainda citou ações para dinamizar a gestão ambiental que estão em andamento, como a regulamentação do artigo 23 da Constituição Federal, que trata das competências dos municípios, estados e da União na gestão ambiental; ou a definição de uma nova metodologia para o cálculo da compensação ambiental.

No evento, o presidente da ABDIB, Paulo Godoy, disse que grande parte da responsabilidade sobre a conservação do meio ambiente pertence às empresas. "Não há empreendimento que não tenha impacto ambiental. O que temos a fazer é trabalhar para que esse impacto seja o menor possível", destacou. Para Godoy, se a iniciativa privada dedicar-se a preservar o meio ambiente, o poder público poderá se concentrar cada vez mais no combate aos empreendimentos irregulares, às invasões e aos desmatamentos.

Socioambiental é uma palavra só - Ricardo Abramovay – Valor Econômico – Investimento - 23/08/2007

"Emergência Sociambiental" (Editora Senac), título do último livro de José Eli da Veiga, professor do Departamento de Economia da USP, contém a palavra de ordem que resume um programa político e, mais que isso, uma ambição civilizacional: socioambiental é uma palavra só. Na tradição das ciências sociais, tal como se desenvolvem desde a filosofia do direito natural, são duas palavras e bem separadas. A sociologia e a ciência política formam-se e amadurecem, à medida que voltam as costas à natureza: o social explica o social, na célebre expressão do sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917).

Na economia (com raras e recentes exceções), a natureza e o meio ambiente aparecem, no máximo, como externalidades: não pertencem organicamente, interiormente, àquilo que orienta as decisões dos atores e que se exprime no sistema de preços. Só entram neste sistema por meio de imposições governamentais, o que não reduz o abismo entre as palavras social e ambiental.

Mais vendidos*	
Livros de economia e negócios	
1º	"Como se Tornar um Líder Servidor" James C. Hunter, GMT, R\$ 19,90
2º	"Marketing de Incentivo" Wagner Balera, Manole, R\$ 28
3º	"O Monge e o Executivo" James C. Hunter, GMT, R\$ 19,90
4º	"Administração de Marketing" Kevin Lane Keller/Philip Kotler, Prentice Hall Brasil, R\$ 131
5º	"Investindo em Opções" Maurício Hissa/Bastter, Campus/Elsevier, R\$ 39
6º	"Investindo no Mercado Financeiro" Alexandre Assaf Neto /Fabiano Lima, Inside Books, R\$ 28
7º	"Mercado Financeiro" Eduardo Fortuna, Qualitymark, R\$ 98
8º	"Dividendos" Alexandre A. Neto/Fabiano Lima / Marcelo Ambrozini, Inside Books, R\$ 22
9º	"O Mundo é Plano" Thomas L. Friedman, Objetiva, R\$ 59,90
10º	"A Estratégia do Oceano Azul" W. Chan Kim/Renee Mauborgne, Campus/Elsevier, R\$ 57

Fonte: Livros e Negócios | Elaboração: Value Books
* Entre 1.2018 e 12/2019

No mundo dos negócios, não faz muito tempo, o meio ambiente simplesmente não existia ou era apenas um estorvo que tanto o romantismo de movimentos sociais inconseqüentes quanto o autoritarismo estatal quiseram impor à capacidade de as empresas e os mercados funcionarem como elementos norteadores da alocação dos recursos sociais. Economia e sociedade de um lado, meio ambiente e natureza do outro, esta parecia ser a essência mesma da construção do Ocidente e rios de tinta correram para lamentar ou glorificar esta proposição.

Em 1970, logo após a primeira conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente, o prêmio Nobel de Economia Milton Friedman (1912-2006) sustentava que qualquer companhia voltada a controlar a poluição além do exigido pela lei, para contribuir com o objetivo de melhorar o meio ambiente, estava praticando "socialismo puro e simples" (pure and unadulterated socialism).

Mas socioambiental vai-se tornando uma palavra só. Na expressão, há muito mais que o desejo de que se juntem os dois termos que a formação do mundo contemporâneo, no mínimo desde o Renascimento, separou: cultura e natureza. O importante é a constatação

de que, nas últimas duas décadas, seus componentes básicos sofreram alteração não só em seu significado científico, mas na própria maneira como se expressam na prática dos governos, das empresas, dos consumidores e dos próprios movimentos sociais. Nem o social, nem o ambiental permanecem os mesmos quando se juntam. Mais que uma operação intelectual, é um verdadeiro movimento político que se exprime nesta unidade.

Cada uma das três partes de que se compõe "A Emergência Socioambiental", de José Eli da Veiga, lança desafios à maneira habitual de refletir sobre o tema, numa linguagem simples, acessível ao não especialista e que consegue enfrentar de maneira clara os debates mais importantes. É um livro escrito não só para o público universitário, mas também para os tomadores de decisão, nas empresas, nas organizações da sociedade civil e no governo. A discussão de fundo se apóia na exposição organizada sobre as principais informações brasileiras e internacionais a respeito do tema.

No primeiro capítulo, "Mais Social que Ambiental", o autor desfaz o mito de que o Produto Interno Bruto (PIB) pode ser parâmetro adequado para medir a maneira como uma sociedade se relaciona com os recursos de que dispõe. A inspiração básica aqui é o Prêmio Nobel de Economia Amartya Sen e a idéia de que a economia e o crescimento econômico não são finalidades, mas meios que não podem nem devem escamotear questões decisivas a respeito da qualidade de vida dos indivíduos, da distribuição da renda e do uso que uma sociedade faz de sua riqueza.

Na segunda parte, "Mais Ambiental que Social", o livro oferece um claro e resumido panorama sobre o estado dos recursos naturais em áreas tão diferentes como o aquecimento global, a desertificação e os recursos hídricos - que desemboca numa discussão decisiva: como medir o uso econômico e social do meio ambiente? Os métodos consagrados na contabilidade nacional são claramente insuficientes para isso e a economia ecológica vem dando passos decisivos para superar estas limitações.

O mais importante, porém, é a discussão da terceira parte do livro que faz de socioambiental uma "Unidade de Contrários", a partir de uma leitura inspirada na tradição da dialética de Karl Marx (1818-1883) e oposta à tradição analítica das ciências sociais. Por um lado, José Eli da Veiga mostra o quanto a tradição dialética está viva em diversos segmentos das ciências naturais e nas obras de eminentes pesquisadores (sobretudo nas ciências da vida), apesar de sua tão freqüente maldição nas ciências sociais.

Além disso, o livro apresenta a discussão filosófica de maneira didática e a partir de suas conseqüências sociais práticas. É errado limitar-se ao trade-off, ao dilema entre o social e ambiental, como se uma equação que conseguisse reduzir um pouco o crescimento para preservar um pouco mais o meio ambiente bastasse. A unidade dos contrários vai manifestar-se na necessidade de alterar os estilos materiais do crescimento - e de consumo para que se alcance a sustentabilidade.

O que está em jogo não é um trade-off, mas uma contradição da qual começa - lenta e conflituosamente, é claro - a emergir o esboço daquilo que é mais importante no futuro da humanidade: uma nova relação entre natureza e cultura.

José Eli da Veiga e Marcelo Leite, responsável pelo blog Ciência em Dia <http://www.cienciaemdia.zip.net>, e colunista do caderno "Mais!" da "Folha de S.Paulo", vão debater estas questões no Ciclo Desenvolvimento Sustentável, no auditório da Livraria Cultura do Shopping Villa-Lobos (avenida Nações Unidas, 4.777), na quarta-feira, dia 29/08, às 19h30.

Ricardo Abramovay é professor titular da FEA-USP

MT tenta apagar pecha de maior desmatador - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 23/08/2007

Responsáveis por um quarto de toda a soja produzida no Brasil, os produtores do grão em Mato Grosso começaram a colocar em prática uma ofensiva para desfazer a imagem de principais vetores do desmatamento na Amazônia. Ao mesmo tempo, iniciam um processo para medir resultados econômicos e negociam a criação de uma representação nacional, a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil).

Em uma iniciativa inédita no Brasil, os produtores assinam amanhã, na Bial da Agricultura, em Cuiabá, um compromisso formal com o governo estadual para recuperar áreas de preservação permanente (APPs) e de reservas florestais hoje ocupadas com soja em Mato Grosso. Com o acordo, avalizado por oito ONGs, inclusive o Instituto de Pesquisa da Amazônia (Ipam) e a The Nature Conservancy (TNC), o segmento estima ser possível poupar uma área de até 70 mil hectares já nesta safra que começa a ser cultivada em setembro. É uma área pequena se comparada aos 5,8 milhões de hectares previstos para a nova safra. Mas é um primeiro sinal aos compradores da soja no mercado internacional. "É pouco mais que 1% da área prevista, mas dá a dimensão da nossa preocupação com a produção sustentável", afirma Rui Prado, presidente da Aprosoja Mato Grosso.

Os produtores apostam que a iniciativa de regularização ambiental será estendida a todas as propriedades em cuja área, que soma 8 milhões de hectares, seja plantada soja. "É um primeiro passo. Mas é bastante consistente", diz Prado. O pacto deve evoluir para a redução do uso de agrotóxicos e a reuso dessas embalagens poluentes. O acordo voluntário tem apoio de industriais. "Não se pode mais produzir soja da mesma forma como se fazia antes. O mundo mudou e exige mudanças", afirma Carlo Lovatelli, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove). Segundo ele, em um "futuro próximo" será "inexorável" uma forma de pagamento aos produtores pela manutenção das florestas em pé.

O setor também vai criar indicadores de referência para custos de produção e produtividade no Estado. O embrião é o "Projeto Referência", que utilizará o desempenho de 40 produtores em diversas regiões para estabelecer um "benchmark" que servirá de comparação para a performance dos demais sojicultores. Essa base de dados servirá para balizar as negociações com o governo e complementar os números oficiais - em casos de endividamento e seguro rural, por exemplo.

Também está em curso a criação da Aprosoja Brasil, que reunirá outras seis associações de produtores: Tocantins, Mato Grosso do Sul, Bahia, Pará, Piauí e Rio Grande do Sul. O objetivo é consolidar um canal de interlocução com o governo, iniciado pela Aprosoja MT. Prado afirma que o segmento responde por 45% da produção nacional de grãos e lidera o ranking das exportações do agronegócio desde 1997. "Isso será um reforço ao nosso peso e posições políticas", diz. O pagamento pelo governo de R\$ 1 bilhão em subsídios à soja nas últimas duas safras dá uma idéia do tamanho do peso político buscado pelos produtores.

O jornalista viajou a convite da organização da Bial da Agricultura

No mundo e na mesa, o clima está difícil - Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 24/08/2007

Nunca houve tantas informações sobre a gravidade do quadro mundial na área de mudanças climáticas e sobre o que poderá acontecer nos próximos anos. Nunca se calculou com tanta precisão o desastre econômico que poderá advir, se nada for feito. Nunca houve tantas tecnologias disponíveis para enfrentar muitos ângulos da questão. E, no entanto, continua extremamente difícil chegar a qualquer acordo capaz de inverter o rumo.

A próxima semana poderá aclarar o quadro político: de segunda a sexta-feira, reúnem-se em Viena cerca de mil representantes de 191 países para tentar definir uma proposta a ser discutida em dezembro, em Bali, na reunião da Convenção do Clima, que permita chegar a compromissos de redução de emissões de gases depois de 2012, quando se encerra o primeiro período do Protocolo de Kyoto. Essa proposta é que balizará as negociações em 2008 e 2009 - prazo final para a definição, que ainda permita ratificá-la antes de 2012.

Uma reunião de 15 países, incluído o Brasil, será realizada um mês depois em Nova York, com o mesmo objetivo. E Estados Unidos e Japão já disseram que nada será possível se China, Brasil e Índia, que estão entre os maiores emissores, não aceitarem compromissos de redução. E até aqui não aceitam.

Há poucos dias, a ONU informou que em sete meses deste ano 117 milhões de pessoas foram vítimas de “desastres naturais” (que já haviam passado da média anual de 200 para 400 em 2006), com prejuízos de US\$ 15 bilhões. De janeiro a abril, registraram-se as mais altas temperaturas médias no planeta desde 1880. Maio e junho foram os meses mais quentes da História na Europa (mais 1,7 grau na média), chegando a 45 graus na Bulgária; 500 pessoas morreram de calor na Hungria; a Inglaterra teve as piores enchentes desde 1776; a Alemanha, a maior seca desde 1901, o mês mais chuvoso em maio. Na Ásia, 45 milhões de pessoas foram vítimas de inundações, alguns milhares morreram, dezenas de milhões ficaram desabrigadas. Também o Uruguai sofreu a maior inundação de todos os tempos. Argentina e Chile tiveram inverno extremamente rigoroso.

Informações mais do que suficientes para o mundo tomar juízo. Mas as emissões de gases poluentes pelos países industrializados continuam crescendo. As nações do G-8 emitiram 14,3 bilhões de toneladas no ano passado, 2% mais que em 2000 e 0,7% acima de 1990 (quando deveriam estar 5,2% abaixo deste último nível, pelos compromissos de Kyoto). Os Estados Unidos emitiram 16,3% mais que em 1990 e 1,6% mais que em 2000. Nesse grupo, só Alemanha, Grã-Bretanha e França reduziram as emissões. Mas os países “em desenvolvimento” também continuam aumentando as suas. O Brasil, segundo o Banco Mundial, emitia em 2004 mais de 2 bilhões de toneladas de carbono por ano e já é o quarto maior emissor.

E o quadro ainda poderá vir a ser mais grave. Segundo o Hadley Centre, entre 2009 e 2014 a temperatura terrestre poderá superar a de 1998, até aqui o ano mais quente. “Desastres naturais” poderão inviabilizar parte da produção mundial de alimentos, assegura

a Organização para a Alimentação e a Agricultura, da ONU. Só a Índia poderá perder 18% de sua produção. A Convenção da Desertificação adverte que a América do Sul - principalmente Argentina e Brasil - pode perder 25% das terras produtivas até 2025. Nada menos que 30% das terras do planeta já estão atingidas, em algum estágio, pelo processo.

Aqui e ali, tenta-se legislar para mudar o quadro. A Câmara dos Deputados norte-americana aprovou a exigência de as empresas geradoras terem 15% de sua energia advinda de fontes renováveis, principalmente eólica e solar (27 Estados e o Distrito de Colúmbia já aprovaram exigências semelhantes). Mas a emenda ainda depende do Senado, mais resistente. A Suécia já exige por lei que até 2020 todos os automóveis sejam movidos por energia renovável.

Até já surgem outras propostas de tecnologias para o problema. A mais ousada é da Universidade de Stanford, na Califórnia, que propõe bloquear 1,8% das radiações solares que chegam à Terra, injetando na estratosfera partículas de dióxido de enxofre de 0,1 milímetro de diâmetro. Esses discos reduziriam as radiações sem impedir o retorno dos raios infravermelhos, com efeito capaz de contrabalançar o dobro do aumento da temperatura que as emissões de poluentes provocam - dizem os cientistas (Estado, 10/8). Uma variante, da Universidade de Tucson, Arizona, seria conseguir o mesmo resultado (redução das radiações) com discos de silicone. Uma terceira alternativa seria espalhar nos oceanos ferro e outros elementos, para aumentar a capacidade de absorção de carbono. A todas essas alternativas muitos cientistas contrapõem a possibilidade de riscos graves. Mais ingênua e menos perigosa é a recomendação do Ministério da Saúde da Itália, de que as empresas permitam que seus funcionários trabalhem sem gravata e poupem energia com refrigeração dos ambientes.

Mas é inquietante saber que só 6,1% do consumo de energia nos Estados Unidos vem de fontes renováveis. Ou que a maior parte dos recursos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (15 bilhões de euros só no primeiro semestre de 2007 na Europa) tem ficado com os grandes fundos negociadores, não com os países pobres (Planet Ark, 4/8).

No Brasil, continua-se a anunciar a preparação de um Plano Nacional de Enfrentamento de Mudanças Climáticas (15 anos depois de assinarmos a respectiva convenção, em 1992). Insistimos em não assumir compromissos de redução de emissões e em propor que os países industrializados paguem pela redução voluntária do desmatamento nos países detentores de florestas. Nenhum dos possíveis financiadores se dispôs a fazê-lo, até aqui.

Viena e Nova York mudarão o panorama?

Washington Novaes é jornalista - E-mail: wlrnovaes@uol.com.br

Incra/SC prorroga convênio para licenciamento ambiental de assentamentos – Sítio Eletrônico do MDA – 24/08/2007

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Santa Catarina e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/SC), com interveniência da Fundação de Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma), assinaram um termo aditivo ao convênio que está possibilitando o licenciamento ambiental dos assentamentos catarinenses.

De acordo com o documento, o Incra/SC está repassando R\$ 140 mil. O recurso será utilizado na análise dos Projetos Básicos Ambientais de 47 assentamentos. O repasse já estava previsto no convênio inicial e aguardava apenas a conclusão da primeira etapa do trabalho, o que ocorreu em agosto.

A Fatma emitiu em agosto as Licenças Ambientais de Operação de 46 assentamentos no estado. Esse trabalho objetiva o atendimento da Resolução N° 289 (posteriormente substituída pela Resolução n° 387) do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). A Resolução exige o licenciamento ambiental de Projetos de Assentamento implantados no País e faz parte de um Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta, celebrado entre o Ministério Público, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Incra.

Desenvolvimento sustentável

De acordo com o superintendente do Incra/SC, João Paulo Strapazzon, a participação do Sebrae, com toda a experiência na área de consultoria de pequenos e médios empreendimentos, poderá oferecer uma análise mais clara e objetiva dos projetos ambientalmente viáveis para a homologação das licenças ambientais. “Esta ação pioneira permitirá que em médio prazo tenhamos todos os nossos projetos de reforma agrária devidamente licenciados, possibilitando assim o desenvolvimento sustentável dos mesmos”, afirmou o superintendente.

Com a conclusão dessa segunda etapa, prevista para julho do próximo ano, 93 assentamentos catarinenses estarão licenciados. Os Projetos Básicos Ambientais desses 46 assentamentos, realizados pela empresa VCP/Brasil, já se encontram na Fatma, aguardando apenas a análise das informações e as posteriores emissões das licenças.

Reduzir emissões de gases custará US\$ 200 bi ao ano - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 24/08/2007

Com as emissões de gases-estufa em alta, serão precisos investimentos adicionais de US\$ 200 bilhões anuais até 2030 para reduzir os níveis aos atuais, segundo estudo da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC na sigla em inglês).

O Brasil precisará investir US\$ 13,5 bilhões a mais por ano para melhorar a eficiência energética na indústria, agricultura e outros setores, sem contar o capital necessário para combater o desmatamento da Floresta Amazônica.

A ONU calcula ainda que US\$ 9,8 bilhões a mais serão necessários por ano para geração de energia, principalmente renovável, no país. Para melhorar os transportes, a previsão é de outros US\$ 2,2 bilhões, quase tudo na produção de etanol. A indústria

nacional deverá desembolsar US\$ 614 milhões a mais para melhorar a eficiência energética. Outros US\$ 400 milhões serão necessários para tornar os prédios ecologicamente mais eficientes.

O Brasil, um dos maiores produtores agrícolas mundiais, deverá gastar US\$ 550 milhões a mais por ano somente para cortar emissões no setor.

Em todo o mundo, a ONU estima que US\$ 148 bilhões de um total projetado de US\$ 432 bilhões anuais de investimentos devem ir para geração de energia renovável. O setor de transporte precisará de mais US\$ 88 bilhões, sendo 10% para produção de biocombustível. A indústria necessitará de US\$ 36 bilhões para melhorar a eficiência energética; a agricultura, mais US\$ 35 bilhões; e o setor de construção, outros US\$ 52 bilhões. Entre US\$ 35 bilhões e 45 bilhões ainda serão necessários para o desenvolvimento de novas tecnologias.

A divulgação do estudo provocou polêmica, ontem, quando o secretário-geral da UNFCCC, Yvo de Boer, defendeu que os países ricos sejam liberados de cortar suas emissões, se pagarem as nações em desenvolvimento para fazerem isso no lugar delas.

Grupos ecológicos retrucaram dizendo que a idéia vai contra os objetivos definidos pela própria ONU para os países industriais - principais responsáveis pela mudança climática - contribuírem mais para atenuar seus efeitos.

Mas Boer insiste que os países em desenvolvimento, no rastro de sua rápida expansão econômica, precisarão da parte maior de investimentos para combater o problema. E enquanto o fluxo de investimentos para essas economias é estimado em 46% da necessidade global, ele acha que a redução de emissões por esse grupo deve ficar em 68% da redução total.

Boer insistiu na importância do mercado de carbono, que permite aos países industrializados investir em projetos de desenvolvimento sustentável nos países pobres e assim gerar crédito de corte de emissões. No ano passado, as atividades do Clean Development Mechanism (CDM) geraram investimentos de US\$ 25 bilhões, segundo o estudo.

'Parques de papel' atrasam proteção - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 26/08/2007

Unidades de conservação ajudam a frear desmatamento, porém são mal gerenciadas e carentes de estrutura

O sistema de áreas protegidas da Amazônia precisa sair do papel para se tornar uma rede real de proteção da biodiversidade, segundo um estudo divulgado hoje pela Fundação Vitória Amazônica. Caso contrário, dizem os especialistas, será apenas uma questão de tempo para que os “parques de papel” se desmanchem diante das motosserras e das labaredas trazidas pelo desmatamento. Apesar de o número de unidades de conservação (UCs) ter crescido muito nos últimos anos, muitas ainda não passam de uma marca no mapa.

De um total de 200 unidades federais e estaduais pesquisadas, apenas 49 (ou 24%) possuem plano de manejo - o documento básico, produzido em parceria com as

comunidades locais, que deve nortear o propósito e a administração da área. Além disso, vários dos planos estão desatualizados com relação à lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), aprovada há mais de sete anos.

A infra-estrutura disponível para proteção e manutenção das áreas também é precária. Em 147 unidades estaduais pesquisadas, apenas 27 dispõem de infra-estrutura mínima, como bases de apoio, barcos, veículos ou computador. O que não soa tão surpreendente quando se leva em conta que 80% não têm um único técnico: a média entre as UCs estaduais é de 0,6 funcionário por unidade. Entre as federais, o índice é de 4 funcionários por unidade.

Considerando todas as UCs com dados sobre número de pessoal (67 unidades), cada funcionário é responsável por 2.300 quilômetros quadrados de floresta. “Não basta ter dinheiro disponível, tem que ter gente para executar as ações”, diz o coordenador-executivo da Fundação Vitória Amazônica (ONG com sede em Manaus) e co-autor do estudo, Carlos Durigan. “Quando você tem pelo menos uma pessoa, alguém que responda pela unidade, alguma coisa acontece.”

LADO POSITIVO

A análise, segundo Durigan, não é de todo ruim. Mesmo sem uma implementação efetiva, o mosaico de áreas protegidas tem se mostrado uma ferramenta crucial no combate ao desmatamento. A decretação de uma área como unidade de conservação garante ao poder público a titularidade da terra, quebrando o processo de grilagem que alimenta o ciclo de destruição da floresta.

A criação de UCs em áreas de avanço do desmatamento (como o oeste do Pará) tem sido uma das principais estratégias do Ministério do Meio Ambiente, que desde 2003 quase duplicou a área de unidades federais na Amazônia. “Mais importante do que o tamanho é onde elas são criadas”, diz o secretário-executivo, João Paulo Capobianco.

A longo prazo, porém, a implementação é fundamental, alerta o vice-presidente científico e diretor para a Amazônia da ONG Conservação Internacional, José Maria Cardoso da Silva. “Nas áreas onde há pressão, as unidades só seguram o desmatamento enquanto houver recursos florestais fora delas”, diz. “Quando não tiver mais o que tirar do lado de fora, vão tirar do lado de dentro.”

40% da região é protegida – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 26/08/2007

Maioria das UCs é estadual, mas áreas federais são as mais extensas

Cerca de 40% dos 5 milhões de quilômetros quadrados da Amazônia Legal estão protegidos de alguma forma, segundo os dados levantados pela Fundação Vitória Amazônica e publicados na revista Política Ambiental, da organização Conservação Internacional.

A região possui hoje 287 unidades de conservação (UCs) federais e estaduais, que, juntas, garantem a proteção (ao menos em tese) de 1,1 milhão de quilômetros quadrados - uma área equivalente ao Estado do Pará, ou 23% do território amazônico. Some-se isso aos 950 mil km² de terras indígenas e o total de áreas protegidas na Amazônia chega a 2 milhões de km² - o equivalente aos territórios somados do Pará e de Mato Grosso (40%).

A maior parte das UCs na região foi criada pelos Estados: 163 (57%), ante 124 (43%) do governo federal. As áreas da União, porém, cobrem uma área maior: 615 mil km² (53%), ante 545 mil km² (47%) das UCs estaduais. Os números diferem levemente dos de órgãos oficiais por causa de diferentes critérios usados na compilação dos dados.

Há também uma predominância (61%) de UCs de uso sustentável, que permitem a prática de atividades econômicas controladas, como as áreas de proteção ambiental (APA), reservas extrativistas (Resex) e reservas de desenvolvimento sustentável (RDS). As outras são unidades de proteção integral, como os parques nacionais, que permitem apenas atividades de pesquisa e ecoturismo.

REALIDADE

O Amazonas é um dos Estados que se destacou nos últimos anos pela criação de unidades de uso sustentável, em especial do tipo RDS. “Não dá para pensar na conservação da Amazônia sem gente”, disse o secretário de Meio Ambiente, Virgílio Viana.

Um dos principais erros cometidos no passado, segundo ele, foi a criação de UCs de proteção integral em áreas habitadas por populações tradicionais - o que exige a remoção e indenização das comunidades. Esse é, de fato, um dos principais entraves fundiários e sociais à implementação das unidades, segundo os pesquisadores.

“O que fizemos foi usar o bom senso e concluir o óbvio: que não faz sentido expulsar essas populações, verdadeiras guardiãs da floresta”, afirma Viana. Em vez de retirar as pessoas, o Estado criou o programa Bolsa Floresta, que paga R\$ 50 por mês para famílias que vivem em UCs preservarem a mata (mais informações na página ao lado).

O Estado com maior porcentual do território protegido é o Amapá, com 48% de sua área. “Não vemos as unidades de conservação como impeditivo ao desenvolvimento de atividades econômicas”, diz o secretário de Meio Ambiente do Estado, Marcelo Creão.

Nenhuma das UCs do Amapá tem ainda plano de manejo. No Amazonas, só 2 das 34 unidades estaduais têm o plano de uso concluído.

Os autores finalizam com uma série de recomendações, incluindo a implementação de um sistema de informações sobre UCs, fortalecimento das organizações estaduais de meio ambiente e capacitação técnica dos conselhos de unidade. HERTON ESCOBAR

Política ambiental deu o primeiro passo, diz Cepal - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Vida & - 26/08/2007

Estudo sobre políticas ambientais no Amazonas diz que Estado está no rumo certo, mas ainda precisa avançar para garantir sobrevivência da floresta

A Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (Cepal) acaba de produzir um estudo de avaliação ambiental no Estado do Amazonas - espécie de última fronteira na luta preservacionista, já que se trata do Estado com a melhor cobertura florestal entre os nove da Amazônia Legal. O estudo diz que as políticas do Estado caminham na direção correta. Especialmente no que diz respeito à multiplicação das áreas de conservação ambiental: entre 2003 e 2006, houve um aumento de quase 128% na superfície das unidades de conservação estaduais, passando de 7,4 milhões de hectares para 16,9 milhões.

Mas isso representa só o começo. De acordo com o estudo, ainda é preciso um grande trabalho de aperfeiçoamento dessas políticas para garantir que a floresta continue de pé. Entre as recomendações finais, ele cita desde a necessidade de melhor integração entre as políticas federais, estaduais e municipais à urgência de se destinar mais recursos para o setor. Com 1.570.745 km² - área equivalente ao conjunto da região nordestina brasileira - e 98% de suas florestas em pé, o Amazonas destina 0,6% do orçamento público para atividades ligadas diretamente à proteção ambiental. “Um índice claramente insuficiente”, diz o texto.

Também chama atenção no estudo a ênfase dada à falta de regularização fundiária no Estado, fator que é associado à grilagem de terras, expansão desordenada da fronteira agropecuária, exploração ilegal da madeira e aumento da violência. A regularização da propriedade da terra é uma atividade que compete ao governo federal, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Também cabe a Brasília o cuidado com as unidades federais de conservação e as terras indígenas, que ocupam sozinhas 45,7 milhões de hectares da imensidão amazonense.

No conjunto, somando reservas federais e estaduais e territórios dos índios, cerca de 50% do Amazonas já se encontra sob alguma modalidade de proteção. De maneira geral, o estudo do Cepal, feito em colaboração com os governos da Alemanha e do próprio

Amazonas, aponta um saldo positivo. Elogia, entre outras coisas, o fato de 80% das reservas criadas serem de uso sustentável - o que permite sua exploração econômica parcial. “Isso contribui para aumentar a popularidade das unidades entre a população rural e estimula os agentes locais a proteger os recursos naturais”, diz o texto.

Também foram feitos elogios ao fato de o governo concentrar parte das unidades de conservação no sul do Estado - onde estão escancaradas as três principais frentes de ameaça à floresta. A primeira encontra-se em áreas de assentamentos da reforma agrária, nas regiões de Apuí e Novo Aripuanã.

A pequena agricultura familiar da região está sendo substituída pela pecuária extensiva. O avanço das pastagens também ocorre nas regiões fronteiriças com Acre e Rondônia, nos municípios de Lábrea e Boca do Acre. A terceira frente fica nas áreas de campos naturais de Humaitá e Canutama. Ali prospera, com alta tecnologia e investimentos empresariais, a cultura intensiva de grãos.

Por causa das pressões à biodiversidade, 14 espécies de mamíferos no Estado estão ameaçadas de extinção, além de quatro de aves.

NÚMEROS

>50% das terras no Amazonas estão sob proteção - como unidade de conservação florestal ou terra indígena

>80% das unidades recém-criadas podem ser exploradas economicamente com maior ou menor intensidade

>98% da cobertura florestal permanece em pé.

>É o maior índice entre os nove Estados da Amazônia Legal

Caos ecológico leva pessoas a neutralizarem culpa e carbono – Adriana Küchler – Folha de São Paulo - Cotidiano – 26/08/2007

Consumidores adotam ações convenientes, como plantar mudas pela internet ou até mesmo ir a eventos ecológicos, para compensar o impacto ambiental

Na última quarta, a aposentada Cecília Martinez, 66, repetiu mais uma vez uma atitude que vem praticando desde 2000. Plantou uma árvore.

Até semana passada, ela calcula ter repetido o gesto por 1.900 vezes. Mas suas mudas não estão no quintal, elas foram plantadas sem deixar calos ou sujeira de terra nas mãos. Bastou um rápido clique no mouse.

"Levanto cedo, vou para o computador, planto as árvores e fico com a consciência mais leve", conta Cecília. "Não entendo muito sobre aquecimento global. Mas acompanho o tema e sei que sou parte do problema. A gente sente culpa, e comecei a fazer isso para aliviar um pouco a consciência."

A aposentada é uma das principais jardineiras eletrônicas de um site ligado ao projeto SOS Mata Atlântica, em que internautas podem plantar árvores bancadas por empresas.

Ações simples como essa são cada vez mais comuns e se transformaram em uma maneira rápida e prática de aliviar a culpa ecológica.

São "atos de contrição eletrônica", na definição do psicanalista Jorge Forbes, 56. Ele lembra que, há 30 anos, as pessoas iam à igreja, falavam o que tinham cometido, rezavam e comungavam até voltar a pecar. "Essas são as mesmas pessoas que hoje deletam o pecado pelo plantio de árvores na internet. Limpo minha semana perversa com uma boa ação. É uma tremenda descarga de responsabilidade", diz Forbes.

Ninguém duvida que o aquecimento global seja um problema. Provoca derretimento de geleiras, elevação do nível dos mares, inundações e muita, muita culpa. Culpa por atividades cotidianas, como andar de carro, que polui e destrói a camada de ozônio, e até tomar um banho longo, que põe em risco um recurso finito.

Para Eda Tassara, 68, coordenadora do Laboratório de Psicologia Sócio-Ambiental e Intervenção da USP, o debate, em vez de se transformar numa discussão sobre a mudança de hábito dos consumidores, foi canalizado para as catástrofes. Portanto, é natural que as pessoas se sintam culpadas e impotentes. E reajam com respostas imediatas, como clicar num site ecológico.

Festa sem carbono - O casal de arquitetos Renato Barandier, 27, e Izabella Lentino, 30, preferiu ir além da mesa do computador. No final de outubro, eles vão fazer de seu casamento, em Niterói (RJ), um evento "carbon free" -para usar um termo tão em voga.

"Quando pensamos nos caminhões trazendo vinho do Sul, nos convidados vindos da Alemanha e de Brasília, achamos que tínhamos de fazer alguma coisa para compensar o impacto", diz Renato.

Para minimizar o estrago ambiental provocado pela união, eles irão plantar árvores. Quantas, o casal ainda não sabe. Eles contrataram a empresa Carbono Neutro para fazer a conta. Plantio e acompanhamento do crescimento das plantas também serão de responsabilidade da empresa.

"Só queremos que as pessoas saibam que pequenas ações também têm impactos simples de serem compensados sem esforços", explica Renato.

Assim como o casal, tem muita personalidade divulgando a causa verde. O ator Leonardo diCaprio produziu um documentário sobre a crise ambiental, assim como Al Gore, o garoto-propaganda da causa.

Foi exatamente a visita de Gore ao Brasil quem incentivou a estréia ecológica do taxista João Batista Santos, 43. "Só se falava em aquecimento global, essas coisas. Me senti responsável por parte do problema. Não quero parar de dirigir. Como vou fazer a minha parte?"

João encontrou uma maneira. Ele decidiu tentar neutralizar as emissões de carbono de seu táxi. O motorista conta que levou um susto quando descobriu que joga nos ares de São Paulo 93 kg de CO2 diariamente -a mesma quantia liberada por um carro a gasolina, de São Paulo a Ribeirão Preto (314 km de SP). Para compensar, o taxista precisa plantar uma árvore a cada sete dias.

De olho no feito, o taxista pede a contribuição dos passageiros. "Faço uma sugestão de doação. Uma corrida de 15 minutos gera 3 kg de CO2. Com muda e manutenção a R\$ 40, o passageiro pode contribuir com R\$ 0,16 para o plantio", explica. Pau-brasil, é bom frisar.

Alívio demorado - Se a compensação de carbono é difundida entre países, empresas e pessoas que querem fazer algo pelo meio ambiente, seus benefícios ainda não são um consenso. "Não acontece na hora. As árvores podem levar 37 anos para crescer e consumir o gás. Atitude verde mesmo é não emitir", defende o diretor-presidente do Instituto Akatu pelo Consumo Consciente, Helio Mattar.

Segundo pesquisa da Akatu, 37% das pessoas estão dispostas a pagar mais caro por produtos ecológicos e sociais. Mas Helio critica a simples troca. "Só substituir é um risco. Não basta que o produto seja verde ou social. O produto verde também precisa de energia, transporte, água. Por mais verde que seja, dificilmente não deixará impacto no meio ambiente. É preciso reduzir o consumo."

A mudança de hábito também é defendida pelo coordenador do projeto ESPM Social, Ismael Rocha, 48. "Quando você compra um produto desses, é como se livrasse da responsabilidade. É terceirizar a responsabilidade que você deveria ter." Há diferentes maneiras de passar a bola do compromisso para frente. Ir a um evento que planta árvores não representa uma ação significativa. "Os desavisados acham lindo. O que importa é o que eles fazem em casa depois", critica Ismael. Eda Tassara, da USP, diz que um passo importante na construção de uma consciência ecológica se dá pela educação.

"A mobilização em torno da causa deve levar as pessoas a discutirem e buscarem soluções. O problema é que muita gente age movida pelo politicamente correto. Essas ações, como plantar árvore pela internet, funcionam apenas como um corretivo."

Metade dos incêndios em parques do país é criminosa – Thiago Reis – Folha de São Paulo – Cotidiano – 26/08/2007

Um em cada dois incêndios em unidades de conservação no país é criminoso. É o que mostra levantamento feito pela **Folha** com base nos dados do Ibama. De 1979 -quando o monitoramento teve início- até 2006, dos 1.885 incêndios com causas conhecidas, 1.009 foram provocados por atitudes criminosas.

Queimadas para limpeza de áreas agrícolas e de pastagens e atos de incendiários são apontadas pelo órgão como as principais causas.

Dois dos maiores incêndios da semana passada refletem os dados. Segundo o Ibama, no Parque Nacional de Brasília (DF), um criador de gado provocou a devastação de cerca de 35% da área. Já no Parque Nacional da Serra do Cipó (MG), onde 15% da vegetação queimou, um motoqueiro ateou o fogo sem motivo aparente. "Isso é resultado do uso indiscriminado do fogo no país", afirma o coordenador nacional do Prevfogo (Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais), Elmo Monteiro.

Os dois parques estão na lista das cinco unidades mais afetadas pelo fogo. Foram registrados 191 focos na Serra do Cipó e 217 no parque de Brasília, de 1979 a 2006. O campeão é o Parque Nacional da Chapada Diamantina (BA), com 358 casos. "Lá, há atividade clandestina de mineração. Por isso, há uso do fogo para a limpeza da área", diz Monteiro. A Floresta Nacional de Ipanema (RJ) teve 192 incêndios.

CNI ataca política ambiental 'radical' - Fabio Graner – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/08/2007

Representante das indústrias recusa-se a participar de conferência e critica critérios adotados pelo ministério

Apesar de algumas melhoras, ainda prevalece no Ministério do Meio Ambiente uma visão radical, pautada por um ambientalismo apaixonado, pouco disposto a discutir e encontrar alternativas que permitam realizar o desenvolvimento econômico de forma sustentável. A avaliação é do presidente do Conselho Temático Permanente do Meio Ambiente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade. Para ele, essa visão tem contaminado a formatação das Conferências Nacionais do Meio Ambiente, cuja próxima edição (a terceira), prevista para maio de 2008, não terá a participação da CNI.

Andrade assinou e enviou no início deste mês uma carta ao Ministério do Meio Ambiente informando que a entidade não participará da próxima edição do encontro. Para o empresário, o critério para definir os participantes da conferência, que tem o papel de

contribuir para a formulação de políticas na área ambiental, é direcionado para que haja uma prevalência absoluta das entidades ambientalistas, com baixa representatividade do setor produtivo.

Ele explica que a grande maioria dos delegados participantes e expositores são escolhidos nos fóruns estaduais, o que facilitaria a ação das organizações não governamentais (ONGs) ambientalistas que, ao abarrotar essas instâncias com seus representantes, ganhariam mais assentos. Enquanto isso, o empresariado ficaria sub-representado.

'Você tem um número pequeno de pessoas representantes do setor produtivo com lugar na conferência. Não é um critério correto, justo. Não há equilíbrio dos expositores', disse Andrade, lembrando que a reclamação tem sido feita desde a primeira edição e, apesar das promessas do ministério, nada foi feito. 'Com esse formato, o Ministério do Meio Ambiente quer dar um enfoque só ambientalista, sem discutir as formas de se desenvolver de maneira responsável. Em vez de se discutir 'como fazer', continua-se discutindo o 'não vou fazer'.'

Na carta, a CNI destaca que a decisão de não participar da conferência foi tomada após 'cuidadosa avaliação', levando em conta não só os critérios de escolha, mas também os resultados das duas conferências anteriores. O documento salienta ainda que, esses encontros, nos quais o ambiente teria sido 'hostil' à indústria, não conseguiram produzir uma política de desenvolvimento sustentável para o País.

Apesar das críticas ao ministério, Andrade reconhece que houve avanços na área ambiental, sobretudo porque o governo percebeu que, para viabilizar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é preciso superar o gargalo dos licenciamentos ambientais, que, por exemplo, atrasaram o início dos projetos de hidrelétricas no Rio Madeira. 'O problema é que muitas vezes há setores do governo querendo simplesmente dizer não e até atrapalhar determinados programas que o próprio governo definiu como prioritários', afirmou Andrade.

ONU discute quem pagará a conta para aliviar o aquecimento global – Folha de São Paulo – Ciência – 27/08/2007

Cálculos mostram que serão necessários US\$ 210 bilhões por ano até 2030

DA REPORTAGEM LOCAL - Após ficar provado que o aquecimento global do planeta é uma realidade, chegou o momento, segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), de discutir com mais profundidade quem vai pagar a conta para frear esse processo. E ela não será barata.

De hoje até a próxima sexta-feira, em Viena, na Áustria, representantes da própria ONU, da iniciativa privada e de 160 países vão discutir meios para que a contenção das emissões dos gases que contribuem para o efeito estufa possa ocorrer de forma satisfatória até 2030.

Um dos documentos que será colocado em discussão dá a real dimensão do desafio. Os cálculos da ONU mostram que serão necessários investimentos anuais de US\$ 210 bilhões para que o aquecimento global possa ser controlado. O ideal é que isso ocorra até 2030.

"Temos que aprofundar a questão do clima no contexto do crescimento econômico", disse ontem Yvo de Boer, principal executivo da ONU para o tema climático. Ele é o presidente da reunião em Viena, que será um treino para a conferência de dezembro em Bali.

Se os países pobres acham que são os ricos que precisam transferir recursos para ajudar nos processos de produção menos poluentes, o documento da ONU traça outros caminhos. Um deles, é de como atrair fundos privados para o debate. Com agências internacionais

Proambiente discute serviços ambientais para produção familiar rural - Aida Feitosa e Grace Perpetuo – Sítio Eletrônico do MMA - 28/08/2007

Ao abrir, nesta terça-feira (28), a 3ª Reunião do Conselho Nacional do Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente), a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, destacou a importância da iniciativa no processo de adaptação à crise global de mudanças climáticas. "Os grandes produtores já estão trabalhando com a certificação ambiental por pressão do mercado; os esforços do Estado têm de ser no sentido de dar aos pequenos e médios produtores suporte técnico e meios para pagar os custos iniciais da sua atividade", ressaltou. Segundo a ministra, o Estado deve intervir em prol dos produtores rurais familiares, já que os custos da produção sustentável são altos.

Promovida pela Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR/MMA), a 3ª Reunião do Conselho Nacional do Proambiente - iniciada nesta terça-feira (28) entre conselheiros do programa e membros do governo -, a ministra lembrou que o Proambiente surgiu há dez anos para mostrar que preservar os recursos naturais é vital tanto para quem trabalha com serviços ambientais quanto para a Amazônia, onde o programa ainda está centrado.

Segundo o Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Egon Krakhecke, o desafio agora é dar escala, em todos os biomas, à experiência-piloto do Proambiente. "Para isso, a participação social é fundamental: só assim será garantida a continuidade do processo, que é do Estado e não só do governo", disse.

Discussão - Em grandes linhas, a reunião está centrada na discussão de dois projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados - de nº 792/2007 (com a base

conceitual de serviço ambiental) e de nº 1190/2007 (que cria o Bolsa Verde, um incentivo à agricultura sustentável), dos deputados federais Anselmo de Jesus (PT/RO) e Antonio Palocci (PT/SP), respectivamente - e da minuta de projeto do Executivo que complementa os anteriores, permitindo a utilização de recursos orçamentários para o pagamento dos serviços ambientais. Por meio deles, o pagamento por serviços ambientais para pequenos e médios produtores rurais de todo o País poderá em breve se tornar realidade.

Os dois primeiros projetos já têm parecer do relator Jorge Khoury (DEM/BA). A minuta foi apresentada nesta terça-feira (28) por diretor do Departamento de Meio Ambiente da SEDR/MMA, Shigeo Shiki: "Trata-se ainda de um rascunho inicial, que precisa de muita discussão". Possivelmente sucinta, a lei definirá serviços ambientais, mecanismos para o pagamento de benefícios a quem os empreende e alternativas de fundos para o programa.

Depois de definido o texto, o projeto será enviado ao Congresso Nacional pela Casa Civil e poderá ser apensado aos outros dois projetos que versam sobre o tema. O aprofundamento dessas questões se dará na fase da regulamentação da lei, que deve ocorrer por decreto. "Esses projetos estabelecem que, no Brasil, poderão ser utilizados recursos públicos para o pagamento dos serviços ambientais - uma realidade que já existe no México", completou a ministra.

Clima: Brasil mais ousado - Eliane Oliveira – O Globo – Ciência – 30/08/2007

País quer metas internas de desmatamento, mas não aceita imposição externa

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou ontem, em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que o Brasil passará a ter uma posição menos defensiva nas questões relacionadas ao aquecimento global. Nas negociações internacionais, as áreas diplomática e ambiental do governo estão instruídas a assumir compromissos mais ambiciosos, como a adoção de metas internas para reduzir o desmatamento e os níveis de emissão de carbono.

Segundo o ministro, no entanto, o governo brasileiro não abrirá mão de dois princípios básicos: o meio ambiente deve estar vinculado ao desenvolvimento sustentável; as responsabilidades devem ser maiores para os países ricos, grandes emissores de carbono na atmosfera.

— O Brasil, especialmente se tratando da Floresta Amazônica, é mais uma vítima do que um causador e vai cobrar das nações desenvolvidas ações mais ousadas na defesa do meio ambiente. Temos de sair de uma postura puramente defensiva e passarmos a ter uma posição mais ofensiva — disse.

Amorim enfatizou que o tema deve ser tratado sempre de forma multilateral, tendo as Nações Unidas como foco catalizador. Um acordo mundial, disse, terá de ser equilibrado, com responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

— Os países que poluíram mais, que devastaram primeiro suas florestas e emitem mais carbono têm que ter um ônus maior — afirmou.

— Não vejo problema em alguns países se reunirem para discutir o assunto. Mas todas as decisões devem ser canalizadas na ONU.

Ele lembrou que nos dias 3 e 4 de setembro, será realizada, no Rio, a Reunião Ministerial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, cujo tema principal será Governança Internacional.

Evento acontece 15 anos após a Rio-92

O evento acontecerá no momento em que a Rio-92 completa 15 anos.

Ministros que representam os países mais atuantes nessa questão vão avaliar o que foi implementado até agora.

Amorim afirmou que o Brasil tem feito seu papel e destacou o uso de energia limpa — casos do etanol e do biodiesel. Além disso, tem trabalhado na redução do desmatamento das florestas. As medidas adotadas, lembraram fontes da área diplomática, já resultaram na diminuição em 50% da destruição da Amazônia.

A fase atual é de transição do Protocolo de Kioto — acordo internacional que determina um corte, em média, de 5% das emissões até 2012, em relação a 1990, pelos países desenvolvidos.

Ele assegurou que o Brasil é um dos principais interessados em que o clima seja tratado de maneira adequada.

Uma das medidas tomadas pelo governo brasileiro foi designar um embaixador para tratar exclusivamente de assuntos climáticos, Sérgio Serra.

Presidente lança pacote para atender zona rural - Lisandra Paraguassú – Estado de São Paulo – Nacional – 31/08/2007

Ministério do Desenvolvimento Agrário terá R\$ 1 bilhão a mais para tocar programa Territórios da Cidadania

Com o programa Territórios da Cidadania, que é um pacote social do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o governo tem como meta tirar do esquecimento áreas inteiras do País - especialmente nas zonas rurais - onde água, luz, escola e saúde demoram a chegar. São 120 zonas, reunindo 1.848 municípios, em que o governo pretende usar os programas sociais existentes para tentar resolver o problema da infra-estrutura social até 2010.

Só para 2008 foi reservado mais R\$ 1 bilhão no orçamento do ministério, além dos R\$ 2,5 bilhões que já estavam previstos para investimento. No total, a pasta quer atender, até 2010, uma população que inclui 1,8 milhão de pequenos agricultores, quase meio milhão de assentados, 507 comunidades quilombolas e 356 territórios indígenas. Se hoje, nessas áreas, 3,7 milhões de famílias recebem o Bolsa-Família, boa parte delas não tem o resto: saneamento, luz, escolas, atendimento de saúde, assistência técnica para a agricultura e crédito.

O programa vai mapear as necessidades de cada região e, de acordo com o secretário-executivo do ministério, Marcelo Rocha, chegar em bloco, levando todos os

programas necessários. “Esse é o maior desafio, porque são, na maioria, programas realizados por outros ministérios. Teremos de integrar e, muitas vezes, encontrar alternativas”, explica.

A pasta da Educação, por exemplo, já mapeou onde são necessárias mais escolas. Da mesma forma, o Ministério de Minas e Energia troca informações sobre onde são necessários mais pontos do Luz para Todos. Já o programa Farmácia Popular, do Ministério da Saúde, só poderia ser instalado em municípios acima dos 70 mil habitantes. “Por esse critério, nenhum dos nossos territórios poderia ser atendido”, conta Rocha. “Fizemos um acordo para que haja pelo menos uma farmácia para atender a região.”

A primeira etapa, no ano que vem, deve começar com apenas a metade dos territórios. São apenas 60 e o Ministério do Desenvolvimento Agrário tem mapeada a situação de apenas 30. São os prioritários, que reúnem áreas em todo o País e concentram 475 municípios. Justamente pelo grau de pobreza, os pontos iniciais concentram-se em 16 territórios no Nordeste e 5 no Norte.

PARÂMETROS

Os critérios usados para definir as regiões foram o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), os números de famílias atendidas pelo Bolsa-Família e de agricultores familiares, a existência de assentamentos e quilombos, além do percentual de municípios com renda muito baixa ou estagnada.

De acordo com o levantamento, metade das regiões tem mais de 90% que se encaixam no critério de renda baixa ou estagnada. Nove dos 30 territórios - Sisal (BA), Norte do Espírito Santo, Cocais e Vale do Itapecuru (MA), Baixo Amazonas (PA), Borborema (PA), Agreste Meridional (PE), Sudoeste Paranaense e Bico do Papagaio (TO) - têm 100% das cidades nessa classificação.

O IDH nas regiões passa de 0,70 em apenas sete áreas. Com exceção do Entorno de Manaus, a única capital da lista, todas ficam nas Regiões Sul e Sudeste. Como no cálculo do IDH entra não apenas renda, mas expectativa de vida e educação, regiões do Sul e Sudeste podem ter um IDH maior, mas entram na lista por terem municípios em que a renda não avança. É o caso, por exemplo, do sudoeste paranaense. Com IDH de 0,77, considerado de médio desenvolvimento, tem 100% dos municípios estagnados.

O pacote do Ministério do Desenvolvimento Agrário foi apresentado há duas semanas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante uma reunião do comitê de políticas sociais do governo, que agrega 12 ministros. O projeto agradou ao presidente, que chegou a comentar, ao ver o casebre que ilustra a apresentação, que a casa em que morava no sertão pernambucano, quando criança, já era melhor do que aquela. Ali, o Ministério do Desenvolvimento Agrário garantiu a sua parte nos recursos que estavam sendo disputados por 12 pastas da área social.

Desmatamento aquece Amazônia em até 4C, diz Inpe – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 31/08/2007

Estudo sugere que derrubada de mais de 40% da floresta muda o clima local, disparando o processo de savanização

Simulação em computador mostrou que troca da mata por lavoura de soja pode reduzir chuvas em até 24% no verão no leste amazônico

Uma das perguntas que mais tiram o sono dos estudiosos da Amazônia é quanto desmatamento precisa ocorrer para que o clima local mude. Pelo menos para uma região da floresta, cientistas brasileiros acreditam já ter uma resposta: 40%.

Substituir esse total de mata nativa por soja ou pasto pode causar aumentos de temperatura de até 4C e uma redução de até 24% nas chuvas durante a estação seca na porção leste do território amazônico.

A área em questão abarca Pará, Amapá, Roraima, Maranhão, Tocantins e um pedaço do Amazonas. Trata-se da metade naturalmente mais seca dos 5 milhões de quilômetros quadrados da Amazônia Legal. E também uma das mais desmatadas: de 18% a 20% das florestas ali já cederam lugar à agropecuária, contra 15% da média amazônica total.

A conclusão é de um estudo feito pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), com participação de pesquisadores das universidades federais de Minas Gerais e de Viçosa. O trabalho, que será publicado em setembro no periódico "Geophysical Research Letters", cruza pela primeira vez modelos climáticos computacionais com cenários realistas de desmatamento.

Ele aponta que, além do aquecimento global, a destruição da floresta também pode levar à chamada savanização, processo no qual o clima quente e úmido típico da Amazônia dá lugar a um clima quente e seco característico do cerrado. Nesse clima, a vegetação densa da floresta tropical não sobrevive -e cede lugar à savana.

O conceito de savanização foi proposto em 2003 por Marcos Oyama e Carlos Nobre, do Inpe. Com base em modelos que uniam clima e vegetação, eles estimaram que o aumento da concentração de gases-estufa poderia levar a floresta a um novo "estado de equilíbrio".

Os cientistas sabiam que o desmatamento também tem potencial "savanizante". Isso porque o clima na Amazônia depende das árvores, que regulam a umidade e a quantidade de luz solar que chega ao solo. Quanto menos floresta, em tese, mais quente e seca será a região (veja quadro à direita).

Só que até agora uma questão permanecia em aberto: quanto de desmatamento provocaria essa mudança de equilíbrio?

A pergunta era difícil de responder com os modelos usados até então. "Eles eram aleatórios, alimentados ou com um cenário extremo -de 100% de desmatamento- ou com um total que o pesquisador chutava", disse à **Folha** Gilvan Sampaio, climatologista do Inpe que liderou o novo estudo.

Destruição gradual -Para atacar a questão, Sampaio e seus colegas usaram as estimativas de desmatamento produzidas pelo grupo de Britaldo Soares Filho, da UFMG (www.csr.ufmg.br/simamazonia). "Esta é a primeira vez que são utilizados cenários futuros de mudanças no uso da terra que se baseiam no que realmente vem ocorrendo na Amazônia. Com isso, podemos analisar como será o comportamento da chuva, temperatura etc. à medida que a Amazônia é gradualmente desmatada", diz o cientista do Inpe. O modelo também tentou capturar as diferenças de temperatura e precipitação causadas pela substituição da floresta por soja ou pasto, os dois usos mais comuns (e lucrativos) da terra na região.

O que as simulações em computador mostram é que o clima começa realmente a mudar quando a taxa de desmatamento é maior do que 40%.

A redução mais grave no total de chuvas ocorre nos meses de verão amazônico (junho, julho e agosto) e nas simulações nas quais a mata é substituída por soja. Segundo Sampaio, isso acontece porque o ciclo anual da soja deixa o solo mais claro, aumentando a incidência de radiação solar.

Plano defende que rico corte até 40% do carbono em 2020 – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 31/08/2007

DA REUTERS - As discussões sobre o período pós-Kyoto (ou a segunda fase do acordo, como preferem alguns) que estão sendo realizadas em um evento oficial da ONU, em Viena, entram no último dia dos debates sob um impasse. Ninguém concorda com qual deve ser o grau de corte das emissões dos gases que contribuem para o efeito-estufa.

O ideal é que os países ricos reconheçam a necessidade de cortar suas emissões entre 20% e 40% abaixo das taxas de 1990 até 2020, defendeu um documento apresentado ontem aos delegados de 158 países que participam da reunião.

Imediatamente, Rússia, Japão, Canadá, Nova Zelândia e Suíça colocaram objeções ao texto. Para esses países, essas metas podem causar problemas para algumas nações, principalmente após 2012, quando acaba a primeira fase do acordo de Kyoto.

"Espero que nós sejamos capazes de entrar em consenso sobre um intervalo de redução", disse Leon Charles, representante de Granada. Ele é o presidente do grupo encarregado de escrever o documento apresentado ontem ao plenário.

Os ambientalistas também pressionaram os países ricos na Áustria. Para esses grupos da sociedade civil, é fundamental que se chegue a um acordo para que reduções profundas nas emissões sejam feitas. Esse é o único caminho, segundo eles, para se evitar mais tormentas, enchentes, secas e a subida do nível do mar.

"Apenas se os países industrializados reduzirem suas emissões entre 20% e 40% até 2020 é que o mundo terá alguma chance de se proteger dos piores efeitos das mudanças climáticas", disse Stephanie Tunmore, da ONG Greenpeace.

Brasil diz que não negocia emissões - Graça Magalhães-Ruether – O Globo – Ciência – 31/08/2007

Governo rejeita proposta alemã sobre cálculo para redução de CO2

BERLIM. O Brasil vai recusar a proposta apresentada ontem pela chanceler federal alemã Angela Merkel de um cálculo per capita das emissões de gases-estufa dos países emergentes. José Domingos Miguez, chefe da delegação brasileira que participa da reunião preparatória para a cúpula da Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas, em Viena, disse que a posição defendida nas negociações para a redução das emissões dos gases do efeito de estufa destaca a responsabilidade histórica dos países ricos.

Na véspera, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, havia dito que o Brasil teria uma posição menos defensiva nas questões relacionadas ao aquecimento global. Nas negociações internacionais, as áreas diplomática e ambiental do governo estariam instruídas a assumir compromissos mais ambiciosos, como a adoção de metas internas para reduzir os níveis de emissão de carbono.

A chefe do governo alemão, que detêm este ano a presidência rotativa do G-8, apresentou a proposta do "cálculo per capita" com o objetivo de incluir os países emergentes (grupo do qual o Brasil faz parte) num compromisso de redução das emissões.

Segundo ela, os países em desenvolvimento poderiam aumentar as emissões até atingir o nível dos países desenvolvidos. Depois disso precisariam reduzir em proporção igual.

Na última cúpula do G-8, realizada na Alemanha, em junho, não houve consenso entre países industrializados e emergentes sobre a inclusão dos últimos no compromisso de redução das emissões. Essa questão será chave nas discussões dos países signatários do Acordo de Kioto. Essa negociação deverá ser concluída até 2009.

De acordo com Domingos Miguez, a posição brasileira é respaldada pela maioria dos estudos internacionais sobre o clima. Eles indicam que o aquecimento global foi causado pelas emissões de CO2 ocorridas a partir da Revolução Industrial.

— O Brasil não pode assumir um compromisso desses porque só começou a sua industrialização nos anos 50.

Para se ter uma idéia, as emissões do Brasil de 1960 eram iguais às dos Estados Unidos em 1860 — disse.

Na reunião desta semana, da qual participaram cerca de mil especialistas de mais de 150 países, foram traçadas também as metas para a próxima reunião da Convenção sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas, em Bali, Indonésia, em dezembro, quando serão negociadas as reduções das emissões globais depois de 2012.

Para o secretário-executivo da reunião de Viena, Yvo de Boer, o Acordo de Kioto, assinado em 1997 e ratificado cinco anos mais tarde por 175 países, é apenas o primeiro passo para a redução das emissões.

— Nós sempre soubemos que Kioto seria um primeiro passo na negociação sobre o clima. O trabalho feito aqui cria bases para alvos mais ambiciosos para um regime de mudança climática pós-2012.

No documento final, que será divulgado hoje, os países desenvolvidos comprometem-se a uma redução entre 25% e 40% até o ano de 2020. Os EUA, que não ratificaram Kioto, mas participaram da reunião de Viena, não assinaram o compromisso.

Pronat prevê R\$ 2,7 milhões para territórios rurais de Santa Catarina em 2007 – Sítio Eletrônico do MDA – 31/08/2007

O Conselho Estadual do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) de Santa Catarina aprovou esta semana a liberação de R\$ 2,7 milhões do orçamento de 2007 para aplicar em projetos dos territórios rurais. A resolução saiu na última terça-feira (28), quando foram aprovados 33 projetos, todos com recursos da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), através do Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável (Pronat).

De acordo com o consultor territorial da SDT no estado, Alexandre da Silva Santos, cada um dos seis territórios e mais dois pré-territórios receberam em média R\$ 260 mil do ministério e a maioria dos projetos contou com a contrapartida financeira das prefeituras.

Segundo Santos, as iniciativas buscam o desenvolvimento agrário sustentável e o apoio a agricultura familiar através de iniciativas como a implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), a construção de entrepostos do mel e recursos para a coleta, armazenamento e beneficiamento do leite.

O consultor destacou ainda a elaboração dos projetos apresentados coletivamente. “O diferencial deste ano foi a qualidade das propostas elaboradas. Em três territórios rurais os atores sociais conseguiram se articular para apresentar um projeto único, o que envolve todos no território e facilita a aplicação dos recursos no cronograma previsto”, afirmou.

O que é o Pronat

O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) é uma ação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) como parte do Pronaf. Os projetos do Pronat são elaborados de forma colegiada entre agricultores familiares, gestores públicos, entidades da sociedade civil e demais atores territoriais.

De acordo com o Sistema de Informações Territoriais da SDT, os territórios rurais de Santa Catarina abrangem uma área de 22,5 Km², o que representa cerca de 20% da área do estado e mais da metade dos seus 156 municípios. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos territórios rurais catarinenses vivem aproximadamente 560 mil habitantes em área rural, o que representa 30,74% da população dos municípios contemplados e cerca de 10% da população no estado.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária

Diva de Faria

oppa **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

